

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Relatório e Contas Consolidado 2006

ÍNDICE

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES	4
--	----------

1. ÓRGÃOS SOCIAIS	6
--------------------------	----------

2. QUADRO DIRECTIVO	8
----------------------------	----------

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO	11
----------------------------------	-----------

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
4.1. Economia Internacional	14
4.2. Economia da Zona Euro	16
4.3. Economia Portuguesa	18

5. ACONTECIMENTOS RELEVANTES	23
-------------------------------------	-----------

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO	28
6.1. Banca Comercial	29
6.2. Banca Hipotecária	34
6.3. Banca de Empresas, Corporativa e Institucional	36
6.4. Negócios Globais	38
6.5. Risco	40
6.6. Recursos e Meios	45
6.7. Transformação e Produtividade	47

7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO	48
7.1. BBVA Gest	49
7.2. BBVA Leasimo	51
7.3. Invesco Managment nº1	51
7.4. BBVA IFC (BBVA Finanziamento)	52
7.5. BBVA Fundos	54
<hr/>	
8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO	57
<hr/>	
9. RECONHECIMENTO PÚBLICO	73
<hr/>	
10. ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	75
<ul style="list-style-type: none">• Informação sobre os accionistas• Relatório dos Auditores• Demonstrações Financeiras : Consolidadas• Certificação legal de Contas : Consolidadas• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal : Contas Consolidadas• Acta da Assembleia Geral	

Síntese de Indicadores Relevantes

SÍNTESE DE INDICADORES RELEVANTES

BBVA (Portugal) Contas Consolidadas	VARIAÇÃO
--	-----------------

BALANÇO	2005	2006	ABS	%
Activo Líquido Total	4 715 229	5 492 123	776 894	16.5%
Crédito a Clientes	3 840 784	4 699 277	858 493	22.4%
Recursos de Clientes	3 043 775	2 700 418	-343 356	-11.3%
Em Balanço	2 022 488	1 645 637	-376 850	-18.6%
Fora de Balanço	1 021 287	1 054 781	33 494	3.3%
Capital	173 600	212 544	38 944	22.4%

CONTA DE RESULTADOS	2005	2006	ABS	%
(+) Juros e rendimentos similares	144 938	202 823	57 885	39.9%
(-) Juros e encargos similares	85 697	132 654	46 956	54.8%
(=) Margem Financeira	59 241	70 169	10 929	18.4%
(+) Rendimentos de Capital (Dividendos)	519	347	-172	-33.2%
(+) Resultados de Serviços e Comissões	35 305	34 442	-863	-2.4%
(+) Outros Resultados de Exploração	12 074	13 359	1 285	10.6%
(=) Produto Bancário	107 139	118 317	11 179	10.4%
(-) Custos c/Pessoal e Administrativos	76 861	122 162	45 301	58.9%
(-) Amortizações	5 089	4 704	-384	-7.6%
(-) Provisões e Imparidade	9 089	12 518	3 429	37.7%
(=) Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	16 099	-21 068	-37 167	-230.9%
(-) Provisões p/Impostos s/Lucros	4 287	-140	-4 427	-103.3%
(-) Provisões p/Impostos Correntes	1 808	1 865	57	3.2%
(-) Provisões p/Impostos Diferidos	2 479	-2 005	-4 484	-180.9%
(=) Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	11 813	-20 927	-32 740	-277.2%
(-) Interesses minoritários	665	1 119	454	68.3%
(=) Resultado Consolidado do Exercício	11 148	-22 047	-33 195	-297.8%

	2005	2006	Δ 2006/2005
Rácio de Solvabilidade	8.43%	8.57%	0.14%
Número de Agências Bancárias	111	109	-2
Número de Empregados	867	884	17

1.

Orgãos Sociais

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente: Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário: Maria de Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente : José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado: José Manuel Doiztuá Garcia

Vogais :

Vitalino Manuel Nafria Aznar

Segundo Huarte Martin

Juan Asua Madariaga

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

José Joaquim Ponte da Silva

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Vogal: Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima

ROC: Martinez, Carvalheda, Plácido & Associados ,SROC nº105, representada por Plácido Norberto dos Inocentes, ROC nº 772

ROC Suplente: Deloitte & Associados, SROC nº 43, representada por Luís Augusto Magalhães, ROC nº 550

2.

Quadro Directivo

2. QUADRO DIRECTIVO

	CD	CGRC	CAP
Administrador-Delegado			
Presidente do Comité de Direcção			
<hr/>			
José Manuel Doiztuá Garcia	P	P	P
Administradores			
<hr/>			
José Joaquim Ponte da Silva	*	*	*
Directores Gerais			
<hr/>			
José Carlos Tavares Pessoa	*		
Alberto Charro	*	*	*
Luís Filipe da Silva Figueiredo	*		
Manuel Gonçalves Ferreira	*		*
Miguel de Abreu Peixoto	*		
Paulo Miguel Teles Almeida Capela	*	*	*
Pedro de la Fuente	*	*	
Pedro Manuel de Seabra Vanzeller	*		
Susana Ribeiro Nunes	*	*	*

Principais Comitês

Comité de Direcção (CD)

Tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do Banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multi-funcionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Gestão de Risco de Crédito (CGRC)

Tem por missão a análise causal do investimento irregular, a atribuição de responsabilidades pela sua gestão e a definição de estratégias de actuação tendentes a maximizar os resultados. Está também no seu âmbito o acompanhamento da evolução da carteira de risco creditício.

Comité de Activos e Passivos (CAP)

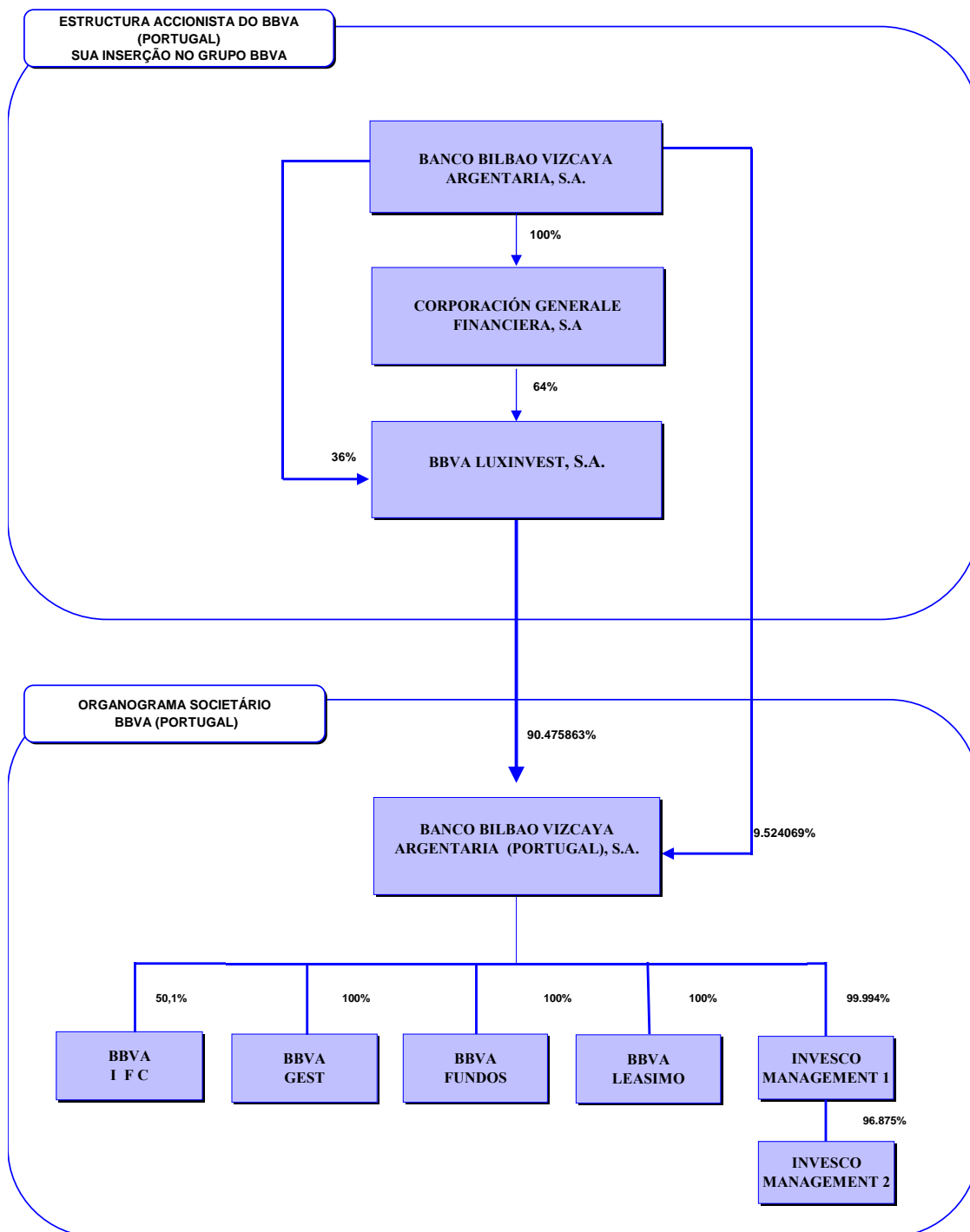
Tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez. Cabe-lhe estabelecer os limites à tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

3.

Organograma Societário e Estrutura Accionista

3. ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO E ESTRUTURA

ACCIONISTA



4.

Enquadramento Macroeconómico

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2006, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco e empresas subsidiárias, bem como as contas consolidadas, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Economia Internacional

O crescimento económico global em 2006 apresentou um apreciável dinamismo, ultrapassando as previsões mais optimistas. Este crescimento aparece sustentado por uma base geográfica cada vez mais extensa e diversificada. A par da consolidação da expansão na Europa, permanece o comportamento muito positivo dos mercados emergentes. Factores como o desenvolvimento tecnológico e a globalização dos mercados e dos sistemas financeiros, favorecem este dinamismo.

Crescimento do PIB por Regiões (em %)

	2005	2006	2007
EUA	3.2	3,3	2.8
UEM	1,4	2.6	2,5
América Latina	4.4	4.9	4.5
China	9.9	10.4	9.5
MUNDIAL	4.9	5.0	4,7

Fonte: BBVA e Comissão Europeia

Apesar da expansão económica e do aumento da procura de matérias primas, a inflação manteve-se moderada. No entanto, a incerteza associada a uma possível tensão inflacionista por efeito da pressão da procura e a possibilidade do aumento dos preços do petróleo se transmitir de uma forma mais acentuada ao resto da economia, levou as principais autoridades monetárias a aumentar as suas taxas de referência em 2006. Este risco atenuou-se claramente a partir do último trimestre do ano, altura a partir da qual se assistiu a uma redução generalizada do preço das matérias primas que, no caso específico do petróleo, se deveu quer à ausência de perturbações climáticas importantes, quer à diminuição das tensões geopolíticas.

As expectativas para 2007 permanecem positivas, embora a magnitude do crescimento dependa, em grande medida, da forma como os países com uma economia mais dinâmica reajam à previsivelmente moderada desaceleração económica dos EUA.

**Estados Unidos: Contribuição do Investimento Residencial em % do PIB
(Pontos Percentuais)**



Fonte: BBVA com dados das Estatísticas Nacionais

As incertezas residem no grau e rapidez do ajustamento do sector imobiliário e na correspondente moderação do consumo, por via de um efeito riqueza menos positivo. Não obstante, os EUA deverão continuar a crescer a uma taxa próxima do seu potencial, apoiando-se numa procura sustentada por parte do resto do mundo e na depreciação do dólar, o que permite que as exportações líquidas contribuam de forma positiva para o

crescimento do PIB. Sendo de esperar uma inflação moderada e um crescimento em ligeira desaceleração, é de prever que as autoridades monetárias mantenham a taxa de referência oficial em 5,25% durante um período de tempo relativamente prolongado.

4.2 Economia da Zona Euro

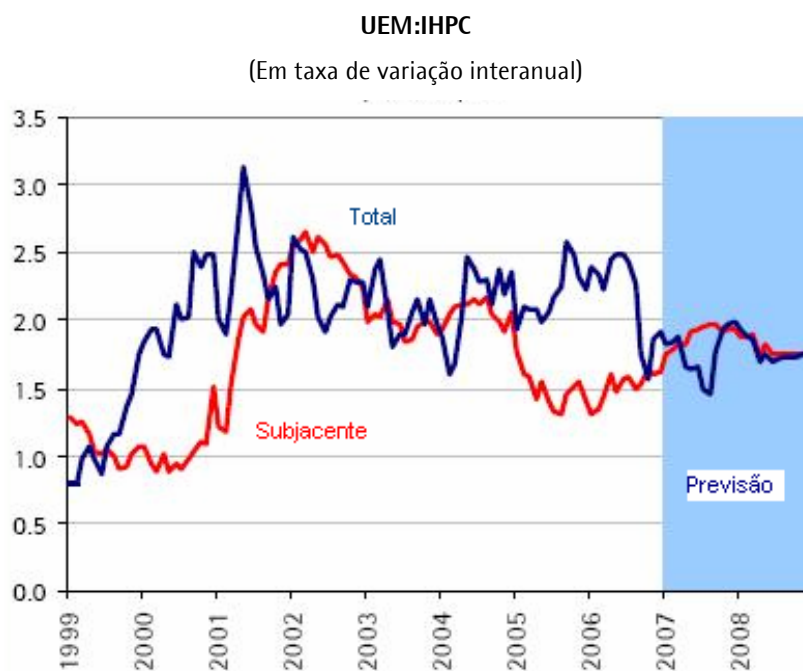
O crescimento estimado para a economia da Zona Euro em 2006, 2,6%, superou as expectativas. Após vários anos de debilidade cíclica, a forte aceleração da actividade durante o primeiro semestre do ano, estimulada pelo dinamismo do comércio mundial, pelo impulso do investimento em equipamento e por alguma retoma do consumo privado, propiciou este dinamismo. Existem, aliás, razões para crer que a recuperação cíclica é sustentável e irá consolidar-se ao longo de 2007.

O risco de uma significativa desaceleração do crescimento mundial parece ter-se atenuado nos últimos meses. É certo que aumentou a preocupação com um ajustamento imobiliário nos E.U.A., que desencadeie uma desaceleração superior à prevista para este país, mas existe consenso quanto ao facto de que as implicações deste cenário sobre a economia global, e a europeia em particular, seriam menos negativas que nos episódios de desaceleração anteriores.

Em segundo lugar, os factores internos, apesar de menos favoráveis que em 2006, não irão representar um travão ao crescimento. As políticas de procura serão ligeiramente menos expansivas que em 2006 e prevê-se que a política orçamental seja apenas moderadamente restritiva. E na Alemanha, país onde se irá prosseguir com o ajustamento estrutural previsto, é de esperar que uma procura interna forte permita contrariar parcialmente o impacte do aumento do IVA no consumo, tendo em conta os elevados níveis de poupança acumulados pelos consumidores alemães em anos anteriores, a melhoria progressiva do mercado laboral e o impulso produzido pela redução das contribuições sociais.

A política monetária também será menos acomodatória, com algumas taxas de juro oficiais em níveis mais neutros, ainda que não possa ser qualificada de restritiva. A boa situação financeira e de rentabilidade das empresas financeiras e não financeiras, bem como a melhoria paulatina do mercado laboral, continuarão a apoiar o dinamismo do crédito. A manutenção das taxas de juro de longo prazo em níveis baixos e uma evolução bolsista favorável contribuirão para manter condições financeiras folgadas. A taxa de câmbio do euro face ao dólar, que se deverá manter em torno dos níveis actuais, 1,30, será menos favorável às exportações que no princípio de 2006, num contexto de crescimento que se baseará mais na procura interna.

Relativamente a 2007, as expectativas para a taxa de inflação média têm sido revistas em baixa, situando-se presentemente nos 1,8%.



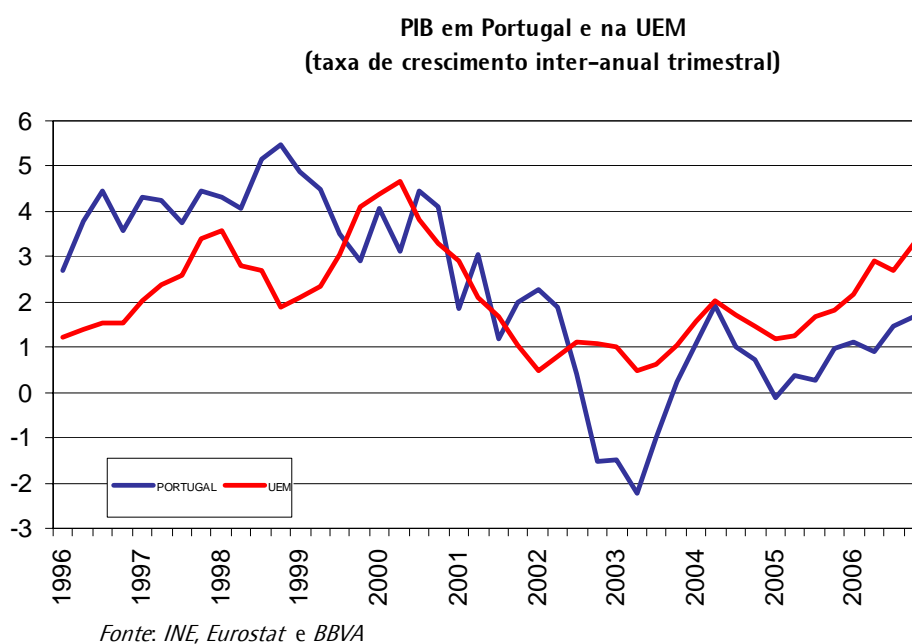
Fonte: Eurostat e BBVA

Por sua vez, o processo de normalização das taxas de juro deverá prosseguir, num contexto em que os dados da actividade confirmam um cenário de crescimento sustentado e em que as expectativas de inflação se mantêm acima do objectivo. O

crescimento persistente dos agregados monetários e a aceleração do crédito ao sector privado para taxas com dois dígitos são argumentos adicionais a favor da prossecução das subidas. A taxa de referência na zona euro que se situou no final do ano em 3,50%, deverá subir até 4% no primeiro semestre de 2007.

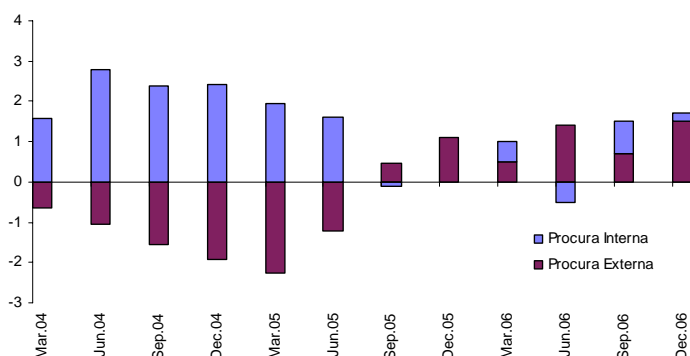
4.3 Economia Portuguesa

A economia portuguesa, embora tenha saído da recessão de 2003, não revela sinais de recuperação sólida desde essa data. O crescimento tímido verificado em 2005 mantém-se em 2006, se bem que a forte procura externa lhe tenha imprimido maior dinamismo. Em 2006, o PIB português subiu 1,3% (taxa inter-anual), situando-se muito abaixo do crescimento da zona euro, que registou um aumento de 2,6%. Pelo quinto ano consecutivo, Portugal terá uma taxa de crescimento inferior à média da zona euro, o que significa um retrocesso no processo de convergência.



O crescimento do PIB explica-se fundamentalmente graças ao forte impulso do sector externo, contribuindo a procura interna apenas com 0,3% para o crescimento do produto.

Contribuição para o Crescimento (taxa inter-anual)



Fonte: INE, e BBVA

Por componentes, a evolução do consumo ao longo do ano foi relativamente modesta, registando um crescimento de 1,1% na taxa inter-anual, apesar da confiança dos consumidores ter evoluído favoravelmente.

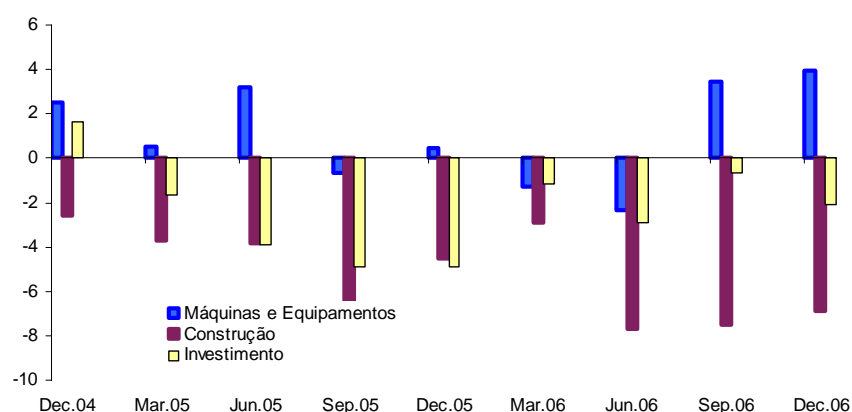
Os riscos para o consumo derivam fundamentalmente do aumento acumulado das taxas de juro do BCE e do seu impacte nas despesas das famílias, que se caracterizam por um forte endividamento, um dos mais elevados da UEM. Previsivelmente, no entanto, o consumo privado continuará a contribuir de forma positiva para o crescimento ao longo do próximo ano, embora sem ultrapassar as taxas de 2005.

Por sua vez, a evolução do consumo público, com uma queda de 0,3% em 2006, denota o esforço de consolidação orçamental.

O investimento é, de todas as componentes, aquela que mais tem travado o crescimento., apresentando uma queda de 1,7%. Apesar desta queda assistiu-se a um desagravamento na sua progressão quando comparado com 2005 (-3,8%). A maior parte deste comportamento negativo tem a sua origem na construção, que, no último ano, acentuou o seu ritmo de descida. A componente de material de transporte foi a que mais se destacou pela positiva. As perspectivas para o investimento não são muito positivas. Não obstante serem perceptíveis certos sinais de reactivação da produção industrial, com o

Índice de Produção Industrial a apresentar um crescimento médio de 2,6% até Dezembro de 2006, a confiança industrial mantém-se estagnada, em claro contraste com a forte retoma observada no conjunto da zona euro. Esta discrepância repete-se ao nível da capacidade utilizada na indústria. O elevado nível de capacidade ociosa indica que ainda resta uma margem para expandir a produção sem necessidade de realizar novos investimentos.

Investimento e Componentes (taxa inter-anual)



Fonte: INE, e BBVA

Durante o corrente ano, as exportações de bens e serviços tiveram um crescimento notável, a taxas interanuais da ordem dos 8,8%, segundo dados disponibilizados em contabilidade nacional. Grande parte do aumento das exportações é explicado pelo dinamismo do comércio mundial e, em concreto, pelo bom momento que atravessa a UEM (80% das exportações portuguesas têm por destino este mercado). Mas também aumentaram de forma significativa as exportações de bens para mercados que não integram a UEM, entre os quais se destaca o incremento de 27% das exportações para os EUA relativamente ao ano de 2005.

De um ponto de vista mais estrutural, convém não esquecer que a economia portuguesa se confronta desde princípios de 2000 com uma significativa quebra acumulada da quota de mercado, devido à deterioração da sua competitividade de preços e à especialização em

bens de baixa intensidade tecnológica e mais intensivos em mão obra, por conseguinte mais sujeitos à concorrência de países emergentes com custos laborais baixos. Os últimos dados revelam que poderá ter sido travada a deterioração da competitividade, ainda que se esteja longe dos níveis anteriores a 2000. No que diz respeito ao grau de especialização, os dados da balança comercial revelam um aumento relativo das exportações líquidas de bens de média-baixa tecnologia e de média-alta tecnologia em detrimento dos bens de baixa tecnologia.

As importações, por seu lado, e apesar de uma procura interna deprimida, apresentaram igualmente uma aceleração face a 2005, crescendo 4,3%.

O maior ritmo de crescimento das exportações, aliado à redução dos preços do petróleo, atenuou o défice comercial. No entanto, as necessidades de financiamento externo, expressas em percentagem do PIB, continuam elevadas, 8,7% do PIB, deteriorando-se face ao ano anterior (-8,1%).

No que respeita ao mercado laboral, a taxa de desemprego em Portugal apresentou uma progressão ascendente, estabilizando-se na ordem dos 7,7% em 2006, um valor superior ao do ano anterior em 0,1p.p.

No ano em curso, a taxa de inflação média situou-se em 3,1%, o que significa um aumento dos preços de quase um ponto em relação ao registado em 2005. Esta situação deu lugar ao ressurgimento do diferencial de preços entre Portugal e a zona euro, que se situa actualmente um pouco acima de um ponto, após ter sido reduzido praticamente a zero em 2005.

A combinação de vários factores explica boa parte da aceleração dos preços. De um lado estão as medidas tributárias (aumento do IVA em Julho de 2005 e aumento do imposto sobre o tabaco em Janeiro deste ano). Do outro lado está a revisão metodológica levada a cabo no passado mês de Setembro. A mudança metodológica afectou a componente de

vestuário e calçado desde Janeiro deste ano e traduziu-se por um aumento da taxa de inflação.

<i>Previsões Macroeconómicas</i>	<i>Banco de Portugal</i>		
	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>
PIB	1.2	1,8	2.1
Consumo Privado	1,2	1,5	1,7
Consumo Público	-0.2	0,0	0,3
FBCF	-3,1	0.0	3.9
Exportações	9.3	6.2	6.1
Importações	4.3	3.5	4.7
Inflação (IHPC)	3.0	2,3	2,4
Défice BCorrente+BCapitais (% PIB)	7.6	7.3	7.2

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Inverno 2006

É igualmente de esperar para 2007, que a economia portuguesa cresça a um ritmo superior ao do corrente ano, ainda que a composição desse crescimento seja distinta. No próximo ano o Banco de Portugal estima que a economia cresça a uma taxa de 1,8%. A procura externa contribuirá menos para o crescimento, o que, crê-se, será compensado por uma melhor evolução da procura interna. Espera-se uma moderação da inflação até taxas de 2,2% em 2007, após registar um crescimento médio de 3,1% em 2006. Estas previsões implicam a anulação do diferencial de inflação com a zona euro após a ampliação transitória observada este ano.

5.

Acontecimientos Relevantes

5. ACONTECIMENTOS RELEVANTES

Em 2006 o BBVA Portugal prosseguiu a estratégia de crescimento selectivo e sustentado do volume de negócios, apoiado por um forte dinamismo comercial e por uma oferta diferenciada de propostas pioneiras e de elevado valor. Este crescimento alicerçou-se em criteriosas políticas de gestão de crédito, permitindo que se assistisse novamente a uma redução do nível de sinistralidade.

O esforço desenvolvido permitiu um crescimento do Activo de 16,5% face a 2005 e uma presença mais significativa nos segmentos de negócio considerados prioritários, como o Crédito à Habitação e os Fundos de Investimento.

- Para o expressivo crescimento do **Crédito Hipotecário**, um dos principais vectores estratégicos do BBVA Portugal, contribuiu decisivamente o carácter inovador e adaptável das **novas soluções** apresentadas, que permitem aos clientes usufruir de flexibilidade máxima em termos de prazo e montante modificando, em qualquer momento da vida do empréstimo, as condições do seu crédito, escolhendo as que melhor se adaptam ao seu perfil e à sua capacidade de pagamento.

Pretendendo igualmente contribuir para acrescentar valor junto dos seus Clientes e da Sociedade em geral, o BBVA mantém uma reflexão periódica sobre as variáveis que condicionam a evolução do mercado hipotecário português. É neste contexto que apresentou o estudo "**Situação Imobiliária Portugal**".

Por forma a facilitar o acesso ao crédito e a produtos e informações associados, lançou-se este ano o portal **ATREA**, dedicado à venda de imóveis. Constituindo-se actualmente como o primeiro portal ibérico, associa-se à área hipotecária do BBVA Portugal.

- Nos **Produtos de Activo** e reforçando o compromisso de antecipar soluções que se adequem às crescentes exigências dos seus clientes, o BBVA lançou o "**Crédito Zero**",

uma solução financeira que permite aos clientes particulares que domiciliem o ordenado, um acesso a um crédito isento de juros durante o primeiro ano.

Pretendendo igualmente reforçar a sua presença no apoio às **PME's** promoveu, em parceria com o Banco Europeu de Investimentos, uma linha de crédito de 50 milhões de euros, disponibilizando a este segmento o acesso a flexíveis e diversificadas modalidades de financiamento, em condições de preço particularmente favoráveis.

- No que concerne aos **Recursos Geridos**, é de assinalar a continuação de um percurso claramente positivo dos produtos de desintermediação, contrabalançando alguma desaceleração na captação de depósitos. A evolução dos Fundos de Investimento reflecte, sobretudo, os recursos captados através dos Fundos Garantidos e dos Fundos Especiais de Investimento, duas das categorias de fundos onde o BBVA tem apresentado propostas distintivas e de elevado valor destacando-se, este ano, o lançamento do "**Fundo Euro Consolidado BBVA**" e do "**Duplo 8 BBVA**".
- Disponibilizando igualmente **Soluções de Poupança/Investimento** a médio prazo que se destinam a clientes de perfil de risco conservador que pretendam diversificar as suas carteiras de aplicações por forma a obter um retorno positivo, com capital garantido, uma remuneração mínima estabelecida e um potencial de valorização associado ao comportamento de diferentes classes de activos, lançou-se o "**Depósito Crescente 6 BBVA**", o "**Depósito Gestão Diversificada BBVA**", o "**Depósito Multigestão Dinâmica BBVA**", o "**Depósito Plus 8 BBVA**" e o "**Depósito CAP 10 BBVA**". Igualmente, e para clientes com um perfil mais conservador que pretendam uma aplicação competitiva a médio prazo e com rentabilidades pré-definidas, apresentou-se o "**Depósito Crescente Trimestral 4% BBVA**". Criando soluções de investimento a médio prazo que aliem a segurança e a liquidez de um Depósito a Prazo com taxas muito atractivas, com a aplicação em unidades de participação dos fundos BBVA, apresentou-se a "**Solução Multigest BBVA**".
- Associado aos produtos de **Protecção e Segurança**, o BBVA apresentou a "**Solução Reforma Tranquila BBVA**" que possibilita, aos subscritores dos Fundos BBVA

Protecção, a constituição de um depósito a prazo até ao montante investido, com uma taxa muito competitiva.

- Decidido a cumprir o seu **compromisso social corporativo**, assumindo particular destaque nesta acção concreta a vertente humana e social, o BBVA acordou que parte dos benefícios gerados pela carteira de seguros revertem a favor de uma Instituição de Solidariedade Social, a "**Acreditar**, Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro". O BBVA celebrou ainda, com o Governo Civil de Castelo Branco e no âmbito do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, um protocolo que permite o financiamento, em condições preferenciais, de projectos que facilitem a mobilidade a qualquer cidadão.
- O BBVA Portugal foi nomeado **Banco Oficial das Agências Europeias de Segurança Marítima (EMSA) e do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência (EMCDDA)**. Estas nomeações traduzem o reconhecimento do esforço permanente que o Banco desenvolve no que respeita à competência e qualidade de serviço prestado.
- O compromisso de assumir relações estáveis e próximas dos nossos clientes foi recompensado pela atribuição da segunda classificação em qualidade de atendimento da banca nacional, efectuado pela empresa **Multimétrica – Estudos de Mercado**.
- Na área de **Investment Banking**, é de destacar a liderança conjunta de um empréstimo sindicado para a EDP, bem como dos financiamentos em project finance da Auto-estrada SCUT Ilha de S. Miguel, nos Açores, e da carteira de parques eólicos em Portugal da Babcock & Brown - Enersis. Esta última operação veio a obter a distinção de "Deal of the Year" para as Energias Renováveis na Europa de várias revistas da especialidade. Depois de ter co-liderado e organizado um sindicato bancário que financiou, conjuntamente com o BEI, o maior projecto de energia eólica até agora desenvolvido em Portugal, o projecto Generg, e obter pela Project Finance Magazine, do Grupo Euromoney, o prémio "Deal of the year-Energias Renováveis

2005", o BBVA volta a estar presente numa outra operação de Project Finance de referência a nível europeu.

- O BBVA Portugal adquiriu, em Julho de 2006, a empresa Invesco Management S.A., sociedade residente no Luxemburgo, por um valor líquido de 11,6 milhões de euros.
- Com o objectivo de melhorar, de forma consistente, a rentabilidade e a eficiência, o BBVA procedeu a um processo de reestruturação interna que compreendeu a racionalização e renovação do seu quadro de colaboradores, bem como a criação de uma nova área, a Área de Transformação e Produtividade.
- Por forma a sustentar a estratégia de crescimento e de reestruturação do BBVA Portugal, o Banco **umentou**, em 22 de Dezembro de 2006, o seu **capital social** em **60 milhões de euros**.

6.

Actividade das Principais Áreas do Banco

6. ACTIVIDADE DAS PRINCIPAIS ÁREAS DO BANCO

6.1 Banca Comercial

A Banca Comercial, presente em todas as capitais de distrito através de uma rede de 109 agências, disponibiliza uma vasta gama de soluções de poupança e de financiamento.

Orientada para a plena satisfação dos seus Clientes, a rede de distribuição de Banca Comercial foi reforçada em 2006 com dois novos pontos de vendas: Vilamoura, inaugurada em Maio e Odivelas em Junho. Estas aberturas enquadram-se no modelo de gestão seguido pela Banca Comercial que passa pela optimização da rede comercial, pelo crescimento orgânico e pela aposta em zonas com forte potencial de crescimento.

Clientes

Em 2006, o universo de Clientes BBVA cresceu cerca de 4%.

A segmentação definida no triénio 2002-2005, baseada no património do Cliente existente no BBVA identificou claramente 3 segmentos de Clientes. Os Clientes de Valor Actual, os de Valor Futuro e os Clientes de Valor Potencial.

Foi mantido no decorrer do ano um esforço específico de acompanhamento / assessoria à Base de Clientes de Valor Actual e Valor Futuro. Esta concentração de esforços permitiu incrementar o número de Clientes de Alto Valor (Clientes com maior património financeiro) em 14%.

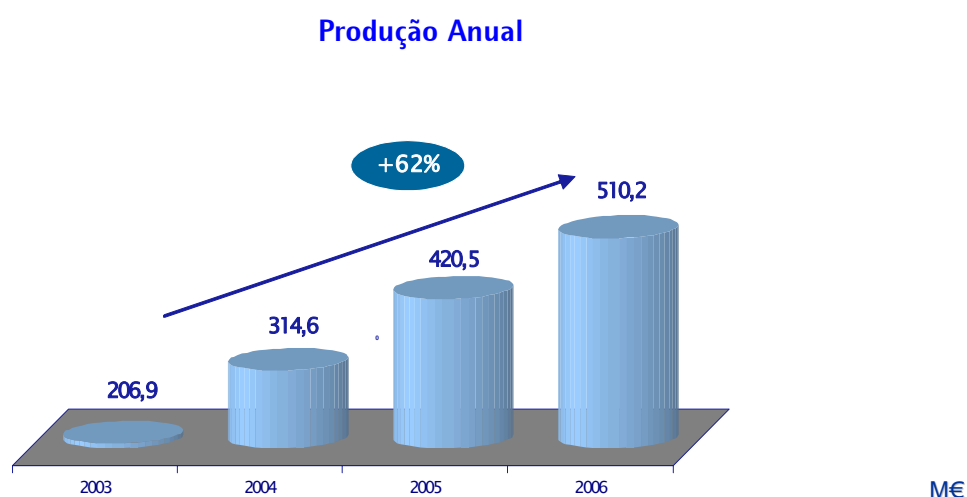
Outro indicador estratégico inerente à Base de Clientela é o relativo ao número de produtos detidos em média pelos Clientes BBVA. A vinculação dos Clientes ao BBVA registou uma evolução satisfatória ao situar-se nas 3,85 famílias de produtos por cliente.

Crédito Habitação

Em Fevereiro de 2006, procedeu-se ao relançamento do Crédito Habitação Fácil BBVA, produto pioneiro no sector, por ter sido, aquando do seu lançamento, o primeiro crédito à habitação do mercado a permitir deixar para o final do empréstimo uma prestação de até 30% do capital.

Além deste atributo inovador, associou-se ainda ao Crédito Habitação Fácil BBVA duas características de peso: *spreads* imbatíveis desde 0,35% e a oportunidade dos Clientes apenas pagarem juros durante os 3 primeiros anos (carência de capital).

O Crédito Habitação Fácil BBVA foi em 2006 também objecto de uma forte promoção através de uma campanha publicitária presente em todos os meios de comunicação e em variadíssimas acções de marketing directo para Clientes e Potenciais Clientes.



À imagem de anos anteriores, foi possível obter em 2006 um importante crescimento nesta linha estratégica de actuação.

A título de exemplo, como se pode constatar no gráfico acima, o volume de facturação alcançado no triénio 2004-2006 cresceu 62%. De 2005 para 2006 as vendas progrediram 21%. O Crédito Habitação é incontestavelmente um produto de referência no catálogo BBVA, contribuindo em larga escala para a captação de novos Clientes e permitindo, devido às suas características, desenvolver acções de venda cruzada.

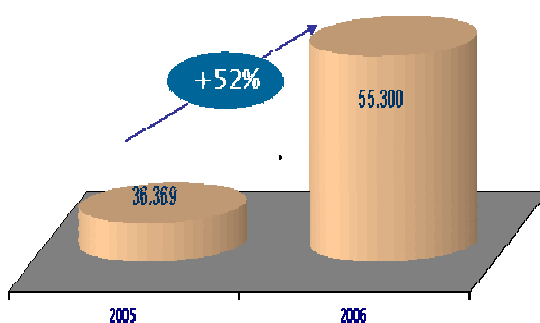
Crédito ao Consumo

Nesta linha de actuação, 2006 foi igualmente um ano de grande inovação.

Durante o ano foram disponibilizados aos Clientes BBVA vários produtos de Crédito ao Consumo, sendo o mais inovador o Crédito 0% BBVA.

O Crédito 0% BBVA permite ao Cliente, que domiciliar o seu vencimento, ter acesso a um crédito pessoal sem juros nem comissões durante o primeiro ano de vida do empréstimo. Findo esse período, esta proposta de valor continua a ser muito atractiva para o Cliente. De tal forma que o Crédito 0% BBVA ficou referenciado, segundo a DECO, como o melhor produto do mercado.

Produção



O lançamento de soluções inovadoras, assim como constantes campanhas promocionais e as melhores condições do mercado, foram factores decisivos para alcançar resultados muito positivos em 2006. Assistiu-se assim a um crescimento notório do volume de vendas face ao ano transacto: a facturação de crédito ao consumo cresceu cerca de 52% em relação ao ano anterior, conforme se pode constatar no gráfico ao lado.

Recursos

Durante o ano de 2006, foram disponibilizados diversos Depósitos Estruturados e Soluções de Investimento, com diferentes características, que possibilitaram aos nossos

clientes efectuar uma maior diversificação dos seus investimentos, em alternativas inovadoras e de valor acrescentado.

Destacam-se, em 2006, os seguintes produtos:

O Depósito PLUS 8 BBVA: um Depósito a 3 anos com Capital Garantido, uma remuneração fixa nos 2 primeiros anos, e a possibilidade de obtenção de uma taxa de 8 % no último ano, dependente do comportamento de 4 acções (Telefonica, Iberdrola, BBVA e Repsol YPF);

O Depósito Gestão Diversificada BBVA: uma aplicação a médio prazo, 3 anos, que garante no vencimento, o capital investido e um rendimento que corresponderá a 100% da variação positiva do Índice Diversified Index;

O Depósito CAP 10 BBVA: uma aplicação a médio prazo, 3 anos, com capital garantido no vencimento, uma remuneração mínima de 2% (TANB) no final de cada ano, e a possibilidade de obtenção de uma taxa adicional de 2%, 4% e 8% (TANB) no final do 1º, 2º e 3º ano, respectivamente, dependente do comportamento de um cabaz de 4 acções;

O Depósito Crescente Trimestral 4% BBVA: uma aplicação a 18 meses, com capital garantido na maturidade, que permite a obtenção de uma taxa de juro pré-definida e crescente todos os trimestres, com pagamento trimestral de juros.

O Depósito MULTIGESTÃO DINÂMICA BBVA: uma aplicação a médio prazo, 4 anos, que garante no vencimento, o capital investido e um rendimento que corresponderá a 4% brutos mais 100% da Variação positiva do Índice Multigest Index.

Colectivos

Em 2006, com o objectivo de fortalecer o relacionamento e incrementar a base de clientela, a actividade de Colectivos focalizou-se no desenvolvimento das sinergias com as áreas de negócio do Banco, na angariação de novos protocolos de âmbito nacional e local

e na dinamização dos colectivos já existentes. Actuou-se através de ofertas segmentadas de produtos com condições preferenciais e de campanhas de marketing directo. Em Dezembro de 2006 Colectivos representa 11% do volume de negócios da Banca Comercial.

Qualidade de Serviço

Foi com enorme satisfação que, em 2006, o BBVA Portugal obteve o 2º lugar no estudo independente – Multimétrica. Um estudo comparativo da qualidade de serviço prestada aos Clientes pelas principais instituições bancárias nacionais. Uma classificação que seguramente confirma que o Cliente é o centro da nossa actividade e que “no BBVA trabalhamos por um futuro melhor para as pessoas”.

Empresas

Em 2006, eram 9 as agências de Banca de Empresas verdadeiramente vocacionadas para este segmento de Clientes.

Resultado de um exaustivo e profundo diagnóstico às necessidades manifestadas pelos Clientes, o modelo de desenvolvimento do acompanhamento comercial assentou em cinco grandes pontos:

- alargamento da proposta de valor baseada numa oferta de produtos e serviços inovadores e distintos;
- reforço da relação comercial com destaque na assessoria financeira global;
- multiplicação dos contactos com Clientes e potenciais Clientes;
- desenvolvimento de mecanismos de apoio à venda;
- consolidação do conceito de cross segment em consonância com a Banca de Retalho, a Banca Institucional e o Corporate.

O aprofundamento do modelo comercial e organizativo no segmento das médias empresas traduziu-se em 2006 em excelentes resultados, nomeadamente ao nível da rendibilidade e da qualidade do risco assumido, isto num contexto marcado por uma conjuntura económica adversa.

O desempenho da rede Banca de Empresas voltou a pautar-se por um crescimento da actividade em todos os domínios com destaque para o crescimento do volume de negócios face ao ano anterior de cerca de 9%.

Este resultado torna-se mais notório uma vez que para o mesmo exercício, os indicadores de crédito vencido e mora situaram-se em excelente nível, 0,41%, ou seja um decréscimo de cerca de 35% face a 2005.

Quanto a indicadores inerentes à base de Clientes de salientar dois pontos importantes:

- o número de Clientes sob gestão em Banca de Empresas voltou a subir e registou em 2006 um acréscimo de cerca de 10%, com especial enfoque numa abordagem sistemática do mercado ibérico;
- a venda cruzada, fruto de uma eficaz política de gestão comercial e de uma correcta adequação às necessidades dos Clientes, teve um comportamento muito positivo mantendo-se na casa das quatro famílias de produtos por Cliente.

Em 2006, a actividade da Banca Comercial do BBVA Portugal centrou-se na finalização dos objectivos estratégicos, definidos no Plano Director 2003-2005, de incremento da base de clientela de valor e do seu grau de vinculação, propondo constantemente novas soluções de elevado valor acrescentado.

Assentes nesta estratégia, desenvolveram-se soluções inovadoras, quer de activo, quer de passivo, no sentido de estabelecer relações duradoiras com os clientes e que lhes permitam atingir um grau elevado de satisfação.

6.2 Banca Hipotecária

A Área de Banca Hipotecária tem como objectivos fundamentais a gestão global das empresas promotoras imobiliárias e a promoção de crescimento rentável e sustentado da base de clientes do Banco, contribuindo para o incremento das operações de financiamento destinadas quer a empresas, através do financiamento de empreendimentos imobiliários, quer a particulares, neste caso mediante o financiamento para aquisição da habitação.

Como unidade especializada, a Banca Hipotecária foi criada com o objectivo de transformar o BBVA numa entidade de referência líder no mercado imobiliário. Apesar da crise que atravessa o mercado imobiliário e da construção de edifícios em Portugal, os montantes de negócio atingidos durante o ano 2006 situaram-se em linha com os objectivos estabelecidos, apesar da quebra de actividade do sector, que acumula, ao longo dos últimos quatro anos, um decréscimo do 28% em relação aos fogos iniciados em 2002 e de 43% em relação aos concluídos no mesmo período.

Alguns dados relevantes :

- A facturação de novos financiamentos imobiliários no ano 2006, 279 M€, foi 31% inferior à do ano anterior atingindo um total de 1.175 M€ no quadriénio 2003-2006.
- A quota de mercado, entendida como número de fogos financiados sobre fogos licenciados em Portugal, passou de 3,34% (2.518 fogos financiados em 2005) para 2,44% (1.799 fogos financiados em 2006), o que traduz um decréscimo de 29% sobre os fogos financiados no ano anterior. Esta quebra no financiamento de edifícios de habitação está relacionada com os atrasos no início das obras, já licenciadas, pelos promotores imobiliários, devido ao fraco comportamento das vendas no mercado.
- O saldo médio de investimento a 31 de Dezembro foi de 409 M€ que representa 52% mais em relação ao saldo de fecho do ano anterior, e um crescimento de 141 M€ sobre os 268 M€ de fecho em 2005.
- O incremento da base de clientes activos foi de 43% com 123 clientes activos a 31 de Dezembro de 2006 contra os 86 existentes no fecho de 2005.

Em Dezembro de 2006 foi aberto um novo centro de promotores em Faro.

Com a finalização das primeiras obras da carteira, a área tem por objectivo, para o ano de 2007, a transformação do saldo do crédito promotor reembolsado em crédito habitação, contratado pelos compradores das habitações vendidas nos empreendimentos financiados.

6.3 Banca de Empresas, Corporativa e Institucional

O ano de 2006 ficou marcado por uma reestruturação profunda ao nível da gestão de clientes empresa e institucionais no BBVA Portugal com a criação da **BEC – Banca de Empresas Corporativa e Institucional**.

Esta nova área de negócio passou a concentrar numa só estrutura a gestão de clientes das áreas anteriormente designadas por Banca Institucional, Banca Corporativa (grupos nacionais e multinacionais com volume de negócio superior a 100 milhões euros) e Banca de Empresas (no que respeita ao segmento de clientes com volume de negócios superior a 10 milhões de euros).

A dispersão e diversidade de clientes BEC têm o correspondente reflexo na cobertura geográfica desta área, procurando aumentar a proximidade ao cliente com pólos em Braga, Porto, Aveiro, Leiria, Lisboa e Setúbal.

Dando continuidade à política de orientação ao cliente, a BEC foi dotada de uma estrutura própria de **Admissão de Risco**, com delegação de crédito relevante e maior contacto com os clientes, continuando a assegurar a ponte entre a Área Comercial e os Comitês de Riscos de nível superiores.

A **Direcção de Produtos e Serviços Especializados**, anteriormente designada Produtos e Negócio, mantém-se como parte integrante da BEC e é agora responsável por uma maior diversidade de produtos, reflectindo o dinamismo do mercado e a procura de soluções inovadoras de financiamento e operacionalidade, que respondam de forma adequada às permanentes mutações nas necessidades dos nossos clientes. Nesta área é assegurado o desenvolvimento, gestão e promoção de três linhas de produtos e serviços:

- Crédito Especializado: Factoring, BBVA Confirma, Leasing, Forfaiting, Crédito Comprador, Confirmação de Créditos Documentários;

- Home & Selfbanking: Netcash, ATM, TPA, Cheque Express, Lock-Box, MT 940;

- Serviços Transaccionais: Débitos Directos, Cash-Management, Cheques Fornecedor, Efeitos Exterior, GCPS, Cartões de Crédito

Este conjunto de produtos e serviços são comercializados em toda a rede do BBVA Portugal junto de todos os clientes empresa, independentemente do segmento em que se enquadram.

Na actividade do segmento **Institucional** em 2006 destaca-se a nomeação do BBVA como Banco Oficial das Agências Europeias de Segurança Marítima (EMSA) e do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência (EMCDDA).

O desempenho desta área pautou-se por fomentar o *cross-selling*, nomeadamente através de acordos institucionais, de que é exemplo a renovação de um protocolo com a sociedade Porto Vivo e a celebração de outro com a S.R.U. Ocidental de Lisboa, em estreita colaboração com a **Banca Comercial** no que respeita a projectos de reabilitação de imóveis de particulares naquela zona da capital.

O BBVA Portugal foi ainda seleccionado em concurso público para banco de apoio à Câmara Municipal de Lisboa nas operações de pagamento de custas judiciais via Multibanco. A Banca Institucional reforçou de forma global a posição do BBVA como banco de referência no âmbito da Administração Local em Portugal.

No crédito ao segmento de Grandes Empresas o BBVA continua a apresentar uma forte quota de penetração, 8,78%, num mercado onde continuou a verificar-se a tendência de substituição de crédito clássico por soluções de dívida titulada, quer em Papel Comercial quer em Obrigações.

A **Banca Corporativa** em estreita colaboração com as áreas de **Investment Banking** e **Mercado de Capitais**, acompanhou o forte dinamismo do mercado de emissão de dívida, onde o interesse das emitentes na desintermediação tem encontrado correspondência na apetência dos investidores por este tipo de produtos. O esforço de colocação também tem contribuído para estimular a procura de dívida titulada, de onde resulta uma forte pressão para o esmagamento de taxas, com vantagens acrescidas para as empresas emitentes que conseguem, por esta via, financiar-se a preços altamente competitivos.

Nesta área destaca-se a organização e agenciamento de um Programa de Papel Comercial do grupo Jerónimo Martins, com emissões na divisa PLN até ao contravalor de 90 milhões de euros, e a liderança do incremento de outro Programa até 40 milhões de euros para o mesmo grupo empresarial.

O dinamismo comercial das áreas de negócio e a eficaz coordenação com os diversos especialistas de produtos traduziram-se no crescimento da actividade, num contexto desfavorável de baixos níveis de investimento e de forte pressão para redução de *spreads*, tanto no que respeita ao crédito concedido como à remuneração de recursos.

6.4 Negócios Globais

A actividade de Negócios Globais em Portugal registou uma evolução bastante positiva em 2006, em especial nos últimos meses do ano, dando claras indicações de um incremento significativo da fortaleza de posicionamento do Banco nestas actividades em Portugal.

Banca de Investimento

A actividade de banca de investimento registou um crescente dinamismo durante o ano de 2006, o qual culminou no fecho bem sucedido de algumas operações de referência. No cômputo geral, o ano foi de crescimento consolidado, mas a evolução por segmento de negócio não foi homogénea.

Na área de mercado de capitais (dívida) assistiu-se a uma intensificação da concorrência, com o conseqüente estreitamento das margens de crédito. Na área de "structured finance", a falta de concessões e parcerias público-privadas lançadas pelo Estado foi compensada por um maior dinamismo do sector privado, garantindo uma evolução positiva do mercado.

Pode destacar-se, como uma das operações mais emblemáticas do ano, o financiamento da carteira de parques eólicos em Portugal da Babcock & Brown, um financiamento de aproximadamente 800 milhões de euros, liderado e assegurado pelo BBVA e por três outros bancos portugueses e que se tornou no maior "project finance" de energia alguma vez realizado em Portugal. Esta operação veio ainda a obter o prémio de "Deal of the Year" para as energias renováveis na Europa, atribuído pela prestigiada publicação da especialidade "Project Finance International".

Igualmente de assinalar, pela sua dimensão e pelo seu simbolismo, a assinatura do contrato de financiamento da concessão rodoviária da SCUT Ilha de S. Miguel, nos Açores, operação liderada pelo BBVA em conjunto com outros dois bancos e que ascendeu a aproximadamente 300 milhões de euros.

Outras operações relevantes foram também a liderança conjunta do empréstimo sindicado da EDP no valor de 1.100 milhões de euros, bem como a entrada no financiamento em "project finance" da Tejo Energia.

Mercados Globais

Durante o ano de 2006 a actividade de Mercados em Portugal registou uma evolução muito positiva permitindo superar de forma clara os objectivos propostos.

Em 2006 merece particular destaque o ritmo de crescimento da actividade de gestão de riscos de taxa de juro e cambial com o conjunto de grandes empresas clientes do Banco. A aposta iniciada em 2005 permitiu mais que duplicar a actividade neste segmento em 2006. É também de destacar que se alargou a oferta de produto a este segmento de clientes a soluções de cobertura de risco de preço de commodities. Por outro lado, à medida que esta actividade com grandes empresas vai entrando em ritmo de crescimento sustentado, o Banco vai reforçando o seu objectivo de tornar acessível este tipo de

soluções a uma base alargada de clientes, através da criação de um projecto estratégico designado Riskpyme.

Na área de derivados de acções, o Banco continuou a afirmar-se como uma das principais contrapartes em produtos estruturados para as redes dos diversos bancos presentes em Portugal. Em 2006 verificou-se igualmente o crescimento da relevância das operações com base em subjacentes portuguesas.

A actividade de produtos de dívida registou também um crescimento significativo e com uma gama muito alargada de produtos, mantendo uma presença relevante quer em operações de papel comercial e obrigações quer em produtos estruturados de crédito, derivados de crédito e operações de securitização.

6.5 Risco

A gestão do risco tem por objectivo essencial gerir activamente a exposição à incerteza para otimizar os rendimentos do Banco.

Para alcançar tal objectivo, a função de riscos deve assegurar que todos os riscos sejam devidamente identificados, medidos e valorados. Desta forma garante-se que a variável risco está presente em todas as decisões que se tomem, contribuindo para configurar o perfil de risco desejado pela Instituição.

Nas actividades financeiras assumem-se riscos continuamente, pelo que a gestão integral de todos eles é essencial para alcançar um conhecimento profundo dos níveis de exposição e manter assim a solvência do Grupo, na busca do equilíbrio risco/rentabilidade.

A gestão de risco no BBVA alinha-se com os objectivos gerais do Grupo, fixa os limites de exposição ao risco e contribui para o objectivo último de criação de valor para os accionistas.

Para facilitar a construção de uma função de riscos que sirva estes objectivos, o Grupo BBVA vem-se dotando dos aspectos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) necessários.

O Grupo dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão do riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam e admitem os riscos.

A estrutura organizacional fortalece a responsabilidade orgânica e funcional dos distintos órgãos institucionais e executivos do Grupo, de acordo com as melhores práticas e recomendações das autoridades normativas e supervisoras.

Esta estrutura de gestão do risco constitui um elemento chave que contribuiu para uma eficaz integração da gestão de riscos no Banco, ao permitir uma adequada coordenação de planos de trabalho sob critérios de risco e objectivos únicos.

Os aspectos qualitativos foram desenvolvidos de acordo com objectivos chave da função de riscos:

- A independência da gestão do risco, que assegure uma adequada informação para a tomada de decisões
- A uniformidade de estruturas e sistemas que facilitem a admissão de riscos segundo o perfil desejado, o seguimento da carteira e a qualidade da exposição ao risco.

Atendendo aos aspectos estritamente quantitativos, completou-se o mapa de ferramentas utilizadas em risco de crédito, calibrando os ratings para empresas e os scorings de particulares. Estas ferramentas são essenciais para o processo de admissão e para o seguimento e classificação das carteiras. O objectivo é quantificar, ex-ante, os níveis de provisões necessários em função do nível de risco implícito em cada carteira.

Gestão do risco de crédito

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se fôr o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual se sustenta esta gestão do risco no Grupo é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Banco e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

A função de riscos de crédito tem entre os seus objectivos garantir uma adequada qualidade do risco de crédito através do seguimento dos limites e dos objectivos estabelecidos para o Grupo BBVA, que estão em consonância com a estratégia e o perfil de riscos desejado.

A utilização de ferramentas que valorem a exposição ao risco de crédito e rentabilidades ajustadas ao risco desejado permite uma gestão dinâmica da carteira, identificar concentrações de risco indesejadas, e assegurar que os riscos se mantêm dentro dos limites estabelecidos.

Na sequencia das políticas definidas e dos processos de gestão desenvolvidos, os resultados obtidos em 2006 estão em linha com os objectivos conservadores relativamente a este tipo de risco, tal como é evidenciado pelo rácio de crédito vencido sobre crédito total que passou de 0.49% para 0,43%, respectivamente nos finais de 2005 e 2006.

Gestão de risco de mercado

A gestão deste risco visa limitar as perdas e otimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados, de acordo com os objectivos fixados pelo Grupo.

A unidade de Gestão Global de Riscos de Mercado, que actua como unidade central e independente relativamente às áreas de mercado onde se origina o risco, desenvolve um

conjunto de políticas visando capturar o nível de riscos do Grupo, controlar a sua adequação aos limites fixados e informar a Direcção.

VAR	10 ³ Euros	
	2006	2005
Máximo	194	98
Médio	65	34
Mínimo	10	1
31 Dez	46	11

O modelo "Valor em Risco"(VaR) constitui a principal ferramenta de medição do risco de mercado no Grupo BBVA.

Esta metodologia, que é aplicada na sua modalidade de matriz de covariâncias, estima a perda máxima que pode produzir-se nas posições de mercado, com um nível de confiança de 99%, para um horizonte temporal de um dia.

O modelo parte de uma análise do comportamento histórico dos principais factores de risco de mercado, ou seja, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações e volatilidades implícitas de opções. A partir das variações diárias que registaram estas variáveis no passado recente, constrói-se diariamente uma matriz de volatilidades e correlações que permite estimar as perdas potenciais futuras para cada factor de risco e para o conjunto de factores.

As medições de riscos das diferentes áreas de mercado do Grupo são realizadas numa única ferramenta de cálculo corporativa, garantindo-se assim a homogeneidade dos cálculos e permitindo uma estimativa do risco agregado que compreende o efeito diversificação entre mercados e carteiras.

No Grupo BBVA segue-se um processo de permanente melhora dos sistemas, adequando-os às metodologias mais desenvolvidas para a medição dos riscos das áreas de mercado.

O processo de seguimento de riscos de mercado é complementado com o controlo de sinais de alerta tais como o forte incremento das volatilidades de mercado ou a acumulação de perdas (stop-loss) e a realização de testes de backtesting e stresstesting. A aparição dos sinais de alerta mencionados desencadeia a aplicação de medidas urgentes para limitar o impacto negativo no património do Grupo.

Risco de juro estrutural

O risco taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de repreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de repreciação), face a alterações na pendente da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O impacto acumulado na Margem de Juros, dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano, medido de acordo com a instrução 19/2005 do Banco de Portugal, seria de 710 Mil Euros em 31/12/2006.

Risco cambial

A exposição ao risco cambial nas actividades estruturais, derivada principalmente de activos denominados em divisas distintas das que os financiam, é avaliada de forma periódica no COAP. No quadro das políticas de gestão do risco cambial aprovadas neste Comité, são adoptadas as medidas necessárias em cada momento para o seu atenuamento.

No exercício de 2006, não existem valores relevantes a reportar relativamente a este tipo de risco.

Gestão global do risco operacional

É risco operacional todo aquele que não se enquadre como risco de crédito ou de mercado, nomeadamente o associado a processos, à tecnologia, aos recursos humanos, às práticas de venda e os externos.

Os objectivos da função de Gestão do Risco Operacional são implantar em toda a organização uma referência de gestão que permita identificar, quantificar e seguir estes riscos, com o objectivo de minimizá-los.

Para tal desenvolveram-se internamente ferramentas próprias aplicando técnicas de auto-avaliação para identificar e quantificar os riscos operacionais. Obtêm-se desta forma mapas de riscos por categorias que permitem estabelecer políticas de mitigação.

Para o seguimento posterior da evolução do risco utiliza-se outra ferramenta baseada no uso de indicadores quantitativos e qualitativos, que constitui um mapa de gestão dinâmico e permite retratar a evolução dos riscos no tempo e consequentemente comprovar se as medidas de mitigação produzem os resultados desejados.

Os riscos operacionais são agrupados em dois grandes grupos:

Um primeiro que integra os de reduzido montante mas frequência elevada os quais, por serem conhecidos, devem determinar alterações nos circuitos operativos ou melhorias nos controlos internos permitindo obter resultados satisfatórios num período de tempo razoavelmente curto.

Um segundo integrando os de elevado impacto económico mas de baixa frequência para os quais a única prevenção possível são os chamados planos de contingência, ou seja, procedimentos alternativos.

A implementação da gestão do risco operacional no BBVA está a ser levada a cabo por linhas de negócio. Esta estratégia facilita tanto a identificação como a mitigação, permitindo ainda formar os futuros responsáveis pelo seu seguimento.

Uma correcta gestão do risco operacional contribui eficazmente para a criação de valor já que permite reduzir o potencial de perdas e constitui uma vantagem competitiva para o Grupo.

6.6 Recursos e Meios

Recursos

Tendo sempre como principal objectivo a optimização dos nossos recursos e ferramentas, iniciou-se em 2006 um projecto (Portal do Empregado) que irá permitir, já em 2007, um rápido e muito completo acesso a grande parte da informação pessoal de cada colaborador bem como a temas de interesse geral.

O Portal do Empregado permitirá no futuro um canal de informação e comunicação dotado de características especiais e que se converterá numa ferramenta de trabalho de grande utilidade, permitindo um acesso rápido, simples e útil.

Estes acessos, além de permitirem consultas rápidas irão, também, otimizar o tempo dedicado à consulta de dados ao eliminar/ reduzir vários processos manuais.

Na área da Formação, foram efectuadas diversas acções visando o contínuo apetrechamento dos nossos Colaboradores com as melhores competências comerciais. Dentro das acções desenvolvidas, merecem destaque a Acção Comercial Telefónica e a Orientação ao Cliente, pelo pioneirismo apresentado em ambas. Relativamente à Acção Comercial Telefónica, procurou-se numa forma predominantemente prática inculcar nos comerciais do BBVA uma metodologia de contacto com os Clientes via telefone, propiciando dessa forma uma potenciação do negócio. Quanto à Orientação ao Cliente, tratou-se numa formação em que se colocaram em interacção Colaboradores da rede comercial e dos serviços centrais, por forma a fomentar o intercâmbio entre as diversas áreas representadas e reforçar cada vez mais os laços profissionais e pessoais entre todos os Colaboradores do BBVA Portugal.

Decorreu pelo terceiro ano consecutivo o Inquérito da Voz do Cliente, permitindo às 21 Áreas inquiridas terem acesso a uma fonte de informação privilegiada sobre a opinião que os seus diferentes Clientes Internos têm sobre o relacionamento com a mesma, servindo de base para a elaboração de planos de melhoria.

Assumindo o Cliente como centro do nosso negócio, procedeu-se mais uma vez à realização de diversos Inquéritos a Clientes externos, de forma a auscultar a sua percepção relativamente à nossa Qualidade de serviço. Em 2006 os Inquéritos realizados foram o da BBVA Gest, Banca Comercial de Particulares e Empresas, bem como o Inquérito Mensal aos Clientes que contratam Crédito à Habitação, sempre com excelentes resultados .

Meios

Integrado nos diferentes processos de criação e disponibilização às áreas de negócio de ferramentas e produtos que permitam a criação de valor para o Banco, revestiu-se de especial importância em 2006 o lançamento dos Cartões de Crédito "Bin Cross Border", passando o BBVA Portugal a partir desse momento a poder efectuar quer a emissão quer a gestão dos seus próprios cartões na plataforma do Grupo.

No âmbito da adaptação ao modelo de negócio definido pelo Banco, foi elaborado por esta área o Plano de Eficiência Operativa, o qual definiu as bases fundamentais de criação de uma nova estrutura orgânica e funcional, implementada em 2007.

Constituiu ainda uma vertente fulcral na actividade o acompanhamento e formação da Rede de Balcões, no âmbito de procedimentos, que se traduziu na concretização de "Acções de Formação" periódicas durante o ano de 2006".

6.7 Transformação e Produtividade

No final do ano de 2006 foi criada a área de Transformação e Produtividade. Esta área, criada na dependência do Administrador Delegado do BBVA Portugal, engloba as funções de Controlo Interno e Cumprimento Normativo, Qualidade, Eficiência, Estruturas e a Transformação de Processos.

Num contexto de empowerment e de gestão por valor, as unidades de negócio são as detentoras dos seus processos, tendo a área de Transformação e Produtividade como objectivo analisar e redesenhar os processos do Banco tendo em vista melhorar a eficiência, a qualidade e o controlo interno. Além disso, é sua preocupação que todos os processos tenham em conta as necessidades dos clientes, sendo assim um impulso definitivo para a inovação. A área de Transformação também assume a coordenação e planificação de projectos transversais que estejam sob sua responsabilidade.

7.

Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

7. ACTIVIDADE DAS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

▪ Consolidação Integral

7.1 BBVA GEST – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Activo Líquido	7.861.531 €
Situação Líquida	7.192.673 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Líquido	2.290.793 €
Participação do BBVA	100%

A BBVA GEST, nos últimos anos, tem vindo a reforçar a sua posição na Indústria de Fundos de Investimento em Portugal, representando 2006 claramente um ano de consolidação de um forte crescimento iniciado nos últimos anos, estritamente ligado a uma estratégia levada a cabo pelo Grupo BBVA em termos de oferta de soluções de investimento e de poupança inovadoras e diferenciadoras que acrescentem valor aos seus clientes, estratégia esta apoiada em quatro vectores fundamentais: Inovação; Valor acrescentado; Diferenciação; Transparência.

O desenvolvimento destes quatro vectores basilares, permitiu que a BBVA GEST ao longo do ano se tenha posicionado como uma gestora agressiva em termos da oferta de novos produtos inovadores e de valor acrescentado, estratégia essa consubstanciada no aumento de quota de mercado que alcançou relativamente aos anos anteriores.

De facto, A BBVA GEST iniciou o ano de 2006 com uma quota de mercado de 2,47%, tendo, em 31/12/06 atingido uma quota de mercado de 2,49%.

No final do ano, os activos sob gestão e administração da BBVA GEST totalizaram 725,4 milhões euros.

OICVM	PATRIMÓNIO (EUROS)		
	31-12-2006	31-12-2005	
BBVA CASH - FT	116,760,777	156,994,153	
BBVA LIQUIDEZ FT	94,999,154	115,311,838	
FUNDO DE TESOURARIA EURO			
BBVA TAXA FIXA EURO	2,856,863	5,660,057	
FUNDO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA EURO			
BBVA TAXA VARIÁVEL	56,751,399	54,732,806	
FUNDO OBRIGAÇÕES TAXA INDEXADA EURO			
BBVA PPA	6,369,650	5,063,549	
FUNDO POUPANÇA ACÇÕES			
BBVA MISTO	2,921,268	4,297,830	
FUNDO MISTO PREDO.OBRIGAÇÕES			
BBVA BOLSA EURO	20,361,067	11,452,709	
FUNDO ACÇÕES EURO			
BBVA M.F.EQUILIBRADO	2,946,068	2,815,079	
FUNDO FUNDOS PREDO.ACÇÕES			
FCG EXTRA 5 BBVA	46,875,902	48,939,835	
FCG IBEX BBVA	25,695,335	23,573,691	
FCG IBEX BBVA II	10,212,724	9,967,151	
FCG RANKING PLUS	27,536,900	28,789,772	
FCG EXTRA 5 ACÇÕES	9,376,411	9,287,390	
FCG 100 IBEX POSITIV	21,591,680	22,862,301	
FCG TOP DIVIDENDO	31,734,948	30,993,195	
FCG TOP DIVIDENDO II	8,772,313	9,074,204	
FCG EURO CONSOLIDADO	23,303,124	(a)	
FCG DUPLO 8 BBVA	15,622,984	(b)	
FUNDO CAPITAL GARANTIDO			
BBVA IMOBILIÁRIO FEI	89,391,511	99,892,656	
BBVA M.ALTERNATIVO	30,699,343	21,148,083	
BBVA GFTT - FEI	80,606,040	37,401,744	
FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO			
Activos sob Gestão	725,385,461	698,258,043	3.89%

(a) O Fundo iniciou a sua actividade em 17/03/2006

(b) O Fundo iniciou a sua actividade em 28/07/2006

7.2 BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Líquido	72.478.265 €
Situação Líquida	11.426.732 €
Capital Social	7.500.000 €
Resultado Líquido	725.954 €
Participação do BBVA	100%

A deliberação de reduzir a actividade comercial da BBVA Leasimo, já que a mesma é realizada, desde meados de 2005, no balanço do BBVA Portugal, focando-se a empresa na gestão da carteira actual de clientes, constitui o factor explicativo da inexistência de novos contratos.

A redução da actividade comercial, com a sua conseqüente transferência para o balanço do BBVA Portugal, reflecte-se numa quebra do Activo Total, que registou no final do ano o valor de € 72.478.265, valor inferior em menos 26% do que o observado no ano anterior. Esta deliberação tem igualmente como conseqüência uma diminuição do Resultado Líquido que, neste exercício, foi de €725.954 o que compara com €1.137.244 do ano anterior, representando um decréscimo de 36%.

7.3 Invesco Management nº1, S.A.

Activo Líquido	12.378.988 €
Situação Líquida	11.657.652 €
Capital Social	16.212.000 €
Resultado Líquido	- 2. 352.515 €
Participação do BBVA	99,99%

O BBVA adquiriu, em Julho de 2006, a sociedade Invesco Management nº1, sociedade de serviços auxiliares com sede no Luxemburgo, por um valor líquido de 11,6 milhões de euros. Por sua vez, esta sociedade constituiu a sociedade Invesco Management nº2, na qual detém uma participação de 96,88%, e que se dedica à aquisição e gestão de créditos hipotecários em contencioso.

7.4 BBVA Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Activo Líquido	262.023.388 €
Situação Líquida	29.212.328 €
Capital Social	29.903.045 €
Resultado Líquido	1.332.535 €
Participação do BBVA	50,10%

O exercício de 2006 foi um ano de consolidação das profundas alterações iniciadas em 2005, consubstanciadas no reforço da capacidade competitiva e na expansão do negócio na esfera da intervenção especializada na área automóvel e pela implementação das Normas Internacionais Auditoria-IAS.

O aproveitamento das sinergias operativas, o estabelecimento de novos acordos com grupo de concessionários e a dinamização de negócios multi-marcas foram assumidos como prioridades estratégicas para 2006.

O comportamento do mercado de automóveis reflectiu a situação da economia portuguesa traduzindo uma diminuição da confiança quer dos consumidores quer dos investidores, caracterizado por um nível de endividamento das famílias. Esta situação, aliada a subida da taxas de juro contribuíram de forma negativa no mercado de automóveis, traduzindo-se num decréscimo de 5,1% nas vendas dos veículos ligeiros.

A estratégia comercial em 2006 teve como base o modelo de instituição especializada no negócio de financiamento e aquisição de bens e abandono do modelo assente no financiamento de serviços, com especial enfoque no sector automóvel, em torno dos três subsegmentos da cadeia de valor, para os quais manteve a aposta no desenvolvimento de ofertas mais adequadas :

- Importadores/Distribuidores

- Concessionários Stands

- Clientes Finais

De destacar, ao nível das competências comerciais e operacionais, o desenvolvimento de uma plataforma de subscrição e processamento de negócio próprio via telefone e Internet.

A oferta de produtos de financiamento ao Cliente continuou a basear-se nas três modalidades disponíveis no mercado – Crédito, Leasing e A.L.D - complementada pela disponibilização de serviços como o cartão de combustível, seguro automóvel e de protecção ao Crédito. Durante o ano de 2006, criou-se mais um produto, o Crosseling, que consiste na atribuição de plafond de credito aos melhores clientes.

Em 31 de Dezembro de 2006, os activos líquidos da sociedade totalizavam 305 milhões de euros, o que representou um crescimento na ordem dos 16% face ao ano passado. Os capitais próprios ascenderam a 32 milhões de euros, para um rácio de solvabilidade de cerca 8,9%.

O crédito concedido sob gestão ascendia a 291 milhões de euros e o rácio de mora situou-se nos 1,28%, o que representou um decréscimo de cerca de 47 p.b. face ao ano de 2005. Salienta-se o facto do rácio de cobertura se situar num patamar bastante confortável de cerca de 175%, resultado do esforço de provisionamento.

O resultado líquido ascendeu a 2.395.586 euros, o que representa um crescimento de 79,8%.

7.5 BBVA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Activo Liquido	4.267.596 €
Situação Liquida	3.750.879 €
Capital Social	1.000.000 €
Resultado Liquido	1.559.537 €
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:	Uni: mil euros
Fundo Pensões Grupo BBVA	197.769
Fundo Pensões CLP	90.041
PPR BBVA	46.218
BBVA Solidez PPR	12.689
CVI PPR	1.925
BBVA PME	2.029
BBVA Protecção 2015	6.407
BBVA Protecção 2020	2.206

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, área de empresas e de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 359,3 milhões de Euros, evidenciando assim um crescimento anual de 14%.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos manteve a posição no ranking de entidades gestoras a operar no mercado português, num universo de 26 operadores, que

se manteve estável em 2006, com uma quota de mercado actual de 1.70%, com um crescimento de 3 pontos básicos em relação ao ano anterior. Ocupa a 9ª posição no ranking global, mantendo-se como a primeira a surgir logo após as gestoras associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

Em termos de linhas de negócio, a BBVA Fundos possui actualmente sob sua gestão 8 fundos de pensões, dos quais 3 são do tipo poupança reforma, 2 pertencem à categoria de fundos fechados e os restantes 3 à de fundos de pensões abertos.

Na BBVA Fundos, o crescimento por tipologia de fundo no ano em causa foi de 15% e 13%, para as categorias respectivas de fundos abertos e PPR e fechados.

Em 2006 a BBVA Fundos manteve a sua orientação comercial muito focada na comercialização de Fundos Abertos, com ênfase particular nos fundos Protecção 2015 e 2020, a qual foi iniciada no ano de 2005 e que se prevê venha a ser mantida no próximo ano.

Foram processadas e pagas pensões em torno de 11 milhões de euros a beneficiários dos fundos fechados, tendo processado 3,6 milhões de Euros de reembolsos a participantes de fundos abertos. O valor total de contribuições captadas superou os 50 milhões de euros, entre fundos abertos, PPR's e fechados, dos quais se salienta, pela sua expressividade, os 4,3 milhões de euros de contribuições para os fundos Protecção, valor que se entende expressivo face à natureza do produto e sua aceitação no segmento de clientes particulares.

Os objectivos para 2007 são ambiciosos em termos de crescimento e sustentam-se na manutenção de uma estratégia comercial agressiva no segmento de *retail*, assente quer na promoção de fundos de pensões de 2º e 3º pilar, quer na comercialização de produtos do regime PPR. A BBVA Fundos manterá as suas linhas de apoio à rede de distribuição, recorrendo a programas continuados e generalizados de formação e desenvolvendo políticas de promoção e ferramentas comerciais e de informação. Serão mantidas e potenciadas as campanhas coordenadas com o Grupo, com o objectivo de fazer crescer quer a vinculação da base de clientes, quer o aumento de negócio em termos absolutos.

Igualmente aliciente para 2007 é o novo quadro legal, que apresenta novas oportunidades em termos de negócio e desafios à capacidade das gestoras de fundos de pensões nacionais de se adaptarem e responderem aos novos reptos associados a uma maior abertura ao exterior, fazendo entender a natureza do seu negócio e, dessa forma, contribuindo para aumentar a confiança dos seus clientes, sejam estes institucionais ou particulares, no importante papel de captação de poupanças de longo prazo.

8.

Análise Económico-Financeira do Grupo

8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO GRUPO

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem as contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe e as das suas subsidiárias, empresas onde o BBVA detém o controlo ou o poder de gerir as respectivas políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras das subsidiárias são consolidadas pelo método integral.

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes à sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e com a sua transposição para o ordenamento jurídico português, através do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, o BBVA, a partir do corrente exercício, elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). O Aviso 1/2005 do Banco de Portugal contemplava, no entanto, o recurso a um regime transitório para as demonstrações financeiras do exercício de 2005, regime transitório esse que o BBVA utilizou, apresentando nesse ano as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas. Assim, e com o objectivo de assegurar a comparabilidade, foram preparadas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2005 convertidas para IFRS.

Introdução – Condicionantes da actividade

Apesar de um enquadramento económico pouco favorável, limitado por um investimento em declínio, por um consumo público em contenção e por um consumo privado pouco dinâmico, o sector bancário em Portugal têm apresentado um comportamento positivo ao nível do volume de negócios, da rentabilidade e da eficiência.

A progressão da actividade foi acompanhada, por ganhos relevantes na margem financeira, aproveitando o contexto de subida de taxas de juro e nas comissões, beneficiando do dinamismo do mercado de capitais e da economia internacional, permitindo que se assistisse a uma variação positiva do produto bancário.

Em 2006 verificou-se uma tendência de aceleração do crédito interno, principalmente o crédito concedido a empresas não financeiras e a particulares, quer na vertente habitação, quer também nos empréstimos ao consumo e para outros fins. Segundo dados do Banco de Portugal o crescimento anual do crédito ao sector não monetário, exceptuando a Administração Pública (ajustado pelos efeitos de titularização), registou um crescimento de 8,6% em Dezembro, valor que compara com 7,4% em Dezembro de 2005, reflectindo principalmente a evolução mais dinâmica do crédito às instituições financeiras não monetárias e às sociedades não financeiras. O crédito concedido a particulares, apesar do aumento das taxas de juro, apresenta uma evolução positiva (9,9% em Dezembro de 2006 face a 9,8% em Dezembro de 2005), evolução essa a que não é alheio o esforço da banca em apresentar novas soluções financeiras que minimizem o efeito penalizante de condições monetárias mais restritivas. Ainda assim, o crédito à habitação ressentiu-se das condições monetárias mais restritivas e apresenta um crescimento de 9,9% em Dezembro de 2006, valor que compara com 11,1% em Dezembro de 2005. Por sua vez, o crédito ao consumo e a outros fins registou, segundo o Banco de Portugal, um crescimento homólogo de 10,2% em Dezembro de 2006 face a um crescimento de 4,5% em Dezembro de 2005.

Não obstante o aumento do volume de crédito concedido e as condições monetárias mais restritivas, permanecem baixos e em declínio os rácios de incumprimento que se fixaram, segundo dados do Banco de Portugal relativos ao primeiro semestre de 2006, em 1,44%.

Para este positivo comportamento concorrem factores como uma criteriosa e mais exigente política de gestão do risco e a oferta de produtos adaptáveis a diferentes perfis de risco.

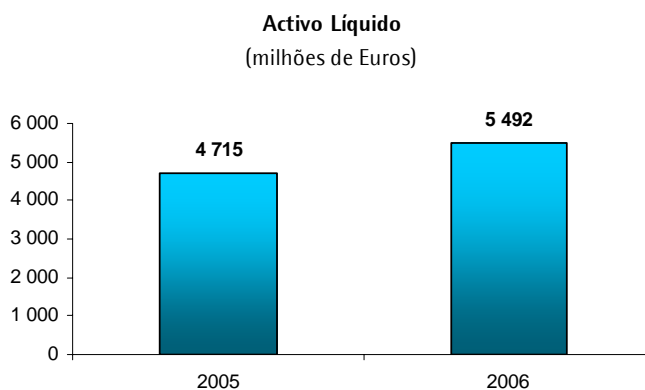
A captação de depósitos de empresas não financeiras e particulares residentes continua a registar um crescimento homólogo inferior ao do crédito, 4,5% em Dezembro de 2006, como se pode constatar no Boletim Estatístico do Banco de Portugal, apresentando, inclusivamente, uma tendência de descida. Esta progressão poderá reflectir a apetência por produtos de desintermediação financeira, de que são exemplo os fundos de investimento.

Dando especial ênfase à inovação e qualidade, num contexto de elevada concorrência, o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal) prosseguiu a estratégia de um crescimento selectivo da sua base de negócio, promovendo, em paralelo, um esforço de reestruturação ao nível da organização e de procedimentos que lhe permita obter ganhos de eficiência, oferecendo, simultaneamente, um serviço distintivo e de elevado valor aos seus clientes.

Actividade

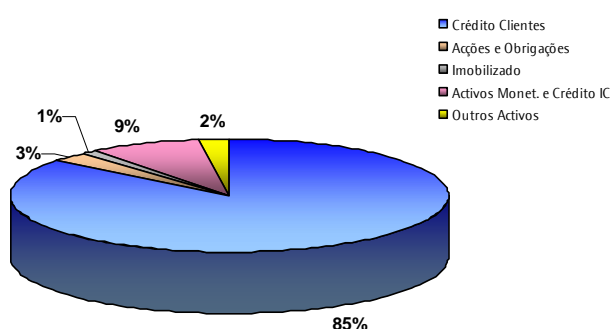
Activo

Apoiado num forte dinamismo comercial, o BBVA continua a apresentar uma evolução muito positiva do seu Activo Líquido que, no final de 2006, ascendeu a 5.492 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 16,5% face ao ano anterior, mais 777 milhões de euros .

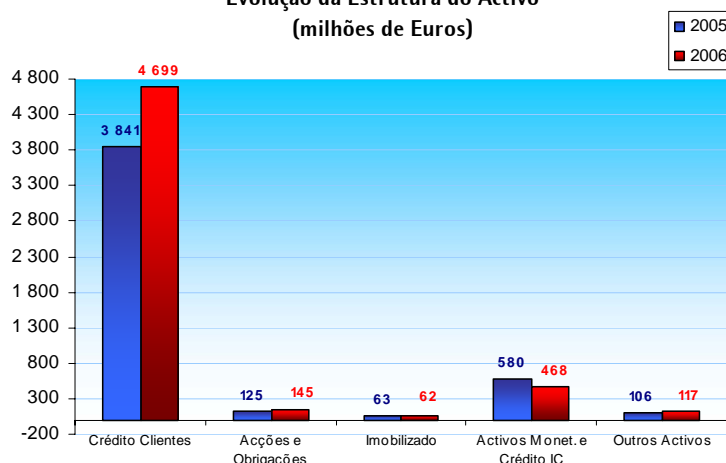


Ao analisarmos a estrutura do Activo, 85,6% do seu valor corresponde a Crédito a Clientes, o que traduz um aumento do seu peso relativo em cerca de 4%. Evolução contrária sofreu a componente Activos Monetários e Crédito sobre Instituições de Crédito, que passou a apresentar um peso relativo de 8,5%, face aos 12,3% do ano transacto.

Estrutura do Activo - 2006



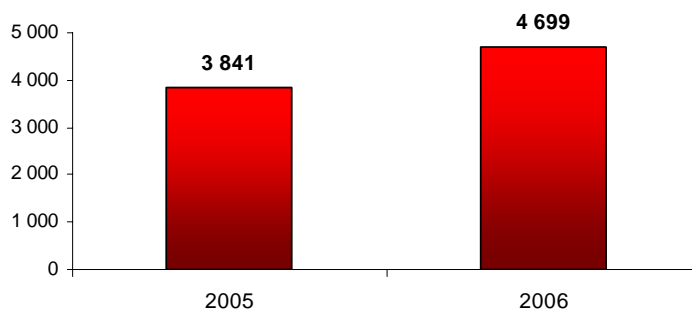
Evolução da Estrutura do Activo (milhões de Euros)



Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes atingiu 4.699 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, o que representa um crescimento de 22,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Crédito a Clientes (milhões de Euros)



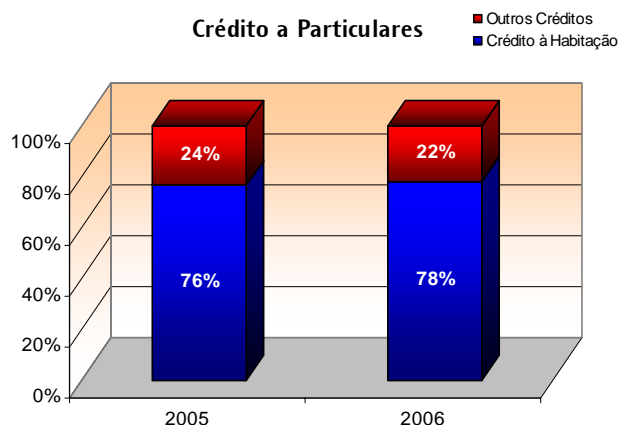
O crescimento do Crédito a clientes, superior ao da média do mercado, foi impulsionado pelo comportamento muito positivo de um dos principais vectores estratégicos do BBVA Portugal, o Crédito à habitação que, apesar da crescente pressão concorrencial, aumentou 28,7% face a idêntico período do ano anterior, ascendendo a 1.566 milhões de euros em 2006. É também notória a evolução do Crédito ao consumo que, mercê de novas soluções pioneiras como o crédito taxa zero, apresentou um significativo crescimento de 34,5% face a 2005.

Ao analisar a repartição por segmentos verifica-se a manutenção da preponderância do segmento do crédito à habitação, que representa 33% do crédito total concedido.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO POR SEGMENTOS	2006	%	2005	%	Var 06/05 (%)
Crédito a Empresas	2.663.312	56,2	2.220.154	57,2	20,0
Crédito a Particulares	2.000.157	42,2	1.591.954	41,1	25,6
• Crédito Habitação	1.565.739	33,0	1.216.407	31,4	28,7
• Outro Crédito a Particulares	434.418	9,2	375.547	9,7	15,7
Outros Créditos	77.069	1,6	65.526	1,7	17,6
Total do Crédito (bruto)	4.740.538	100,00	3.877.634	100,00	22,3

O Crédito concedido a particulares apresenta um dinamismo assinalável, que se traduziu num contributo superior ao do ano transacto para a expansão do Crédito total, atingindo os 2.000 milhões de euros em Dezembro de 2006, o que representa um acréscimo anual de 25,6%. Apesar da componente mais importante deste crescimento continuar a ser o Crédito à Habitação, beneficiando de condições mais flexíveis e adaptáveis a um enquadramento monetário mais restritivo, é visível o resultado positivo do esforço comercial direccionado para o restante crédito a Particulares, que permitiu um crescimento deste segmento de 15,7% face ao ano anterior, ascendendo a 434 milhões de euros.



O crescimento do Crédito alicerçou-se em criteriosas políticas de gestão de qualidade dos activos, permitindo que se assistisse novamente a uma redução do nível de sinistralidade, com o rácio de crédito vencido, calculado de acordo com a Carta Circular 99/03 de 5 de Novembro do Banco de Portugal, a diminuir de 0,64% em 2005 para 0,59% em 2006.

O crédito vencido atingiu 28.060 milhares de euros em Dezembro de 2006, valor que compara com 24.894 milhares de euros em idêntico período do ano anterior. O grau de cobertura de crédito em incumprimento evoluiu de 149,7% no ano de 2005 para 172,8% em Dezembro de 2006.

Unidade: milhares de euros

CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	2006	2005	Var (%)
Crédito e juros vencidos	28.060	24.894	12,7
Mais de 90 dias (a)	22.907	22.103	3,6
Crédito Cobrança duvidosa reclassif. como vencido (b)	969	2.520	-61,5
Crédito em incumprimento(a+b)	23.876	24.623	-3,0
Crédito vencido/Crédito total	0,59%	0,64%	
Mais de 90 dias/Crédito total	0,48%	0,57%	
Crédito em incumprimento/Crédito total	0,50%	0,64%	
Cobertura do crédito vencido	147,1%	148,0%	
Cobertura do crédito vencido há mais 90 d.	180,1%	166,7%	
Cobertura do crédito em incumprimento	172,8%	149,7%	

Ao efectuar a análise do crédito concedido por prazo de vencimento verifica-se que 25,7% estão concentrados no escalão de prazo mais curto, até 3 meses, ou no prazo mais longo, onde a concentração é de 44,4%. A evolução verificada em 2006 face ao ano anterior traduz um ligeiro aumento de concentração no prazo mais curto, mas apresenta um aumento de concentração mais notório no prazo mais longo, mais 3,7%. De referir igualmente que, no final de 2006, o crédito contratado a mais de um ano era de 61,6% do total de crédito concedido.

Unidade: milhares de euros

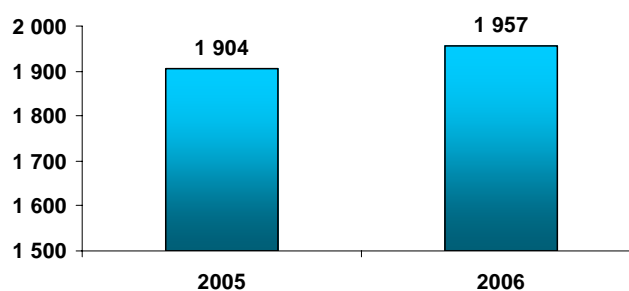
CRÉDITO POR PRAZO VENCIMENTO	2006	%	2005	%	VAR (%)
Até 3 meses	1.216.718	25,7	954.391	24,6	27,5
De 3 meses a 1 ano	601.957	12,7	537.392	13,9	12,0
De 1 a 5 anos	795.339	16,8	782.949	20,2	2,0
Mais de 5 anos	2.103.985	44,4	1.578.008	40,7	33,3
Vencidos	22.539	0,4	24.894	0,60	-9,5
Total do Crédito (bruto)	4.740.538	100,00	3.877.634	100,00	22,3

Recursos de Clientes

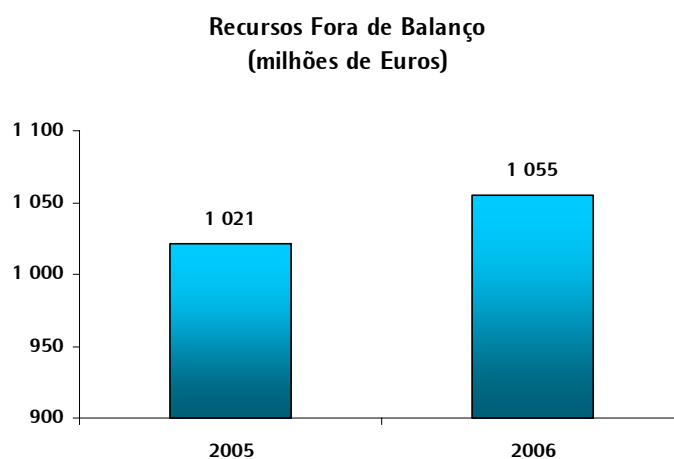
O comportamento dos Débitos para com Clientes foi marcado por alguma volatilidade que se traduziu, com especial incidência no final do mês de Dezembro, por uma quebra dos valores de Depósitos em balanço. Assim, em 31 de Dezembro de 2006, o valor dos Depósitos de Clientes atingia 1.646 milhões de euros, menos 377 milhões do que em 2005.

No entanto, em saldos médios anuais assistiu-se a uma evolução positiva nos Depósitos Totais, que cresceram 2,8%.

Depósitos Clientes
(Saldos médios anuais: milhões de Euros)



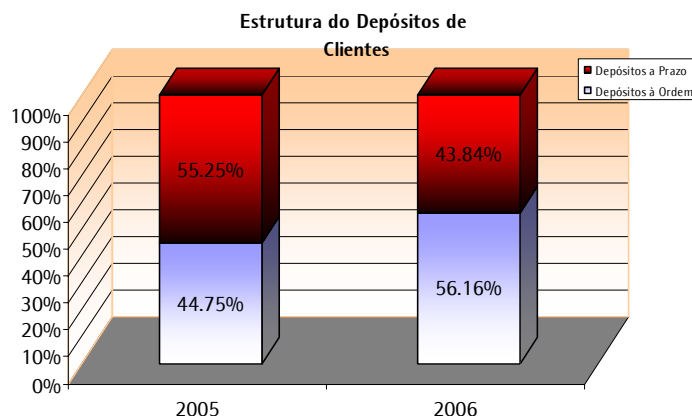
O comportamento dos Recursos de Clientes fora do balanço foi, uma vez mais, positivo, aumentando de 1.021 milhões de euros em 2005 para 1.055 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, o que traduz um crescimento de 3,3%.



Para este desempenho concorreu o comportamento dos Fundos de Investimento que, com um crescimento superior ao do sector, apresentaram uma quota de mercado que alcança os 2,49%. Os Fundos Garantidos e os Fundos Especiais de Investimento, são duas das categorias de fundos que mais contribuíram para este crescimento.

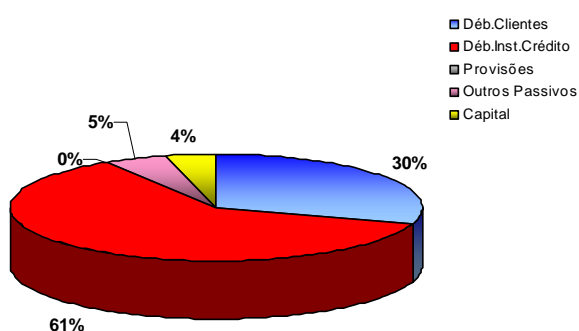
RECURSOS GERIDOS	2006	2005	VAR %
Depósitos de Clientes	1.645.637	2.022.488	-18,6
Fundos de Investimento	730.186	705.057	3,6
Outros Recursos fora de Balanço	324.595	316.230	2,6
Total de Recursos Geridos	2.700.418	3.043.775	-11,3

Quando se analisa a estrutura dos Depósitos verifica-se que os Depósitos a Prazo, em virtude da volatilidade a que se assistiu nos últimos dias do mês de Dezembro e que afectou principalmente esta componente, diminuíram o seu peso relativo e passaram a representar 44% no total dos Depósitos. Os Depósitos à Ordem, apresentaram um crescimento de 2,1%.

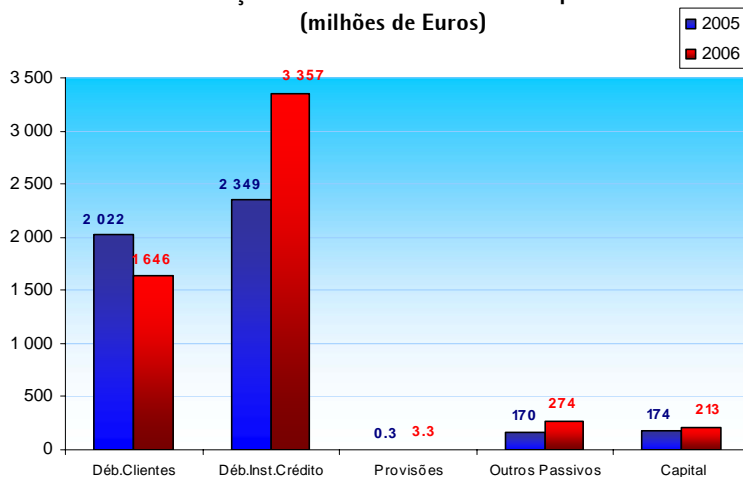


Em virtude de se ter verificado, por um lado, uma queda dos recursos obtidos de Clientes com expressão no balanço (Depósitos e Débitos representados por Títulos) e, por outro, um elevado crescimento do Crédito, o rácio de transformação desses recursos apresentou uma evolução de 190% em 2005 para 286% em 2006.

Estrutura do Passivo e Capital - 2006



Evolução da Estrutura do Passivo e Capital (milhões de Euros)



Relativamente à estrutura de financiamento, os recursos provenientes de débitos junto de Instituições de Crédito representavam 61% do total de recursos, seguidos pelos recursos provenientes de Depósitos de Clientes, que corresponderam a 30% do total. O

financiamento obtido por via das Instituições de Crédito foi efectuado quase totalmente por débitos a prazo, ou com pré-aviso, cerca de 99%.

Análise da Conta de Resultados

Em 2006, o BBVA Portugal empreendeu um conjunto de iniciativas estratégicas que se destinam a reforçar a rendibilidade e a melhorar a eficiência. A evolução dos resultados, que se fixaram em 22 milhões de euros negativos, reflecte o esforço de racionalização e optimização de recursos levado a cabo neste exercício. Se excluirmos o efeito dos custos com pessoal relativos a reformas antecipadas e indemnizações, o resultado obtido em Dezembro de 2006 seria positivo em 7,6 milhões de euros.

Conta de Resultados					Sem Efeito Reestruturação			
	31-Dez-06	31-Dez-05	Abs	Δ%	31-Dez-06	31-Dez-05	Abs	Δ%
(+) Juros e rendimentos similares	202 823	144 938	57 885	39.9%	202 823	144 938	57 885	39.9%
(-) Juros e encargos similares	132 654	85 697	46 956	54.8%	132 654	85 697	46 956	54.8%
(=) Margem Financeira	70 169	59 241	10 929	18.4%	70 169	59 241	10 929	18.4%
(+) Rend. de Capital (Dividendos)	347	519	-172	-33.2%	347	519	-172	-33.2%
(+) Result.Serviços e Comissões	34 442	35 305	-863	-2.4%	34 442	35 305	-863	-2.4%
(+) Outros Resultados Exploração	13 359	12 074	1 285	10.6%	13 359	12 074	1 285	10.6%
(=)Produto Bancário	118 317	107 139	11 179	10.4%	118 317	107 139	11 179	10.4%
(-) Custos c/ Pessoal e Administrativo	122 162	76 861	45 301	58.9%	86 060	76 861	9 199	12.0%
(-) Amortizações	4 704	5 089	-384	-7.6%	4 704	5 089	-384	-7.6%
(-) Provisões e Imparidade	12 518	9 089	3 429	37.7%	12 518	9 089	3 429	37.7%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	-21 068	16 099	-37 167	-230.9%	15 034	16 099	-1 065	-6.6%
(-) Impostos s/lucros	-140	4 287	-4 427	-103.3%	6 349	4 287	2 062	48.1%
(-) Impostos correntes	1 865	1 808	57	3.2%	1 865	1 808	57	3.2%
(-) Impostos diferidos	-2 005	2 479	-4 484	-180.9%	4 484	2 479	2 005	80.9%
(=)Resultado Líquido	-20 927	11 813	-32 740	-277.2%	8 686	11 813	-3 127	-26.5%
(-)Interesses Minoritários	1 119	665	454	68.3%	1 119	665	454	68.3%
(=)Resultado Atribuível	-22 047	11 148	-33 195	-297.8%	7 566	11 148	-3 582	-32.1%

Margem Financeira

O crescimento do volume de negócios, aliado a um aumento do diferencial entre as taxas de juro activas e passivas, determinaram uma evolução muito positiva de 18,4% na Margem Financeira, apesar da crescente concorrência na captação de recursos e ao nível dos produtos de crédito, principalmente na vertente habitação.

Comissões

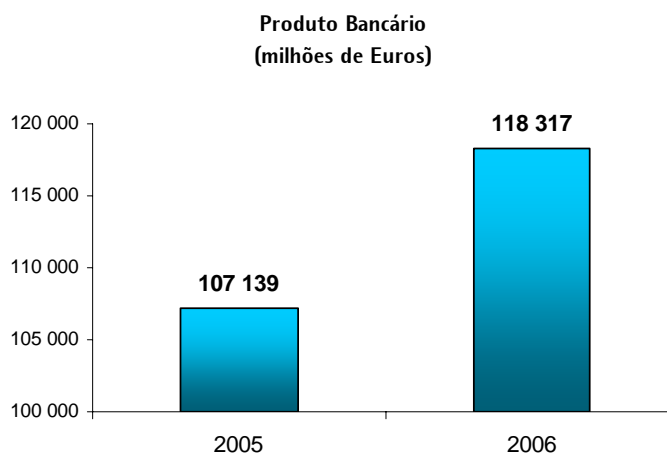
Unidade: milhares de euros

COMISSÕES LÍQUIDAS	2006	%	2005	%	VAR (%)
De Operações de Crédito	2.684	7,8	3.077	8,7	-12,8
De Garantias e Avals	1.222	3,5	2.532	7,2	-51,7
De Cobrança e Pagamento	5.351	15,5	5.859	16,6	-8,7
De Gestão de Activos	15.872	46,1	11.165	31,6	42,2
De Manutenção de Contas	5.062	14,7	3.913	11,1	29,4
Outras	4.251	12,4	8.759	24,8	-51,5
Total	34.442	100,0	35.305	100,0	-2,4

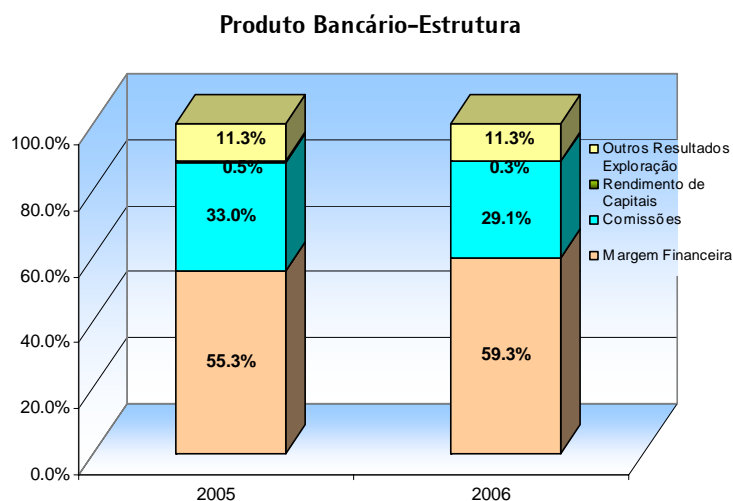
Ao analisar a composição das comissões verifica-se que as comissões mais representativas são a de Gestão de Activos que, representado 46,1% do total das comissões, foram as que apresentaram uma evolução mais positiva crescendo 42,2% face ao ano transacto. Destacam-se igualmente as comissões de Cobrança e Pagamento, que contribuem com 15,5% para o montante total de comissionamento e as comissões de Manutenção de Contas que representam 14,7% do total.

Produto Bancário

O Produto Bancário ascendeu a 118.317 milhares de euros, valor que representa uma evolução positiva de 10,4% face a 2005.

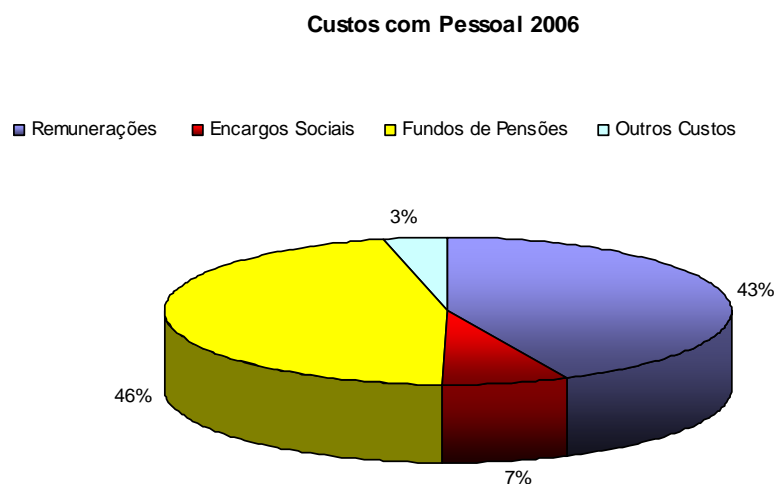


Para esta evolução contribuiu essencialmente o comportamento da componente Margem Financeira, cujo peso relativo, ao nível da estrutura, registou um significativo aumento.



Custos de Estrutura

A necessidade de proceder à reorganização, redimensionamento e rejuvenescimento do quadro de colaboradores, por forma a permitir ganhos consistentes de eficiência, traduziu-se num acréscimo de 54,8% nos Custos de Estrutura.



Os custos com pessoal, influenciados por um número elevado de reformas antecipadas, mais de 9% do total de funcionários do Banco, e por uma política de novas admissões, mais 31 colaboradores, ascenderam a 86,6 milhões de euros, valor que compara com 44,4 milhões de euros dispendidos em 2005. Em consequência, os custos associados a fundos de pensões passaram a representar 46% do total dos custos de pessoal no final de 2006.

Os Outros Custos Administrativos totalizaram 35,6 milhões de euros, mais 9,6% do que o valor registado em igual período do ano anterior.

Unidade: milhares de euros

OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	2006	%	2005	%	VAR (%)
Fornecimento de Terceiros	2.163	6,1	1.997	6,1	8,3
Rendas e Alugueres	3.756	10,6	3.038	9,4	23,6
Comunicações e Despesas .Expedição	4.003	11,3	4.019	12,4	-0,4
Deslocações Estrangeiro e Representação	1.687	4,7	1.702	5,2	-0,9
Publicidade e Publicações	3.457	9,7	2.751	8,5	25,7
Avenças e Honorários	1.746	4,9	1.566	4,8	11,5
Conservação e Reparação	1.366	3,9	967	3,0	41,3
Seguros	1.117	3,1	457	1,4	144,4
Judiciais, Contencioso,Notariado	1.112	3,1	943	2,9	17,9
Outros serviços de Terceiros	15.161	42,6	15.011	46,3	1,0
Total	35.568	100,0	32.451	100,0	9,6

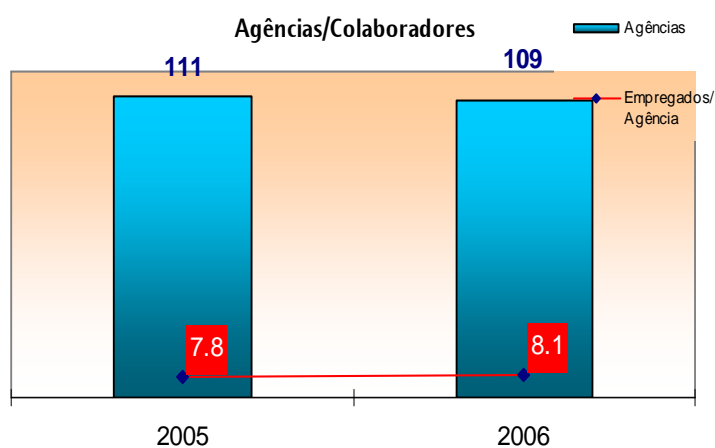
O aumento dos Custos de Estrutura reflectiu-se negativamente no rácio de eficiência, entendido como a percentagem do produto bancário consumida pelos referidos custos , que se fixou em 107,2%. A reorganização levada a cabo neste exercício, empola significativamente o rácio de eficiência, apesar do aumento de 10,4% do Produto Bancário. Caso se expurgasse este efeito, o rácio de eficiência seria de 76,7%.

Unidade: milhares de euros

CUSTOS DE ESTUTURA	2006	%	2005	%	VAR(%)
Custos com Pessoal (a)	86.594	68,3	44.410	54,2	95,0
Outros Custos Administrativos (b)	35.568	28,0	32.451	39,6	9,6
Custos de Funcionamento (a+b)	122.162	96,3	76.861	93,8	58,9
Amortizações (c)	4.704	3,7	5.089	6,2	-7,6
Custos de Estrutura (a+b+c)	126.866	100,0	81.950	100,0	54,8
Custos de Pessoal em % Produto Bancário (*)	73,2%		41,5%		31,7%
Custos de Funcionamento em % Produto Bancário	103,2%		71,7%		31,5%
Custos de Estrutura em % Produto Bancário (*)	107,2%		76,5%		30,7%

(*) calculado de acordo com a instrução nº16/2004,

A política de admissão de novos colaboradores traduziu-se numa aumento de 17 funcionários, fixando o seu número, no final de 2006, em 884, o que implicou um ligeiro acréscimo do número de colaboradores por Agência.



No exercício de 2006 foram definidos como objectivos estratégicos promover ganhos consistentes de eficiência e reforçar a rentabilidade. Para a prossecução dessa estratégia foi necessário aumentar, em mais do dobro, os gastos associados a Custos com Pessoal. Em consequência, e aliado a um esforço superior em saneamento decorrente do

crescimento da actividade, o Resultado Líquido fixou-se em 22 milhões de euros negativos.

A rentabilidade bruta média dos capitais próprios (ROE), em termos anualizados, foi de -10,94%, valor que compara com 8,94% no período homólogo. Este valor foi influenciado pelo factores já referidos anteriormente. Por sua vez, a Rentabilidade bruta do Activo médio (ROA) foi de -0,41% em 2006 face a 0,44% em 2005.

Seguindo a Instrução Nº 16/2004 do Banco de Portugal, os indicadores de rentabilidade em Dezembro de 2006 e os correspondentes ao período homólogo do ano anterior, são os seguintes:

	%	
RENDIBILIDADE	2006	2005
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios	-10,94	8,94
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,32	2,51
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médios	-0,41	0,44

O exercício de 2006 configura uma reorientação e um recomeço. O BBVA Portugal empreendeu um conjunto de iniciativas estratégicas que irão permitir, através da optimização e racionalização de recursos, obter uma redução sustentada dos custos e melhorar os indicadores de rentabilidade e de eficiência.

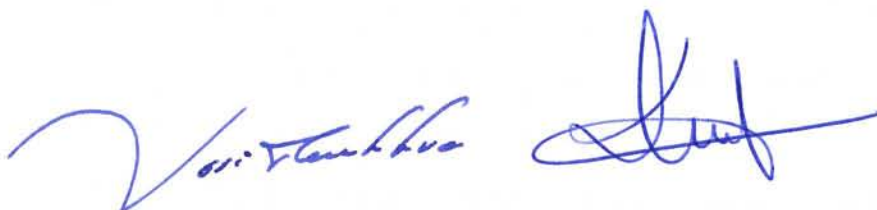
O esforço desenvolvido permitirá ao BBVA continuar a proporcionar um serviço de excelência para os seus Clientes, num projecto de criação de valor em que o Banco responderá com eficácia, inovação e versatilidade aos novos desafios, encarando 2007 com acrescido optimismo.

9.

Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

O Conselho de Administração

Two handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is more legible and appears to read 'V. Almeida'. The signature on the right is more stylized and cursive.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2007

A small, stylized handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

10.

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista: José Eduardo Vera Cruz Jardim

Nº de Acções Detidas : 50

Órgão Social: Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2005, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista BBVA Luxinvest, S.A. é detentor de 199.046.899 acções, correspondendo a 90,47586% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 20.952.951 acções, correspondendo a 9,52407% do capital social da sociedade.

**Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
(Portugal), S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 ACOMPANHADAS DO
RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Março de 2007

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de 5.492.123 mEuros e capitais próprios de 212.543 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.047 mEuros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota 2.1. do Anexo às demonstrações financeiras, em 2006 o Banco adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Normas de Contabilidade Ajustadas - NCA) para as IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2005, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente apresentada de acordo com as NCA, foi reexpressa para as IFRS, para efeitos de comparabilidade. As divulgações relativas ao impacto de transição para as IFRS são apresentadas na Nota 41.

Lisboa, 2 de Março de 2007

OFFICE COPY
NOT TO BE REPRODUCED
FROM OFFICE


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2006			2005 (Pró-forma)	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2006	2005 (Pró-forma)
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	59.388	-	59.388	62.443	Passivos financeiros detidos para negociação	8	19.605	4.480
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	69.188	-	69.188	74.834	Recursos de outras instituições de crédito	19	3.356.785	2.348.869
Activos financeiros detidos para negociação	7	33.011	-	33.011	14.365	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	1.645.637	2.022.488
Activos financeiros disponíveis para venda	10	112.989	(596)	112.393	111.024	Derivados de cobertura	8	15.603	6.322
Aplicações em instituições de crédito	11	339.603	-	339.603	442.230	Provisões	21	3.331	346
Crédito a clientes	12	4.740.538	(41.261)	4.699.277	3.840.784	Passivos por impostos correntes	16	764	956
Derivados de cobertura	8	10.611	-	10.611	3.229	Passivos por impostos diferidos	16	271	299
Activos não correntes detidos para venda	13	8.792	(1.915)	6.877	3.174	Outros passivos subordinados	22	144.731	69.000
Outros activos tangíveis	14	135.364	(74.876)	60.488	61.773	Outros passivos	23	92.853	88.869
Activos intangíveis	15	20.011	(18.638)	1.373	1.562	Total do passivo		5.279.580	4.541.629
Activos por impostos correntes	16	352	-	352	244	Capital	25	220.000	160.000
Activos por impostos diferidos	16	29.750	-	29.750	27.845	Prémios de emissão	25	7.008	7.008
Outros activos	17	74.280	(4.468)	69.812	71.722	Reservas de reavaliação	26	2.906	2.743
						Outras reservas e resultados transitados	26	(10.968)	(21.876)
						Resultado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	26	(22.047)	11.148
						Interesses minoritários	27	15.644	14.577
						Total da situação líquida		212.543	173.600
Total do Activo		5.633.877	(141.754)	5.492.123	4.715.229	Total do passivo e da situação líquida		5.492.123	4.715.229

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	2006	2005 <i>(Pró-forma)</i>
Juros e rendimentos similares	28	202.823	144.938
Juros e encargos similares	29	(132.654)	(85.697)
Margem financeira		<u>70.169</u>	<u>59.241</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	30	347	519
Rendimentos de serviços e comissões	31	39.970	38.211
Encargos com serviços e comissões	31	(5.528)	(2.906)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	1.741	941
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	27	(3)
Resultados de reavaliação cambial	34	939	941
Resultados de alienação de outros activos	35	448	(888)
Outros resultados de exploração	36	10.204	11.083
Produto bancário		<u>118.317</u>	<u>107.139</u>
Custos com pessoal	37	(86.595)	(44.410)
Gastos gerais administrativos	38	(35.568)	(32.451)
Amortizações do exercício	14 e 15	(4.704)	(5.089)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	21	(2.679)	(31)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	21	(6.034)	(8.545)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	21	(1)	-
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	21	(3.804)	(514)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>(21.068)</u>	<u>16.099</u>
Impostos sobre lucros			
Correntes	16	(1.865)	(1.807)
Diferidos	16	2.005	(2.479)
		<u>140</u>	<u>(4.286)</u>
Resultado consolidado antes de interesses minoritários		(20.928)	11.813
Interesses minoritários	27	(1.119)	(665)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco		<u>(22.047)</u>	<u>11.148</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2006</u>	<u>2005</u> <i>(Pró-forma)</i>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	236.293	180.271
Pagamentos de juros e comissões	(134.036)	(94.386)
Pagamentos ao pessoal, fundo de pensões e fornecedores (Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(122.256)	(119.031)
	(2.162)	(924)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	42.008	7.134
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>19.847</u>	<u>(26.936)</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(20.197)	1.564
Activos financeiros disponíveis para venda	(963)	(82.408)
Aplicações em instituições de crédito	99.738	(151.397)
Crédito a clientes	(853.620)	(639.313)
Derivados de cobertura	2.070	(4.204)
Activos não correntes detidos para venda	(366)	803
Outros activos	(6.652)	1.820
	<u>(779.990)</u>	<u>(873.135)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(3.591)	(436)
Recursos de outras instituições de crédito	1.001.010	544.770
Recursos de clientes e outros empréstimos	(372.962)	290.643
Outros passivos	(1.181)	9.239
	<u>623.276</u>	<u>844.216</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(136.867)</u>	<u>(55.855)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(6.941)	(450)
Recebimentos de dividendos	347	519
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(6.594)</u>	<u>69</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	59.760	35.000
Empréstimos subordinados	75.000	-
Participação de minoritários no aumento de capital da BBVA IFIC	-	3.992
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>134.760</u>	<u>38.992</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(8.701)	(16.794)
Caixa e seus equivalentes no início do período	137.277	154.071
Caixa e seus equivalentes no fim do período	128.576	137.277

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Nota	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Lucro do exercício	Interesses minoritários	Total
					Reservas	Resultados transitados	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 - pró-forma - NCA's	41	125.000	7.008	4.951	21.010	22.298	43.308	6.714	9.785	196.766
Impacto da adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005 - NCA's		-	-	75	-	(4.140)	(4.140)	-	135	(3.930)
	41	125.000	7.008	5.026	21.010	18.158	39.168	6.714	9.920	192.836
Impacto da adopção das Normas de Contabilidade Internacionais - IAS/IFRS		-	-	-	-	(69.763)	(69.763)	-	-	(69.763)
	41	125.000	7.008	5.026	21.010	(51.605)	(30.595)	6.714	9.920	123.073
Aplicação do lucro do exercício de 2004:										
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	2.334	4.380	6.714	(6.714)	-	-
Aumento de capital	25	35.000	-	-	-	-	-	-	-	35.000
Aumento de capital da BBVA IFIC	3	-	-	-	-	-	-	-	3.992	3.992
Desvios actuariais - BBVA Fundos		-	-	-	-	(135)	(135)	-	-	(135)
Transferência da reserva de reavaliação		-	-	(2.122)	-	2.122	2.122	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:										
Acréscimos		-	-	(224)	-	-	-	-	-	(224)
Efeito fiscal	16	-	-	63	-	-	-	-	-	63
Outros		-	-	-	-	18	18	-	-	18
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	11.148	665	11.813
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 - Pró-forma - IAS/IFRS	41	160.000	7.008	2.743	23.344	(45.220)	(21.876)	11.148	14.577	173.600
Aumento de capital	25	60.000	-	-	-	(240)	(240)	-	-	59.760
Aplicação do lucro do exercício de 2005:										
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	935	10.213	11.148	(11.148)	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda:										
Acréscimos		-	-	236	-	-	-	-	-	236
Efeito fiscal	16	-	-	(72)	-	-	-	-	-	(72)
Aquisição da Invesco Management nº 1, S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(52)	(52)
Outros		-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	(22.047)	1.119	(20.928)
		220.000	7.008	2.906	24.279	(35.247)	(10.968)	(22.047)	15.644	212.543

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. (BBVA Portugal ou Banco) foi constituído por escritura pública em 1991, tendo iniciado a sua actividade em 28 de Junho de 1991. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal.

O BBVA Portugal dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O BBVA Portugal dispõe de uma rede nacional de 109 balcões. Mantém também três sucursais na Madeira (duas sociedades financeiras exteriores e uma sociedade financeira internacional).

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias (Nota 3). Estas empresas constituem o Grupo BBVA Portugal.

Conforme indicado na Nota 25, o Banco é integralmente detido pelo Grupo BBVA.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2006 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2006 são as primeiras apresentadas pelo Grupo BBVA Portugal de acordo com as IAS/IFRS. De acordo com a Norma IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras pró-forma), foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2006. Deste modo, tal como definido na Norma “IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, foram utilizadas as Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2006.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo BBVA Portugal apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da Instrução nº 4/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal e demais disposições emitidas por esta entidade.

As principais diferenças entre os três normativos acima referidos e os impactos de transição são explicados na Nota 41.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3).

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O goodwill é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permanece registado em reservas.

2.4. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas consolidadas são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera o Grupo BBVA Portugal (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos na categoria de activos financeiros acima referida. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo BBVA Portugal ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por um órgão independente da função de negociação do Grupo BBVA em Madrid. São fornecidos por esse órgão preços (bid prices) difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e preços gerados por modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Mensalmente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo BBVA Portugal efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Crédito a clientes e Aplicações em instituições de crédito.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo e numa base colectiva quanto a activos homogéneos, cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade; e
- Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Os activos que não foram objecto de análise específica foram incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo sido classificados para este efeito em grupos homogéneos com características de risco similares. Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, tal como referido no parágrafo anterior.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos do exercício, sendo reflectido no balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.5. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade definidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em activos de rendimento variável:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo BBVA Portugal efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

2.6. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.7. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

O Banco procedeu a reavaliações de imóveis e de equipamento ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação". O valor líquido resultante das reavaliações efectuadas só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. Para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000, a depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. No que se refere aos adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 passou a ser utilizado o método das quotas constantes por duodécimos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Instalações interiores	5 - 10
Equipamento de segurança	8 - 10
Material de transporte	4

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo BBVA Portugal avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica “Juros e encargos similares”.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo BBVA Portugal. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2.10. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo BBVA Portugal são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

A Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo BBVA Portugal tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo BBVA Portugal correspondem a Imparidades não aceites para efeitos fiscais, prejuízos fiscais reportáveis, diferimento de comissões, amortizações não aceites em resultado de reavaliações legais de activos tangíveis, valores associados às responsabilidades com pensões e reavaliações de instrumentos financeiros derivados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.12. Benefícios a empregados

O Banco e a BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. subscreveram o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Adicionalmente, a BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. assumiu o compromisso pelo pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

A BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. e a BBVA Leasimo – Sociedade de Locação Financeira, S.A. não subscreveram o ACTV, não tendo responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma ou de complementos de pensões.

As pensões pagas ao abrigo do ACTV são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da retribuição constante da tabela do ACTV para a categoria profissional do trabalhador à data da reforma, sendo actualizadas anualmente.

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

A cobertura das responsabilidades é efectuada através do valor patrimonial do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões.

O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (ver Nota 18). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas em Euros, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o menor, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Estas responsabilidades incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) e o subsídio por morte.

Na data de transição, foi adoptada a possibilidade permitida pelo IFRS 1, de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada por “reset”).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

As responsabilidades com benefícios a empregados assumidas pela BBVA Fundos são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Adicionalmente, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados nas avaliações e os valores efectivamente verificados, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são integralmente reconhecidos em capitais próprios no exercício em que são gerados, sendo registados na demonstração dos ganhos e perdas reconhecidos, de acordo com o tratamento alternativo previsto na adenda ao IAS 19 publicada em Novembro de 2005.

Outros benefícios de longo prazo

O BBVA Portugal tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade a pagar aos empregados que completem quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de serviço efectivo, de acordo com o previsto na cláusula 150º do ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.13. Comissões

Conforme referido na Nota 2.5., as comissões recebidas ou pagas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ou custos ao longo do período da operação, de acordo com o método da taxa efectiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

As comissões de gestão de fundos de investimento cobradas aos fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. são registadas no período a que respeitam, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões ” (Nota 31).

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao valor nominal.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo BBVA Portugal considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelos Conselhos de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

DETERMINAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITO CONCEDIDO

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.5. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada segundo parâmetros apurados ao nível do Grupo BBVA Portugal para tipologias de crédito comparáveis.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma prudente o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo BBVA Portugal com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das suas subsidiárias sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco e as suas subsidiárias valorizam ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.5.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.5., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

2.17. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Em 2006 o Grupo BBVA Portugal utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2006, desde que aprovadas pela União Europeia.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, face à actividade desenvolvida pelo Grupo, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Novas Normas:

- "IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgações". Esta norma será aplicada a partir de 1 de Janeiro de 2007.
- "IFRS 8 – Segmentos operacionais". Esta norma é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Novas Interpretações:

- "IFRIC 9 - Reavaliação de derivados embutidos". Esta norma é de aplicação obrigatória para os períodos anuais iniciados após 30 de Junho de 2006.

As normas referidas têm efeitos apenas a nível das divulgações, e a interpretação está em linha com o procedimento já seguido pelo Grupo BBVA Portugal. Deste modo, o Conselho de Administração antecipa que a adopção destas Normas e Interpretações em períodos futuros não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

3. EMPRESAS DO GRUPO

São consideradas empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Os principais dados sobre a actividade das empresas subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado, podem ser resumidos como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Actividade</u>	<u>Sede</u>	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Método de consolidação</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasimo)	Locação financeira	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (BBVA Fundos)	Gestão de fundos de pensões	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (BBVA Gest)	Gestão de fundos de investimento	Lisboa	100,0%	Integral
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (BBVA IFIC)	Instituição financeira de crédito	Lisboa	50,1%	Integral
Invesco Management nº1, S.A.	Outras	Luxemburgo	99,99%	Integral
Invesco Management nº2, S.A.	Outras	Luxemburgo	96,88%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2006, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras individuais destas empresas podem ser resumidos da seguinte forma:

<u>Empresa</u>	<u>Activo líquido</u>	<u>Situação líquida</u>	<u>Resultado líquido</u>
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	72.478	11.427	726
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	5.713	5.230	1.479
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	7.862	7.193	2.291
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	304.746	31.608	2.396
Invesco Management nº 1, S.A.	16.161	15.899	(91)
Invesco Management nº 2, S.A.	15.477	(11.178)	(2.612)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Julho de 2006, o Banco adquiriu uma participação de 99,9% na sociedade Invesco Management nº1, S.A., com sede no Luxemburgo cujo custo de aquisição ascendeu a 16.211 mEuros. Esta sociedade detém uma participação de 96,876% na sociedade Invesco Management nº2, S.A..

Em 2005, o BBVA Portugal participou no aumento de capital realizado pela BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. no montante global de 8.000 mEuros, na proporção da sua percentagem de participação no capital desta entidade.

Durante o exercício de 2005 foi concluído o processo de liquidação da Kantara, Limited. A valia apurada nesta operação, registada nas demonstrações financeiras individuais do BBVA Portugal, no montante de 958 mEuros, foi anulada no apuramento do lucro consolidado (ver nota 26).

4. RELATO POR SEGMENTOS

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Grupo BBVA Portugal adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Retail: Inclui o negócio originado na rede de agências com empresas e particulares, e ainda financiamentos à construção e gestão de patrimónios.
- Corporate: Inclui o negócio com empresas cuja facturação é igual ou superior a 100 milhões de Euros ou que pertencem a um grupo que reúne estas condições.
- Mercados: Emissão, gestão, colocação e negociação de instrumentos financeiros para cobertura de operações com clientes ou para a carteira de negociação.
- Gestão de activos: Inclui a gestão e distribuição de fundos de investimento mobiliários, imobiliários e de pensões.
- Crédito especializado: Leasing ou crédito ao consumo em que o vendedor do produto assume um papel determinante no canal de distribuição.
- Outros: Regista os custos e proveitos de estrutura não imputáveis a qualquer das áreas anteriormente descritas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2006 e 2005, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2006						Total
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de activos	Crédito especializado	Outros	
Margem financeira	49.911	13.854	11	318	8.358	(2.283)	70.169
Rendimentos de instrumentos de capital	347	-	-	-	-	-	347
Resultados de serviços e comissões	16.103	3.828	7.606	6.102	943	(140)	34.442
Outros resultados de exploração e outros	8.076	951	2.709	(41)	3.531	(1.867)	13.359
Produto bancário	74.437	18.633	10.326	6.379	12.832	(4.290)	118.317
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(59.557)	(12.104)	(5.318)	(1.170)	(6.710)	(37.304)	(122.163)
Amortizações do exercício	(3.179)	(490)	(167)	(11)	(654)	(203)	(4.704)
Provisões e imparidade	(5.356)	(984)	10	-	(2.248)	(3.940)	(12.518)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	6.345	5.055	4.851	5.198	3.220	(45.737)	(21.068)
Impostos	1.071	1.220	1.334	1.429	823	(5.737)	140
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	7.416	6.275	6.185	6.627	4.043	(51.474)	(20.928)
Interesses minoritários	76	-	-	-	(1.195)	-	(1.119)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	7.492	6.275	6.185	6.627	2.848	(51.474)	(22.047)
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	33.011	-	-	-	33.011
Activos financeiros disponíveis para venda	2.273	85.493	-	-	-	24.627	112.393
Aplicações em instituições de crédito	-	214.717	93.043	-	452	31.391	339.603
Crédito a clientes	2.773.460	1.570.685	-	-	295.126	60.006	4.699.277
Recursos de outras instituições de crédito	1.684.172	1.375.274	124.054	-	245.798	(72.513)	3.356.785
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.067.222	495.621	-	-	-	82.794	1.645.637

	2005						Total
	Retail	Corporate	Mercados	Gestão de activos	Crédito especializado	Outros	
Margem financeira	43.247	11.763	185	169	7.502	(3.625)	59.241
Rendimentos de instrumentos de capital	519	-	-	-	-	-	519
Resultados de serviços e comissões	15.626	3.525	8.271	5.279	250	2.354	35.305
Outros resultados de exploração e outros	7.697	977	1.315	9	2.779	(703)	12.074
Produto bancário	67.089	16.265	9.771	5.457	10.531	(1.974)	107.139
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(54.880)	(11.539)	(4.446)	(1.000)	(6.015)	1.019	(76.861)
Amortizações do exercício	(3.507)	(561)	(165)	(18)	(783)	(55)	(5.089)
Provisões e imparidade	(5.711)	(481)	-	-	(2.496)	(402)	(9.090)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	2.991	3.684	5.160	4.439	1.237	(1.412)	16.099
Impostos	(769)	(1.024)	(1.435)	(1.212)	(422)	576	(4.286)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	2.221	2.661	3.725	3.227	814	(836)	11.813
Interesses minoritários	-	-	-	-	(665)	-	(665)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	2.221	2.661	3.725	3.227	149	(836)	11.148
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	8.807	-	-	5.558	14.365
Activos financeiros disponíveis para venda	1.745	95.433	-	-	-	13.846	111.024
Aplicações em instituições de crédito	133.733	217.152	97.735	8.908	83	(15.381)	442.230
Crédito a clientes	2.566.380	998.424	-	-	244.215	31.765	3.840.784
Recursos de outras instituições de crédito	1.169.040	808.353	106.542	-	215.711	49.223	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.126.995	809.514	-	-	-	85.979	2.022.488

Em 2006 e 2005, a totalidade da actividade do Grupo BBVA Portugal é desenvolvida em Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Caixa	18.527	17.416
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	40.796	44.966
Juros a receber	65	61
	-----	-----
	59.388	62.443
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Cheques a cobrar	59.055	62.048
Depósitos à ordem		
. No país	1.032	603
. No estrangeiro	9.101	12.183
	-----	-----
	69.188	74.834
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Títulos		
. Instrumentos de capital	12.621	8.453
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8)	20.390	5.912
	-----	-----
	33.011	14.365
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5.. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2006							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
Instrumentos financeiros derivados								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	100.975	-	100.975	-	-	-	-	-
. Swaps								
Taxa de juro	30.230	100.208	130.438	2.486	(2.615)	2.263	(6.397)	(4.263)
Cotações	3.706	60.489	64.195	37	(230)	2.367	(9.206)	(7.032)
Outros	-	-	-	-	-	5.981	-	5.981
. Opções								
Taxa de juro	4.864	-	4.864	436	(331)	-	-	105
Cotações	123.982	-	123.982	17.397	(16.395)	-	-	1.002
. Contratos de garantia de taxa								
Caps	87.244	-	87.244	34	(34)	-	-	-
Floors	86.000	-	86.000	-	-	-	-	-
	<u>437.001</u>	<u>160.697</u>	<u>597.698</u>	<u>20.390</u>	<u>(19.605)</u>	<u>10.611</u>	<u>(15.603)</u>	<u>(4.207)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Cotações	10.851	-	10.851	-	-	-	-	-
	<u>10.851</u>	<u>-</u>	<u>10.851</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>447.852</u>	<u>160.697</u>	<u>608.549</u>	<u>20.390</u>	<u>(19.605)</u>	<u>10.611</u>	<u>(15.603)</u>	<u>(4.207)</u>
2005								
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Activos por derivados de cobertura (Nota 9)	Passivos por derivados de cobertura (Nota 9)	Total
Instrumentos financeiros derivados								
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>								
. Operações cambiais a prazo	77.238	-	77.238	57	-	-	-	57
. Swaps								
Taxa de juro	36.518	108.757	145.275	649	(1.109)	3.192	(2.841)	(109)
Cotações	3.991	32.183	36.174	-	(21)	37	(3.481)	(3.465)
Divisas	846	-	846	755	(2)	-	-	753
. Opções								
Taxa de juro	10.759	-	10.759	198	(533)	-	-	(335)
Cotações	68.791	-	68.791	3.861	(2.780)	-	-	1.081
. Forwards	41.339	-	41.339	357	-	-	-	357
. Contratos de garantia de taxa								
Caps	37.272	-	37.272	35	-	-	-	35
Floors	36.000	-	36.000	-	(35)	-	-	(35)
	<u>312.754</u>	<u>140.940</u>	<u>453.694</u>	<u>5.912</u>	<u>(4.480)</u>	<u>3.229</u>	<u>(6.322)</u>	<u>(1.661)</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>								
. Futuros								
Taxa de juro	33.506	-	33.506	-	-	-	-	-
Cotações	15.800	-	15.800	-	-	-	-	-
	<u>49.306</u>	<u>-</u>	<u>49.306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>362.060</u>	<u>140.940</u>	<u>503.000</u>	<u>5.912</u>	<u>(4.480)</u>	<u>3.229</u>	<u>(6.322)</u>	<u>(1.661)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante notional):

	2006					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Operações cambiais a prazo	15.225	11.274	27.429	47.047	-	100.975
. Swaps						
Taxa de juro	-	-	3.000	52.084	75.354	130.438
Cotações	-	-	-	49.195	15.000	64.195
. Opções						
Taxa de juro	-	-	-	4.864	-	4.864
Cotações	-	-	-	69.815	54.167	123.982
. Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	36.000	51.244	87.244
Floors	-	-	-	36.000	50.000	86.000
	<u>15.225</u>	<u>11.274</u>	<u>30.429</u>	<u>295.005</u>	<u>245.765</u>	<u>597.698</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
Cotações	10.851	-	-	-	-	10.851
	<u>10.851</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.851</u>
	<u>26.076</u>	<u>11.274</u>	<u>30.429</u>	<u>295.005</u>	<u>245.765</u>	<u>608.549</u>
2005						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Operações cambiais a prazo	37.195	3.404	-	36.639	-	77.238
. Swaps						
Taxa de juro	-	-	8.500	53.557	83.218	145.275
Cotações	285	20.889	-	-	15.000	36.174
Divisas	-	-	-	846	-	846
. Opções						
Taxa de juro	-	-	5.833	4.926	-	10.759
Cotações	-	-	-	42.557	26.234	68.791
. Forwards	41.339	-	-	-	-	41.339
. Contratos de garantia de taxa						
Caps	-	-	-	36.000	1.272	37.272
Floors	-	-	-	36.000	-	36.000
	<u>78.819</u>	<u>24.293</u>	<u>14.333</u>	<u>210.525</u>	<u>125.724</u>	<u>453.694</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
Taxa de juro	33.506	-	-	-	-	33.506
Cotações	15.800	-	-	-	-	15.800
	<u>49.306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.306</u>
	<u>128.125</u>	<u>24.293</u>	<u>14.333</u>	<u>210.525</u>	<u>125.724</u>	<u>503.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Instrumentos financeiros derivados		
. Operações cambiais a prazo		
Instituições financeiras	100.975	77.238
. Swaps		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	130.438	145.275
Cotações		
Instituições financeiras	64.195	36.174
Divisas		
Instituições financeiras	-	436
Clientes	-	410
. Opções		
Taxa de juro		
Instituições financeiras	2.500	5.500
Clientes	2.364	5.259
Cotações		
Instituições financeiras	66.100	37.764
Clientes	57.882	31.027
. Forwards		
Clientes	-	41.339
. Contratos de garantia de taxa		
Caps		
Instituições financeiras	43.622	18.635
Clientes	43.622	18.637
Floors		
Instituições financeiras	43.000	18.000
Clientes	43.000	18.000
. Futuros		
Bolsa	10.851	49.306
	<u>608.549</u>	<u>503.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De dívida pública portuguesa	15.895	15.772
De outros residentes		
· Outras obrigações	84.875	84.726
· Obrigações de caixa	-	35
De não residentes		
· Organismos financeiros internacionais	-	1.247
· Outras obrigações	4.613	4.566
<u>Instrumentos de capital</u>		
· Valorizados ao justo valor	2.273	685
· Valorizados ao custo histórico	4.823	4.249
	-----	-----
	112.479	111.280
	-----	-----
Juros a receber	694	511
Receitas com rendimento diferido	(184)	(171)
	-----	-----
	112.989	111.620
	-----	-----
Imparidade (Nota 21)	(596)	(596)
	-----	-----
	112.393	111.024
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui 2.273 mEuros e 685 mEuros, respectivamente, relativos a unidades de participação de fundos geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os instrumentos de capital valorizados ao custo histórico têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>			<u>2005</u>	
	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Valor de balanço</u>
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5,83%	3.831	-	3.831	3.318
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	0,78%	305	(10)	295	234
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	0,09%	600	(499)	101	101
Outros		87	(87)	-	-
		-----	-----	-----	-----
		4.823	(596)	4.227	3.653
		=====	=====	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2006 e 2005 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Empréstimos		
· no país	216.240	214.193
Depósitos		
· no estrangeiro	120.969	226.579
	-----	-----
	337.209	440.772
	-----	-----
Juros a receber	2.394	1.473
Receitas com rendimento diferido	-	(15)
	-----	-----
Imparidade (Nota 21)	-	-
	-----	-----
	339.603	442.230
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Até três meses	275.109	404.007
De três meses a um ano	23.300	21.560
De um a cinco anos	38.800	15.205
	-----	-----
	337.209	440.772
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2006 e 2005 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Crédito não titulado:		
Crédito interno		
. Empresas e administrações públicas		
Empréstimos	1.256.968	880.993
Créditos em conta corrente	520.502	638.913
Descobertos em depósitos à ordem	1.984	4.673
Créditos tomados - factoring	34.806	36.410
Operações de locação financeira	283.175	259.907
Outros créditos	3.164	4.556
. Particulares		
Habitação	1.519.822	1.237.855
Outros créditos	259.723	199.587
Crédito ao exterior	530.752	372.499
	-----	-----
	4.410.896	3.635.393
Crédito titulado:		
Papel comercial	210.300	157.975
Desconto e outros créditos titulados	65.708	48.393
	-----	-----
	276.008	206.368
	-----	-----
Créditos vencidos adquiridos pela Invesco	3.749	-
	-----	-----
	4.690.653	3.841.761
	-----	-----
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	3.471	2.031
	-----	-----
	4.694.124	3.843.792
	-----	-----
Juros a receber:		
Crédito não titulado	17.377	9.540
Juros recebidos:		
Crédito titulado	(215)	(174)
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	11.877	8.429
Receitas com rendimento diferido	(10.686)	(8.843)
	-----	-----
	4.712.477	3.852.744
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	28.061	24.890
	-----	-----
	4.740.538	3.877.634
	-----	-----
Imparidade (Nota 21)	(41.261)	(36.850)
	-----	-----
	4.699.277	3.840.784
	=====	=====

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2006 e 2005 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2006, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 837.203 mEuros e 185.718 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, o crédito a clientes e as garantias prestadas incluem operações garantidas pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Madrid), nos montantes de aproximadamente 591.000 mEuros e 212.000 mEuros, respectivamente.

Estes montantes não são considerados para efeitos do apuramento do rácio de solvabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o prazo residual dos créditos a clientes, excluindo o crédito vencido e o papel comercial, apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Até três meses	989.126	1.126.424
De três meses a um ano	593.314	314.747
De um a dois anos	268.388	650.841
Mais de dois anos	2.629.525	1.591.774
	-----	-----
	4.480.353	3.683.786
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a composição da carteira de créditos a clientes por sectores de actividade, excluindo o crédito vencido e o papel comercial, é a seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Agricultura	24.610	9.315
Alimentos, bebidas e tabaco	4.799	1.700
Comércio	1.303.851	1.521.134
Construção	430.447	14.010
Engenharia	55.461	62.356
Madeira e cortiça	6.412	1.684
Serviços	35.412	34.190
Têxtil	3.832	1.590
Transportes e comunicações	58.919	6.400
Particulares:		
- Habitação	1.564.991	1.212.820
- Consumo	197.242	234.361
Outros	794.377	584.226
	-----	-----
	4.480.353	3.683.786
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Activos não correntes detidos para venda		
· Imóveis	7.517	3.361
· Equipamentos e viaturas	446	342
· Outros	829	829
	-----	-----
	8.792	4.532
	-----	-----
Imparidade (Nota 21)		
· Imóveis	(925)	(428)
· Equipamentos e viaturas	(161)	(101)
· Outros	(829)	(829)
	-----	-----
	(1.915)	(1.358)
	-----	-----
	6.877	3.174
	=====	=====

O movimento nesta rubrica durante os exercícios de 2006 e 2005 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Alteração do perímetro de consolidação ¹										31 de Dezembro de 2006		
	31 de Dezembro de 2005		Valor		Aquisições	Alienações	Utilização de Imparidade	Dotações de Imparidade	Reposição de Imparidade	Transferências de Imparidade	Valor		Valor
	Bruto	Imparidade	Bruto	Imparidade							Bruto	Imparidade	
Activos recebidos em dação em pagamento													
Imóveis	3.361	(428)	4.910	(641)	1.086	(1.840)	641	(497)	-	-	7.517	(925)	6.592
Equipamento e viaturas	342	(101)	-	-	1.854	(1.750)	-	(101)	85	(44)	446	(161)	285
Outros	829	(829)	-	-	-	-	-	-	-	-	829	(829)	-
	<u>4.532</u>	<u>(1.358)</u>	<u>4.910</u>	<u>(641)</u>	<u>2.940</u>	<u>(3.590)</u>	<u>641</u>	<u>(598)</u>	<u>85</u>	<u>(44)</u>	<u>8.792</u>	<u>(1.915)</u>	<u>6.877</u>

¹ - Inclusão da Invesco Management nº1, S.A.

	31 de Dezembro de 2004				31 de Dezembro de 2005				Valor	
	Valor		Aquisições	Alienações	Utilização de Imparidade	Dotações de Imparidade	Reposição de Imparidade	Valor		Valor
	Bruto	Imparidade						Bruto	Imparidade	
Activos recebidos em dação em pagamento										
Imóveis	4.275	(144)	1.019	(1.933)	19	(303)	-	3.361	(428)	2.933
Equipamento e viaturas	457	(275)	1.682	(1.797)	207	(126)	93	342	(101)	241
Outros	829	(829)	-	-	-	-	-	829	(829)	-
	<u>5.561</u>	<u>(1.248)</u>	<u>2.701</u>	<u>(3.730)</u>	<u>226</u>	<u>(429)</u>	<u>93</u>	<u>4.532</u>	<u>(1.358)</u>	<u>3.174</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2005			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 21)							
Imóveis:										
. De serviço próprio	71.889	(17.388)	(845)	385	670	(1.179)	-	-	(250)	53.282
. Despesas em edifícios arrendados	10.085	(8.689)	-	217	-	(334)	-	-	-	1.279
Activos tangíveis em curso										
. Imóveis de serviço próprio	-	-	-	716	(716)	-	-	-	-	-
	<u>81.974</u>	<u>(26.077)</u>	<u>(845)</u>	<u>1.318</u>	<u>(46)</u>	<u>(1.513)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(250)</u>	<u>54.561</u>
Equipamento:										
. Mobiliário e material	7.998	(7.357)	-	183	14	(275)	-	-	-	563
. Máquinas e ferramentas	5.343	(5.095)	-	156	18	(118)	-	-	-	304
. Equipamento informático	19.322	(16.948)	-	767	-	(1.175)	-	-	-	1.966
. Instalações interiores	12.788	(10.719)	-	292	-	(387)	-	-	-	1.974
. Material de transporte	2.003	(1.164)	-	105	-	(378)	-	-	(107)	459
. Equipamento de segurança	3.733	(3.289)	-	246	14	(140)	-	-	-	584
	<u>51.187</u>	<u>(44.552)</u>	<u>-</u>	<u>1.749</u>	<u>46</u>	<u>(2.473)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(107)</u>	<u>5.850</u>
Outros activos tangíveis:										
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77
. Outros	91	(82)	-	-	-	(5)	-	(4)	-	-
	<u>133.329</u>	<u>(70.711)</u>	<u>(845)</u>	<u>3.067</u>	<u>-</u>	<u>(3.991)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(357)</u>	<u>60.488</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2004			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 21)	Regularizações	Alienações e abates	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidade (Nota 21)							
Imóveis:										
. De serviço próprio	75.314	(17.097)	(1.960)	1.211	131	(1.183)	1.115	-	(3.875)	53.656
. Despesas em edifícios arrendados	10.080	(8.380)	-	52	(36)	(320)	-	-	-	1.396
Activos tangíveis em curso										
. Imóveis de serviço próprio	93	-	-	2	(95)	-	-	-	-	-
	<u>85.487</u>	<u>(25.477)</u>	<u>(1.960)</u>	<u>1.265</u>	<u>-</u>	<u>(1.503)</u>	<u>1.115</u>	<u>-</u>	<u>(3.875)</u>	<u>55.052</u>
Equipamento:										
. Mobiliário e material	7.924	(7.031)	-	73	-	(325)	-	-	-	641
. Máquinas e ferramentas	5.282	(4.968)	-	61	-	(127)	-	-	-	248
. Equipamento informático	17.849	(15.691)	-	712	709	(1.334)	-	165	(36)	2.374
. Instalações interiores	12.509	(10.296)	-	279	-	(423)	-	-	-	2.069
. Material de transporte	2.704	(1.260)	-	156	-	(523)	-	-	(238)	839
. Equipamento de segurança	3.571	(3.152)	-	162	-	(117)	-	-	-	464
	<u>49.839</u>	<u>(42.398)</u>	<u>-</u>	<u>1.443</u>	<u>709</u>	<u>(2.849)</u>	<u>-</u>	<u>165</u>	<u>(274)</u>	<u>6.635</u>
Outros activos tangíveis:										
. Património artístico	77	-	-	-	-	-	-	-	-	77
. Outros	79	(78)	-	12	-	(4)	-	-	-	9
	<u>135.482</u>	<u>(67.953)</u>	<u>(1.960)</u>	<u>2.720</u>	<u>709</u>	<u>(4.356)</u>	<u>1.115</u>	<u>165</u>	<u>(4.149)</u>	<u>61.773</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Imóveis de serviço próprio” inclui imóveis não afectos à actividade do Banco nos montantes de 2.116 mEuros e 2.812 mEuros, respectivamente, aos quais estão associadas imparidades no montante de 845 mEuros.

Estes imóveis são reconhecidos contabilisticamente ao custo de aquisição ou valor de realização, dos dois o menor, sendo registadas imparidades sempre que o valor de avaliação seja inferior ao respectivo valor líquido contabilístico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

Descrição	31 de Dezembro de 2005		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Imparidade (Nota 21)	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas						
<i>Activos intangíveis</i>								
Diferenças de consolidação	-	-	2.073	-	-	-	(2.073)	-
Trespases	150	(150)	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	8.880	(8.880)	-	-	-	-	-	-
Software	34.226	(32.948)	332	283	(713)	-	-	1.180
Outros activos intangíveis	4.539	(4.539)	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	283	-	193	(283)	-	-	-	193
	<u>48.078</u>	<u>(46.517)</u>	<u>2.598</u>	<u>-</u>	<u>(713)</u>	<u>-</u>	<u>(2.073)</u>	<u>1.373</u>

Descrição	31 de Dezembro de 2004		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas					
<i>Activos intangíveis</i>							
Trespases	374	(270)	-	-	(104)	-	-
Despesas de constituição	21	(21)	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	8.880	(8.880)	-	-	-	-	-
Software	2.660	(1.712)	877	143	(629)	(61)	1.278
Outros activos intangíveis	4.539	(4.539)	-	-	-	-	-
Activos intangíveis em curso	1.126	-	38	(852)	-	(28)	284
	<u>17.600</u>	<u>(15.422)</u>	<u>915</u>	<u>(709)</u>	<u>(733)</u>	<u>(89)</u>	<u>1.562</u>

As “diferenças de consolidação” correspondem à diferença entre o custo de aquisição da Invesco Management nº1, S.A. e os capitais próprios atribuíveis ao Grupo BBVA Portugal na data de aquisição dessa participada.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 eram os seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	28.119	25.272
· Por prejuízos fiscais reportáveis	1.631	2.573
	-----	-----
	29.750	27.845
	-----	-----
Passivos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	(271)	(299)
	-----	-----
	29.479	27.546
	=====	=====
Activos por impostos correntes	352	244
	-----	-----
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	(764)	(956)
	-----	-----
	(412)	(712)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006			
	Saldo	Varição	Varição	Saldo
	em	em	em	em
	31.12.05	Resultados	Reservas	31.12.2006
. Activos intangíveis	1.471	(909)	-	562
. Prémio de antiguidade	361	92	-	453
. Subsídio por morte	877	227	-	1.104
. Imparidade e outras provisões temporariamente não aceites fiscalmente	3.715	1.238	-	4.953
. Pensões				
Reformas antecipadas	6.710	5.207	-	11.917
SAMS	2.321	(196)	-	2.125
Contribuição efectuada	7.728	(1.933)	-	5.795
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(210)	19	-	(191)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	920	(587)	-	333
. Prejuízos fiscais reportáveis	2.573	(942)	-	1.631
. Comissões	1.037	66	-	1.103
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	-	(277)	-	(277)
. Valorização dos activos disponíveis para venda	43	-	(72)	(29)
	<u>27.546</u>	<u>2.005</u>	<u>(72)</u>	<u>29.479</u>

	2005			
	Adopção das	Varição	Varição	Saldo
	IAS/IFRS em	em	em	em
	01.01.2005	Resultados	Reservas	31.12.2005
	(Nota 41)			
. Activos intangíveis	2.819	(1.348)	-	1.471
. Prémio de antiguidade	361	-	-	361
. Subsídio de morte	877	-	-	877
. Imparidade e outras provisões temporariamente não aceites fiscalmente	2.201	1.514	-	3.715
. Pensões				
Reformas antecipadas	8.110	(1.400)	-	6.710
SAMS	2.452	(131)	-	2.321
Desvios actuariais	-	-	-	-
Contribuição efectuada	9.665	(1.937)	-	7.728
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(229)	19	-	(210)
. Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	384	536	-	920
. Valias fiscais	206	(206)	-	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	2.081	492	-	2.573
. Comissões	1.401	(364)	-	1.037
. Correções no justo valor dos elementos cobertos	(346)	346	-	-
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(20)	-	63	43
	<u>29.962</u>	<u>(2.479)</u>	<u>63</u>	<u>27.546</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Impostos correntes</u>	(1.865)	(1.807)
	-----	-----
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo e reversão de diferenças temporárias	2.947	(2.971)
Prejuízos fiscais reportáveis	(942)	492
	-----	-----
	2.005	(2.479)
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	140	(4.286)
	=====	=====
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	(21.068)	16.099
	-----	-----
Carga fiscal	0,66%	26,62%
	=====	=====

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e das suas subsidiárias relativas aos anos de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2006</u>		<u>2005</u>	
	<u>Taxa</u>	<u>Total</u>	<u>Taxa</u>	<u>Total</u>
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>(21.068)</u>		<u>16.099</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,50%	(5.794)	27,50%	4.427
Custos não aceites fiscalmente:				
Custos com pensões	(9,55%)	2.013	-	-
Imparidade e provisões	(9,12%)	1.922	-	-
Seguros	(0,25%)	53	0,49%	79
Multas e outras penalidades	(0,11%)	24	0,14%	22
Reintegrações	(0,06%)	12	0,30%	48
Outros	(1,13%)	239	1,62%	261
Benefícios fiscais				
Dividendos	0,23%	(48)	(0,44%)	(71)
Outros	0,03%	(6)	(0,42%)	(67)
Impostos diferidos activos não reconhecidos	(2,93%)	617	-	-
Tributação autónoma	(0,76%)	160	0,77%	125
Mais e menos valias	0,15%	(31)	(2,75%)	(442)
Outros	(3,34%)	699	(0,59%)	(96)
	<u>0,66%</u>	<u>(140)</u>	<u>26,62%</u>	<u>4.286</u>

O Banco e as suas subsidiárias não reconhecem impostos diferidos activos sempre que não seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que possibilitem a respectiva utilização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Outras disponibilidades</u>	38	25
<u>Outros activos</u>		
Outros metais preciosos	19	19
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros	2.486	1.614
Devedores por alienação de equipamento	100	206
Sector Público Administrativo		
. IVA a recuperar	5.163	14.417
Bonificações a receber	43	42
Outros devedores diversos	8.812	6.397
	-----	-----
	16.604	22.676
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Comissões	4.763	5.209
Outros	72	118
	-----	-----
	4.835	5.327
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Campanha de incentivo FIM Extra 5	1.169	1.621
Seguros	2.394	629
Outras	419	797
	-----	-----
	3.982	3.047
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 18)</u>		
Desvios actuariais	43.806	44.063
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Comissões associadas a operações de crédito	-	(11)
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações cambiais a liquidar	70	66
Operações activas a regularizar	4.926	624
	-----	-----
	4.996	690
	-----	-----
	74.280	75.836
	-----	-----
<u>Imparidade – Outros activos</u>		
Outros devedores diversos (Nota 21)	(4.468)	(4.114)
	-----	-----
	69.812	71.722
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “IVA a recuperar” corresponde essencialmente ao imposto sobre o valor acrescentado a recuperar decorrente da actividade da BBVA IFIC.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Rendimentos a receber – Comissões”, inclui 1.047 mEuros e 1.816 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber da BBVA Seguros, S.A., pela colocação de seguros através da rede comercial do BBVA Portugal (Nota 39).

A rubrica “Despesas com encargo diferido - Campanha de incentivo FIM Extra 5” corresponde ao valor ainda não amortizado do custo da campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (Nota 36).

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Outros devedores” incluía um saldo de 1.456 mEuros, originado pela cessão a uma instituição financeira Portuguesa dos créditos do BBVA Portugal sobre uma entidade em processo especial de recuperação de empresas. Este montante não venceu juros e foi pago ao BBVA Portugal em Agosto de 2006.

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2006 e 2005 na Imparidade é apresentado na Nota 21.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As responsabilidades do BBVA Portugal, da BBVA Gest e da BBVA Fundos com pensões de reforma por velhice, sobrevivência e por invalidez encontram-se cobertas por Fundos de Pensões. A gestão destes Fundos, bem como a elaboração das avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são da responsabilidade da BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são os seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	4,75%	4,5%
Taxa de rendimento de longo prazo	4,7%	4,5%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 a 50%	EVK 80 a 50%
Tábua de turnover	MSSL a 50%	MSSL a 50%
Idade de reforma	65	65
Percentagem de casados	85%	85%
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes abrangidos pelo plano de pensões é o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Empregados no activo	708	788
Reformados e pensionistas	754	680
	-----	-----
	1.462	1.468
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com assistência médica e as respectivas coberturas são as seguintes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
A. Responsabilidades:		
Serviços passados:		
- Empregados no activo	66.114	80.255
- Reformados e pensionistas	212.257	166.791
	-----	-----
	278.371	247.046
	-----	-----
Assistência médica:		
- Empregados no activo	4.297	5.259
- Reformados e pensionistas	13.797	10.824
	-----	-----
	18.094	16.083
	-----	-----
	296.465	263.129
	-----	-----
B. Cobertura das responsabilidades:		
Valor patrimonial dos Fundos	248.473	213.271
Contratos de rendas vitalícias	8.314	9.081
Contribuições a entregar (Nota 23)	39.715	40.777
	-----	-----
	296.502	263.129
	-----	-----
C. (Excesso) / Insuficiência	(37)	-
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no valor actual das responsabilidades por serviços passados ocorrido durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Responsabilidades no início do exercício	263.129	222.285
Reformas antecipadas efectuadas no período	34.188	-
Alteração de pressupostos:		
· Tábua de mortalidade - 31 de Dezembro de 2005	-	20.376
· Taxa de desconto – 31 de Dezembro de 2005	-	15.691
· Taxa de desconto – 31 de Dezembro de 2006	(11.918)	-
Custo do serviço corrente	4.841	4.048
Custo dos juros	11.582	8.473
(Ganhos) e perdas actuariais	5.826	3.354
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(11.385)	(11.298)
Contribuição dos colaboradores	202	200
	-----	-----
Responsabilidades no fim do exercício	296.465	263.129
	=====	=====

A cobertura das responsabilidades do Grupo BBVA Portugal é efectuada através do Fundo de Pensões Grupo BBVA (Portugal), do Fundo de Pensões Credit (Portugal), e de contratos de rendas vitalícias celebrados entre o Banco e a Gan Portugal Vida. O valor actual dos contratos de rendas vitalícias é determinado pela BBVA Fundos utilizando pressupostos actuariais iguais aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões. O movimento ocorrido na cobertura das responsabilidades foi o seguinte:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Saldo inicial:		
· Valor patrimonial dos Fundos	213.271	167.916
· Contratos de rendas vitalícias	9.081	7.788
· Contribuições a entregar	40.777	46.581
	-----	-----
	263.129	222.285
	-----	-----
Contribuições a efectuar (Nota 23)	39.715	40.777
Contribuições efectuadas	35	241
Contribuições dos colaboradores	201	201
Rendimento esperado dos fundos de pensões	11.565	9.948
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(11.385)	(11.298)
(Ganhos) e perdas actuariais/financeiras	(6.758)	975
	-----	-----
Saldo final	296.502	263.129
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes activos com empresas do Grupo:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Obrigações	8.126	-
Unidades de Participação de Fundos geridos por entidades do Grupo	-	16.786
Acções	-	55
	-----	-----
	8.126	16.841
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios actuariais durante os exercícios de 2005 e 2006 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2004	<u>5.745</u>
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	623
- actuariais	2.866
Impacto da alteração da taxa de desconto	14.511
Impacto da alteração da tábua de mortalidade	20.318
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 (Nota 17)	<u>44.063</u>
(Ganhos) / Perdas actuariais e financeiras:	
- financeiras	6.593
- actuariais	5.945
Impacto da alteração da taxa de desconto	(11.871)
Amortização de desvios actuariais fora do Corredor	(924)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 17)	<u><u>43.806</u></u>

Os desvios resultantes da alteração da tábua de mortalidade, efectuada em 2005, estão a ser amortizados ao longo de um período de 22 anos, correspondente ao período médio de vida activa até à idade de reforma, para os trabalhadores actualmente no activo.

O custo do exercício com pensões de reforma e responsabilidades com saúde inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros relativo à totalidade das responsabilidades, a amortização dos desvios actuariais fora do Corredor e os custos com acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas, deduzidos do rendimento esperado dos Fundos de Pensões:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Custo do serviço corrente	4.842	4.048
Custo dos juros	11.582	8.473
Amortização de desvios actuariais fora do Corredor	924	-
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	34.188	-
Rendimento esperado dos Fundos de Pensões	(11.565)	(9.957)
Custo do exercício (Nota 37)	<u>39.971</u>	<u>2.564</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
À vista		
Depósitos à ordem		
· Instituições de crédito no país	11.000	4.552
· Instituições de crédito no estrangeiro	12.286	6.838
	-----	-----
	23.286	11.390
	-----	-----
Depósitos a prazo e outros recursos		
· Instituições de crédito no estrangeiro	3.074.507	2.330.404
· Instituições de crédito no país	245.000	-
	-----	-----
	3.319.507	2.330.404
	-----	-----
	3.342.793	2.341.794
	-----	-----
Juros a pagar	13.992	7.075
	-----	-----
	3.356.785	2.348.869
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Até três meses	998.769	813.964
De três meses a um ano	774.536	372.414
De um a cinco anos	1.248.096	905.416
Mais de cinco anos	321.392	250.000
	-----	-----
	3.342.793	2.341.794
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Depósitos		
· À ordem	924.182	904.169
· A prazo	691.917	1.082.250
· De poupança	22.871	30.067
Outros recursos de clientes		
· Cheques e ordens a pagar	4.465	3.728
· Outros	156	151
	-----	-----
	1.643.591	2.020.365
	-----	-----
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 9)	(3.265)	(622)
	-----	-----
	1.640.326	2.019.743
	-----	-----
Encargos a pagar		
· Juros de recursos de clientes	5.495	3.116
	-----	-----
Despesas com encargo diferido		
· Juros de recursos de clientes	(184)	(371)
	-----	-----
	1.645.637	2.022.488
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Até três meses	1.306.906	1.683.913
De três meses a um ano	219.546	246.401
De um a cinco anos	117.139	78.817
Mais de cinco anos	-	11.234
	-----	-----
	1.643.591	2.020.365
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2005	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2006
Imparidade						
Crédito a clientes (Nota 12)	36.850	14.168	(8.134)	(1.515)	(108)	41.261
- Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	596	-	-	-	-	596
- Imparidade de outros activos:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.358	598	(85)	-	44	1.915
Outros activos tangíveis (Nota 14)	845	-	-	-	-	845
Outros activos intangíveis (Nota 15)	-	2.073	-	-	-	2.073
Outros activos (Nota 17)	4.114	1.231	(12)	(621)	(244)	4.468
	<u>6.317</u>	<u>3.902</u>	<u>(97)</u>	<u>(621)</u>	<u>(200)</u>	<u>9.301</u>
Provisões:						
- Outros riscos e encargos	306	2.700	(20)	-	345	3.331
- Riscos bancários gerais	40	-	(1)	(2)	(37)	-
	<u>346</u>	<u>2.700</u>	<u>(21)</u>	<u>(2)</u>	<u>308</u>	<u>3.331</u>
	<u>44.109</u>	<u>20.770</u>	<u>(8.252)</u>	<u>(2.138)</u>	<u>-</u>	<u>54.489</u>

	Saldos em 31-12-2004	Adopção da IAS 39	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2005
Imparidade							
Crédito a clientes (Nota 12)	34.531	-	23.284	(14.739)	(6.288)	62	36.850
- Imparidade de outros activos financeiros:							
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	535	87	-	-	(26)	-	596
- Imparidade de outros activos:							
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	1.248	-	371	(93)	(226)	58	1.358
Outros activos tangíveis (Nota 14)	1.960	-	-	(1.115)	-	-	845
Outros activos (Nota 17)	3.437	-	1.380	(29)	(674)	-	4.114
	<u>6.645</u>	<u>-</u>	<u>1.751</u>	<u>(1.237)</u>	<u>(900)</u>	<u>58</u>	<u>6.317</u>
Provisões:							
- Outros riscos e encargos	394	-	55	(24)	-	(119)	306
- Riscos bancários gerais	65	-	-	-	(24)	(1)	40
	<u>459</u>	<u>-</u>	<u>55</u>	<u>(24)</u>	<u>(24)</u>	<u>(120)</u>	<u>346</u>
	<u>42.170</u>	<u>87</u>	<u>25.090</u>	<u>(16.000)</u>	<u>(7.238)</u>	<u>-</u>	<u>44.109</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Empréstimos subordinados:		
. Concedido em Março de 2001	69.000	69.000
. Concedido em Junho de 2006	75.000	-
	-----	-----
	144.000	69.000
	-----	-----
Encargos a pagar		
. Juros de empréstimos subordinados	731	-
	-----	-----
	144.731	69.000
	=====	=====

Em 30 de Março de 2001 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado no montante de 69.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. Este empréstimo tem vencimento em 30 de Março de 2011 e vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 0,6 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Abril de 2001, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos nºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

Em 29 de Junho de 2006 foi concedido pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. um empréstimo subordinado perpétuo no montante de 75.000 mEuros através de um contrato de mútuo directo subordinado. O BBVA Portugal poderá proceder ao reembolso - total ou parcial - do mútuo a partir do sétimo ano mediante autorização do Banco de Portugal. Este empréstimo vence juros à taxa Euribor a três meses acrescida de 1,25 pontos percentuais.

O Banco de Portugal autorizou, através de carta de Junho de 2006, que os recursos obtidos através deste empréstimo sejam considerados para efeito de cálculo dos fundos próprios complementares do BBVA Portugal dentro dos limites estabelecidos nos nºs 6º e 7º do Aviso 12/92, de 29 de Dezembro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Credores por operações sobre futuros	1.883	570
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	2.220	2.376
. Imposto sobre o Valor Acrescentado	824	1.230
. Contribuições para a Segurança Social	347	302
Cobranças por conta de terceiros	21	19
Contribuições para outros sistemas de saúde	252	165
Credores diversos		
. Contribuições a entregar – Fundo de Pensões (Nota 18)	39.715	40.777
. Fornecedores de imobilizado	8.044	10.297
. Outros credores	7.327	4.243
	-----	-----
	60.633	59.979
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
. Provisão para férias e subsídio de férias	4.753	4.506
. Prémio de antiguidade	3.881	4.003
. Subsídio por morte	4.036	3.383
. Remunerações variáveis	4.729	3.169
. Outros	215	268
Por gastos gerais administrativos	1.305	827
Comissões a pagar por angariação de operações de crédito	1.706	795
Rappel por angariação de operações de crédito	533	791
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	771	130
Taxa para o ISP	21	23
Por capitais próprios e equiparados	-	12
Outros	1.268	532
	-----	-----
	23.218	18.439
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	369	358
	-----	-----
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1.923
Mais valias em bens de locação financeira	525	604
Posição cambial	70	69
Outras operações a regularizar	8.038	7.497
	-----	-----
	8.633	10.093
	-----	-----
	92.853	88.869
	=====	=====

A rubrica “Prémio de antiguidade” corresponde ao montante estimado dos encargos com o pagamento dos prémios de antiguidade previstos na cláusula 150º do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o sector bancário. Este montante é determinado pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Mais-valias em bens de locação financeira” corresponde às diferenças positivas entre o valor dos contratos de locação financeira efectuados sobre bens recuperados e o valor contabilístico dos respectivos bens na data de realização do novo contrato. Estes montantes são reconhecidos como proveitos de forma escalonada ao longo do período de vida dos novos contratos de locação.

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	496.581	517.705
Aceites e endossos	4.847	1.695
Créditos documentários abertos	7.255	4.751
Outros passivos eventuais	81	198
	-----	-----
	508.764	524.349
	=====	=====
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Contratos a prazo de depósitos	150.000	1.485
Por linhas de crédito		
· Compromissos irrevogáveis	179.666	253.885
· Compromissos revogáveis	2.472.690	1.493.783
Por subscrição de títulos	201.100	300.000
Responsabilidades a prazo de contribuições para		
o Fundo de Garantia de Depósitos	600	600
Responsabilidade potencial para com		
o Sistema de indemnização aos investidores	792	743
Passivos eventuais	98	1.574
Outros	184	336
	-----	-----
	3.005.130	2.052.406
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	4.712.436	4.264.084
Valores recebidos para cobrança	52.416	50.277
Valores administrados pela instituição		
· Fundos mobiliários geridos pela BBVA Gest	725.385	698.258
· Fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos	359.284	316.230
· Outros	140.407	136.635
Rendas vincendas e valores residuais	94.714	116.664
Outras	70.329	74.772
	-----	-----
	6.154.971	5.656.920
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente nos bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 36). O BBVA Portugal efectuou o pagamento em numerário da totalidade das contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos relativamente aos exercícios de 2006 e 2005, não tendo feito uso da faculdade de não realizar o pagamento de 15% e 33% do referido valor, respectivamente, através da assunção de um compromisso irrevogável pelo montante não entregue.

O saldo da rubrica "Sistema de indemnização aos investidores" corresponde ao montante do compromisso irrevogável assumido pelo Banco, nos termos da legislação aplicável, de entregar àquele sistema em caso de accionamento, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

25. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a estrutura accionista é a seguinte:

	2006		2005	
	N ° de Acções	%	N ° de acções	%
BBVA Luxinvest, S.A., com sede no Luxemburgo	199.046.899	90,48%	144.761.344	90,48%
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	20.952.951	9,52%	15.238.506	9,52%
Outros	150	0,00%	150	0,00%
	-----	-----	-----	-----
	220.000.000	100,00%	160.000.000	100,00%
	=====	=====	=====	=====

Durante o exercício de 2006, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 22 de Dezembro de 2006, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 60.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 9 de Fevereiro de 2005, o Banco realizou um aumento de capital através da emissão de 35.000.000 acções pelo valor nominal de 1 Euro, as quais foram emitidas ao par e integralmente realizadas.

Durante o exercício de 2000, o Banco realizou um aumento do capital social no montante de 55.168 mEuros com um prémio de emissão de 7.008 mEuros.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Reservas de reavaliação</u>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	105	(129)
De investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	634	634
. Reservas de reavaliação do imobilizado	2.196	2.196
. Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	(29)	42
	-----	-----
	2.906	2.743
	-----	-----
Outras reservas e resultados transitados	(10.968)	(21.876)
	-----	-----
Lucro do exercício	(22.047)	11.148
	-----	-----
	(30.109)	(7.985)
	=====	=====

Reservas de reavaliação*Reservas de reavaliação do imobilizado*

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BBVA Portugal ao abrigo das disposições legais e apenas podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o efeito das reavaliações de imobilizado corpóreo, efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro, e do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>
Imóveis	3.707	(1.511)	2.196
	=====	=====	=====

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Lucro do exercício

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Resultado individual	(30.853)	9.336
	-----	-----
Resultados imputáveis ao BBVA Portugal: ¹		
- BBVA Gest	2.291	1.667
- BBVA Fundos	1.479	1.560
- BBVA Leasimo	726	1.137
- BBVA IFIC	1.200	668
	-----	-----
	5.696	5.032
	-----	-----
Impacto da conversão das contas individuais para IAS/IFRS:		
- Imparidade do crédito concedido líquida do efeito fiscal	2.888	(1.890)
- Responsabilidades com pensões	92	-
Valia gerada na liquidação da Kantara	-	(958)
Anulação de resultados gerados entre empresas	-	(372)
Outros	130	-
	-----	-----
Resultado consolidado do exercício	(22.047)	11.148
	=====	=====

¹ - Não está a ser evidenciado o contributo da Invesco Management nº 1, S.A., dado que este foi incorporado directamente nas demonstrações financeiras individuais do BBVA Portugal.

27. INTERESSES MINORITÁRIOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	15.772	14.577
Invesco Management nº1, S.A.	(128)	-
	-----	-----
	15.644	14.577
	=====	=====

Em 2006 e 2005, a parcela dos resultados atribuível aos accionistas minoritários tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.196	665
Invesco Management nº1, S.A.	(77)	-
	-----	-----
	1.119	665
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Juros de disponibilidades	1.458	691
Juros de aplicações em instituições de crédito	13.410	9.429
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	150.332	104.623
. Crédito ao exterior	16.267	10.651
Juros de crédito vencido	1.144	1.287
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Instrumentos derivados	6.384	9.979
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	7.299	3.950
Juros de derivados de cobertura	842	688
Outros juros	40	52
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado:		
. Operações de crédito	3.402	2.326
. Aplicações em instituições de crédito	1	1
Outras comissões recebidas:		
. Operações de crédito	2.244	1.261
	-----	-----
	202.823	144.938
	=====	=====

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	2.852	1.363
. no estrangeiro	81.127	43.190
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	32.853	26.714
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	5.732	8.256
Juros de derivados de cobertura	941	778
Juros de passivos subordinados (Nota 22)	4.206	1.920
Outros juros e encargos similares	309	7
Outras comissões pagas:		
. operações de crédito	4.634	3.469
	-----	-----
	132.654	85.697
	=====	=====

Em 2006 e 2005, as "Outras comissões pagas – operações de crédito" incluem 3.456 mEuros e 2.666 mEuros relativos a comissões e a rappel pagos a fornecedores pela angariação de operações de crédito pela BBVA IFIC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
. SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	267	494
. Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	80	25
	-----	-----
	347	519
	====	====

31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por garantias prestadas	3.686	3.372
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.277	1.055
Por outras operações sobre instrumentos financeiros	93	93
Por serviços prestados		
. Administração de valores	9.771	11.165
. Gestão de cartões	4.006	3.790
. Depósito e guarda de valores	5.476	5.029
. Operações de crédito	1.514	1.494
. Montagem de operações	269	1.440
. Cobrança de valores	1.188	1.266
. Transferência de valores	104	115
. Outros serviços prestados	1.344	321
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.793	1.839
Por gestão de fundos	5.676	5.400
Outras comissões recebidas	3.773	1.832
	-----	-----
	39.970	38.211
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas	2.251	654
Por compromissos assumidos por terceiros	-	408
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Depósito e guarda de valores	414	422
. Operações de crédito	36	26
. Cobrança de valores	11	12
. Outros	598	192
Por operações realizadas por terceiros	1.817	909
Outras comissões pagas	401	283
	-----	-----
	5.528	2.906
	=====	=====

Em 2006 e 2005, a rubrica “Comissões de depósito e guarda de valores” inclui 5.005 mEuros e 4.376 mEuros, respectivamente, correspondentes às comissões de banco depositário dos fundos de investimento mobiliário geridos pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e dos fundos de pensões geridos pela BBVA Fundos – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2006 e 2005, a rubrica “Comissões por serviços prestados – administração de valores” inclui 5.459 mEuros e 7.718 mEuros, respectivamente, correspondentes à remuneração do BBVA Portugal pela angariação de operações para o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (Espanha).

Em 2006 e 2005, a rubrica “Outras comissões recebidas” inclui 1.047 mEuros e 787 mEuros, respectivamente, relativos à remuneração do BBVA Portugal pela colocação através da rede comercial do Banco, de seguros por conta da BBVA Seguros, S.A..

32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
. Emitidos por residentes	1.335	(1.692)
. Emitidos por não residentes	35	348
Instrumentos financeiros derivados		
. Swaps		
Swaps de divisas	887	3.288
Swaps de taxa de juro	259	13
Equity swaps	(901)	(340)
. Futuros		
Sobre taxas de juro	(959)	789
Sobre cotações	821	(1.314)
. Opções		
Sobre taxas de juro	(72)	1.818
Sobre cotações	809	(1.869)
	-----	-----
	2.214	1.041
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
. Swaps		
Swaps de taxa de juro	(2.098)	(1.290)
Equity swaps	(2.467)	(173)
	-----	-----
	(4.565)	(1.463)
	-----	-----
Correcções de valor de activos/passivos objecto de operações de cobertura	4.092	1.363
	-----	-----
	1.741	941
	====	====

33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos emitidos por residentes	(1)	(3)
. Títulos emitidos por não residentes	28	-
	--	----
	27	(3)
	==	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

34. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Reavaliação da posição cambial à vista	1.072	998
Reavaliação da posição cambial a prazo	(133)	(57)
	-----	-----
	939	941
	===	===

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Resultados em activos não financeiros		
· Outros activos tangíveis	102	(986)
· Activos não correntes detidos para venda	359	98
Outros	(13)	-
	-----	-----
	448	(888)
	===	===

36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
· Reembolso de despesas	5.476	5.747
· Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.486	3.819
· Recuperação de créditos incobráveis	2.752	3.701
· Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	282	328
· Recuperação de créditos por venda de carteira (BBVA IFIC)	822	769
· Rendas de locação operacional	231	21
· Outros	1.183	528
	-----	-----
	14.232	14.913
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Outros impostos:		
· Impostos directos	486	526
· Impostos indirectos	370	109
Outros encargos e perdas operacionais:		
· Quotizações e donativos	110	185
· Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 24)	529	580
· Outros encargos e gastos operacionais:		
Campanha de incentivo FIM Extra 5	452	477
Regularizações associadas a contratos de crédito	471	589
Outros	1.610	1.364
	-----	-----
	4.028	3.830
	-----	-----
Outros resultados de exploração	10.204	11.083
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Campanha de incentivo FIM Extra 5” corresponde aos custos reconhecidos durante os exercícios de 2006 e 2005, relativos à campanha de incentivo à subscrição do Fundo de Investimento Mobiliário de Capital Garantido Aberto Fundo Garantido Extra 5 BBVA, gerido pela BBVA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., o qual está a ser diferido ao longo de um período de seis anos contados a partir do final do período de subscrição (Nota 17).

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Salários e vencimentos		
· Órgãos de Gestão e Fiscalização	168	163
· Empregados	37.408	35.182
	-----	-----
	37.576	35.345
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
· Fundos de Pensões (Nota 18)	39.971	2.564
· Outros	6.374	5.713
	-----	-----
	46.345	8.277
	-----	-----
Encargos sociais facultativos	225	197
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
· Indemnizações contratuais	2.086	325
Outros	363	266
	-----	-----
	2.449	591
	-----	-----
	86.595	44.410
	=====	=====

Em 2006, as indemnizações contratuais incluem 2.021 mEuros relativos a compensações pagas por rescisão antecipada de contratos de trabalho.

O número médio de colaboradores do Grupo em 2006 e 2005 apresenta a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Quadros directivos	74	86
Chefias e gerência	209	198
Quadros técnicos	162	404
Administrativos	373	171
Outros	4	5
	-----	-----
	822	864
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Com fornecimentos	2.090	1.994
Com serviços		
. Rendas e alugueres	3.747	3.035
. Comunicações	3.998	4.016
. Deslocações, estadas e representação	1.677	1.689
. Publicidade e edição de publicações	3.487	2.738
. Conservação e reparação	1.119	923
. Transportes	232	216
. Seguros	1.113	438
. Serviços especializados		
Informática	5.477	5.981
Avenças e honorários	1.739	1.544
Mão de obra eventual	524	458
Judiciais, contencioso e notariado	1.068	849
Segurança e vigilância	325	301
Outros serviços especializados	4.453	4.304
. Outros serviços de terceiros	4.519	3.965
	-----	-----
	35.568	32.451
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo BBVA e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	227	6.277
Activos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	15.190	4.165
Activos financeiros disponíveis para venda		
BBVA Global Finance, Ltd.	1.677	1.695
Aplicações em instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	120.546	184.370
Crédito a clientes		
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda	49.597	50.890
Derivados de cobertura (Activo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	6.894	691
Outros activos		
BBVA Seguros, S.A.	1.047	1.816
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	398	-
BBVA Global Finance, Ltd	27	-
BBVA Gestion, S.A.	22	-
Passivos financeiros detidos para negociação		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	5.468	972
Recursos de outras instituições de crédito		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	3.086.314	2.115.237
Finanzia Banco de Crédito	245.799	210.747
Recursos de clientes		
BBVA Seguros, S.A.	1.479	11.757
Derivados de cobertura (Passivo)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	15.597	6.096
Outros passivos subordinados		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	144.732	69.000
Outros passivos		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	473
BBVA Gestión, S.A., SGIIC	140	77
Juros e rendimentos similares		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	5.048	3.125
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, Lda	900	-
BBVA Global Finance, Ltd	51	67
Juros e encargos similares		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	76.698	39.133
BBVA Privanza Bank (Jersey), Ltd	-	7
Finanzia Banco de Crédito	6.611	4.018
Rendimentos de serviços e comissões		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	5.459	7.718
BBVA Seguros, S.A.	1.047	787
BBVA Gestion, S.A.	95	-
Encargos com serviços e comissões		
BBVA Gestión, S.A., SGIIC	302	246
Resultados em operações financeiras (derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	(2.389)	(19.881)
Extrapatrimoniais (Derivados)		
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	779.961	298.518

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROSPolíticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

A política de gestão do risco em cada uma das entidades tem por objectivo gerir e controlar activamente a exposição à incerteza e está alinhada com os objectivos globais do Grupo BBVA.

Neste sentido, o Grupo BBVA Portugal tem vindo a dotar-se dos elementos tanto qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), como quantitativos (metodologias e ferramentas) considerados necessários.

O Grupo BBVA Portugal dispõe de uma estrutura organizativa que, assente em princípios de uma gestão de riscos avançada, preserva a independência da função, mantendo a proximidade às áreas de negócio onde se originam os riscos.

Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

No Grupo BBVA Portugal, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Área de Mercados do BBVA Portugal, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Desta forma, no Grupo BBVA Portugal o risco cambial é exclusivo do Banco, uma vez que os balanços das outras entidades apenas incorporam activos e passivos em Euros.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas, o "Stop Loss" e o Value at Risk (VaR) para este tipo de risco.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2006					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suíço	Outras	
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	59.230	81	38	25	14	59.388
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.088	2.116	90	471	423	69.188
Activos financeiros detidos para negociação	32.939	72	-	-	-	33.011
Activos financeiros disponíveis para venda	112.393	-	-	-	-	112.393
Aplicações em instituições de crédito	299.277	34.719	4.465	-	1.142	339.603
Crédito a clientes	4.687.087	12.036	-	81	73	4.699.277
Derivados de cobertura	10.507	104	-	-	-	10.611
	<u>5.267.521</u>	<u>49.128</u>	<u>4.593</u>	<u>577</u>	<u>1.652</u>	<u>5.323.471</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	19.531	74	-	-	-	19.605
Recursos de outras instituições de crédito	3.353.369	2.839	258	-	319	3.356.785
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.592.960	46.904	4.241	370	1.162	1.645.637
Derivados de cobertura	15.404	199	-	-	-	15.603
Passivos subordinados	144.731	-	-	-	-	144.731
	<u>5.125.995</u>	<u>50.016</u>	<u>4.499</u>	<u>370</u>	<u>1.481</u>	<u>5.182.361</u>
		<u>(888)</u>	<u>94</u>	<u>207</u>	<u>171</u>	<u>(416)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2005					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suiço	Outras	
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	62.285	86	35	20	17	62.443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	72.108	668	945	483	630	74.834
Activos financeiros detidos para negociação	14.365	-	-	-	-	14.365
Activos financeiros disponíveis para venda	111.024	-	-	-	-	111.024
Aplicações em instituições de crédito	400.513	36.311	3.933	335	1.138	442.230
Crédito a clientes	3.822.914	17.684	1	95	90	3.840.784
Derivados de cobertura	3.167	62	-	-	-	3.229
	<u>4.486.376</u>	<u>54.811</u>	<u>4.914</u>	<u>933</u>	<u>1.875</u>	<u>4.548.909</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	4.480	-	-	-	-	4.480
Recursos de outras instituições de crédito	2.338.615	9.653	-	225	376	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.964.239	51.475	4.770	733	1.271	2.022.488
Derivados de cobertura	6.166	156	-	-	-	6.322
Passivos subordinados	69.000	-	-	-	-	69.000
	<u>4.382.500</u>	<u>61.284</u>	<u>4.770</u>	<u>958</u>	<u>1.647</u>	<u>4.451.159</u>
		<u>(6.473)</u>	<u>144</u>	<u>(25)</u>	<u>228</u>	<u>(6.126)</u>

Tal como é visível nos quadros acima, o BBVA Portugal apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial de qualquer das entidades do Grupo BBVA Portugal não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

No Grupo BBVA Portugal cabe ao Comité de Activos e Passivos o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

Cabe ao BBVA Portugal assegurar a liquidez das restantes entidades do grupo, as quais com excepção da BBVA IFIC, se financiam exclusivamente junto do Banco.

A BBVA IFIC resulta de uma parceria entre o BBVA Portugal e o Finanzia Banco de Crédito, S.A., em Espanha. Este último concedeu, em 2005, por quatro anos, à BBVA IFIC uma linha de crédito até ao montante de 220 milhões de Euros.

O BBVA Portugal cobre as suas necessidades de fundos junto da casa mãe em Madrid, quer através de operações de mercado monetário a curto prazo, quer através de empréstimos a médio e longo prazo. Em paralelo, os excedentes de fundos são colocados na casa mãe em condições de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reapreciação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base), bem como pela existência de opções implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

No Grupo BBVA Portugal, a exposição ao risco de taxa de juro é analisada sob uma dupla perspectiva: resultados e valor económico.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2006			Total
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	59.388	59.388
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	69.188	69.188
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	12.621	-	-	12.621
- Instrumentos financeiros derivados	-	15.543	18.393	33.936
Activos financeiros disponíveis para venda	6.498	-	105.895	112.393
Aplicações em instituições de crédito	-	21.800	317.803	339.603
Crédito a clientes	-	242.818	4.456.459	4.699.277
Derivados de cobertura	-	96.709	63.988	160.697
	19.119	376.870	5.091.114	5.487.103
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	18.060	15.876	33.936
Recursos de outras instituições de crédito	-	31.671	3.325.114	3.356.785
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	117.137	1.528.500	1.645.637
Derivados de cobertura	-	22.851	137.846	160.697
Passivos subordinados	-	-	144.731	144.731
	-	189.719	5.152.067	5.341.786
	19.119	187.151	(60.953)	145.317

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2005			Total
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	62.443	62.443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	74.834	74.834
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	8.453	-	-	8.453
- Instrumentos financeiros derivados	-	19.239	22.116	41.355
Activos financeiros disponíveis para venda	4.338	747	105.939	111.024
Aplicações em instituições de crédito	-	5.205	437.025	442.230
Crédito a clientes	-	147.071	3.693.713	3.840.784
Derivados de cobertura	-	83.889	57.051	140.940
	<u>12.791</u>	<u>256.151</u>	<u>4.453.121</u>	<u>4.722.063</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	20.609	20.461	41.070
Recursos de outras instituições de crédito	-	45.500	2.303.369	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	84.267	1.938.221	2.022.488
Derivados de cobertura	-	1.508	139.432	140.940
Passivos subordinados	-	-	69.000	69.000
	-	<u>151.884</u>	<u>4.470.483</u>	<u>4.622.367</u>
	<u>12.791</u>	<u>104.267</u>	<u>(17.362)</u>	<u>99.696</u>

Os montantes apresentados relativamente a instrumentos financeiros derivados, de negociação e de cobertura, correspondem ao somatório dos montantes nocionais das respectivas operações.

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

A exposição ao risco de taxa de juro evidenciada nos quadros acima corresponde essencialmente a operações de crédito ao consumo a taxa fixa contratadas pelo Banco, para as quais não são contratadas operações de cobertura junto do Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2006							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	
<u>Activo</u>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	59.388	-	-	-	-	-	-	59.388
Disponibilidades em outras instituições de crédito	69.188	-	-	-	-	-	-	69.188
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	12.621	-	12.621
- Instrumentos financeiros derivados	7.715	-	10.677	4.206	11.338	-	-	33.936
Activos financeiros disponíveis para venda	-	35.531	69.855	-	-	6.498	509	112.393
Aplicações em instituições de crédito	273.555	18.555	23.300	21.800	-	-	2.393	339.603
Crédito a clientes	1.368.285	2.222.418	851.178	161.612	81.206	-	14.578	4.699.277
Derivados de cobertura	5.500	15.531	42.957	96.709	-	-	-	160.697
	<u>1.783.631</u>	<u>2.292.035</u>	<u>997.967</u>	<u>284.327</u>	<u>92.544</u>	<u>19.119</u>	<u>17.480</u>	<u>5.487.103</u>
<u>Passivo</u>								
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados	1.188	55	14.633	1.962	16.098	-	-	33.936
Recursos de outras instituições de crédito	1.271.619	1.404.861	635.439	27.675	3.996	-	13.195	3.356.785
Recursos de clientes e outros empréstimos	543.025	766.311	213.852	117.138	-	-	5.311	1.645.637
Derivados de cobertura	33.100	33.550	71.197	5.972	16.878	-	-	160.697
Passivos subordinados	69.000	75.000	-	-	-	-	731	144.731
	<u>1.917.932</u>	<u>2.279.777</u>	<u>935.121</u>	<u>152.747</u>	<u>36.972</u>	<u>-</u>	<u>19.237</u>	<u>5.341.786</u>
	<u>(134.301)</u>	<u>12.258</u>	<u>62.846</u>	<u>131.580</u>	<u>55.572</u>	<u>19.119</u>	<u>(1.757)</u>	<u>145.317</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2005							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	62.443	-	-	-	-	-	-	62.443
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74.731	103	-	-	-	-	-	74.834
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos	-	-	-	-	-	8.453	-	8.453
- Instrumentos financeiros derivados	-	22.116	-	-	19.239	-	-	41.355
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	105.598	748	-	4.338	340	111.024
Aplicações em instituições de crédito	226.578	197.417	11.562	5.209	-	-	1.464	442.230
Crédito a clientes	643.586	2.501.030	538.114	121.444	25.627	-	10.983	3.840.784
Derivados de cobertura	-	15.000	42.051	72.594	11.295	-	-	140.940
	<u>1.007.338</u>	<u>2.735.666</u>	<u>697.325</u>	<u>199.995</u>	<u>56.161</u>	<u>12.791</u>	<u>12.787</u>	<u>4.722.063</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação								
- Instrumentos financeiros derivados	-	16.472	3.988	1.636	18.974	-	-	41.070
Recursos de outras instituições de crédito	16.005	1.682.935	597.414	45.500	-	-	7.015	2.348.869
Recursos de clientes e outros empréstimos	916.805	783.447	235.845	73.032	11.236	-	2.123	2.022.488
Derivados de cobertura	-	70.983	68.448	1.509	-	-	-	140.940
Passivos subordinados	-	69.000	-	-	-	-	-	69.000
	<u>932.810</u>	<u>2.622.837</u>	<u>905.695</u>	<u>121.677</u>	<u>30.210</u>	<u>-</u>	<u>9.138</u>	<u>4.622.367</u>
	<u>74.528</u>	<u>112.829</u>	<u>(208.370)</u>	<u>78.318</u>	<u>25.951</u>	<u>12.791</u>	<u>3.649</u>	<u>99.696</u>

¹⁾ - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar, valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e as correções de valor efectuadas no âmbito da aplicação de Contabilidade de Cobertura.

De acordo com a política de gestão de riscos em vigor no Grupo BBVA Portugal, a gestão da exposição ao risco de taxa de juro assume maior relevância para operações de taxa fixa com prazo superior a um ano.

Considerando o volume de recursos à vista sob a forma de Depósitos à Ordem não remunerados, pouco sensíveis às variações das taxas de juro, os quadros acima evidenciam uma muito reduzida exposição ao risco de taxa de juro.

Acresce que os mecanismos de transferência aos clientes dos efeitos nos mercados são automáticos nas operações indexadas, por exemplo, créditos a médio e longo prazo e mais lentos nas operações de curto prazo, muitas delas sucessivamente renegociadas, caso dos depósitos a prazo por exemplo.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Grupo BBVA, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco.

A gestão do risco de crédito no Grupo BBVA fundamenta-se numa abordagem global que abarca cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, se fôr o caso, recuperação.

O segundo pilar no qual assenta a gestão do risco no Grupo BBVA é representado pelas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão eficiente.

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do BBVA Portugal e envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções e utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O Grupo BBVA dispõe de um sistema de rating interno das operações de crédito a empresas. Este sistema prevê uma classificação de "AAA" – Excelente a "C" – Mau.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito a clientes concedido pelo Banco e classificado de acordo com o sistema de rating interno pode ser resumido como segue:

Áreas de negócio/ rating interno	31-12-2006	31-12-2005
Banca corporativa e comercial:		
AA	291	75.343
A	106.198	203.620
BBB	221.220	423.206
BB	718.799	497.697
B	223.821	223.774
C	1.902	2.804
Outros		
Crédito à habitação	1.568.839	1.212.820
Sector Público Administrativo	74.158	69.315
Crédito ao consumo	99.273	68.361
Cartões de crédito	6.643	7.409
Outros	1.346.026	751.132
	<u>4.367.170</u>	<u>3.535.481</u>

Os principais colaterais recebidos no âmbito das operações de crédito são hipotecas sobre imóveis, títulos e depósitos. No que diz respeito ao crédito à habitação concedido pelo Banco, a relação entre o montante em dívida e o valor de mercado dos imóveis dados em garantia apresenta a seguinte decomposição:

Montante em dívida / garantia	2006	
	Crédito vivo	%
<=75%	892.374	56,88%
entre 75 e 90%	450.556	28,72%
Mais de 90%	225.909	14,40%
	<u>1.568.839</u>	<u>100%</u>

Montante em dívida / garantia	2005	
	Crédito vivo	%
<=75%	797.627	65,77%
entre 75 e 90%	322.212	26,57%
Mais de 90%	92.981	7,66%
	<u>1.212.820</u>	<u>100%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a antiguidade dos créditos vencidos pode ser resumida como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Até 3 meses	4.945	2.417
De 3 a 6 meses	759	846
De 6 a 12 meses	1.255	1.548
De 1 ano a 3 anos	6.753	7.820
De 3 anos a 5 anos	13.772	11.933
Juros vencidos	<u>577</u>	<u>326</u>
	<u><u>28.061</u></u>	<u><u>24.890</u></u>

Risco de mercado

A actividade do Grupo BBVA Portugal realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

A política do Grupo BBVA Portugal nesta matéria, consiste em concentrar na área de mercados do BBVA Portugal os riscos gerados em qualquer das outras entidades, sempre que estes assumam um carácter relevante.

O VaR constitui a variável básica para medir e controlar o risco de mercado na Área de Mercados do BBVA Portugal. O VaR corresponde à perda máxima, com um determinado nível de confiança, que se pode produzir nas exposições de mercados de uma carteira para um certo horizonte temporal.

A metodologia utilizada pelo BBVA Portugal assenta na Matriz de co-variâncias a qual consiste em resumir a informação histórica dos mercados numa matriz de co-variâncias dos factores de risco para, a partir dela e das sensibilidades da carteira aos factores de risco, inferir no pressuposto de distribuição normal, a perda máxima para um dia com um nível de confiança de 99%.

No grupo BBVA são seguidos dois métodos para o cálculo da matriz de covariâncias:

- VaR sem alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias se obtém equiponderando a informação diária do último ano transcorrido;
- VaR com alisamento exponencial, para o qual a matriz de covariâncias é estimada dando mais peso à informação, dos mercados, mais recente, actualmente é utilizada a primeira.

Nas opções a metodologia genérica consiste em calcular o VaR Vega (de volatilidade) aplicando a cada posição existente as volatilidades das volatilidades implícitas, calculadas a partir de séries históricas disponíveis para as opções sobre os principais subjacentes. Por exemplo, para posições em opções sobre taxa de juro, aplica-se a volatilidade histórica de volatilidades implícitas "at the money" de caps, floors e swaps.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2006 e 2005, os valores apurados para este indicador podem ser resumidos como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
VaR máximo	194	98
VaR médio	65	34
VaR mínimo	10	1
VaR em 31 de Dezembro	46	11

Justo valor

O justo valor tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, como acontece, por exemplo, em Depósitos estruturados colocados nos clientes, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos, assentes na técnica de desconto de cash-flows, utilizando a curva de taxas do mercado.

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor.
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “cash-flows”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, estima-se que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa.
- “Crédito a clientes”: No que diz respeito aos créditos a longo prazo, nomeadamente habitação e consumo, o método utilizado incluiu a determinação de uma taxa de desconto para cada operação, tendo em consideração as condições médias de entrada deste tipo de operações em Dezembro de 2006 de forma a calcular o seu valor actual. Com base neste pressuposto, o Banco estima que o justo valor exceda em cerca de 21.500 mEuros o valor contabilístico das operações de crédito à habitação, excluindo as operações de crédito a colaboradores e as operações de crédito a taxa fixa.
- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Os depósitos com prazo superior a um ano estão cobertos com derivados e as variações no justo valor já estão registadas em virtude da aplicação de Contabilidade de Cobertura. Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor.
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, “Activos disponíveis para venda” e “derivados de cobertura”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, calculado de acordo com preços de mercado, se existem, ou com recurso a modelos internos.
- Passivos subordinados: Dois empréstimos subordinados, um perpétuo de 75.000 mEuros para “Upper TIER II” e outro no montante de 69.000 mEuros para “Lower TIER II”, ambos obtidos junto da casa matriz com um spread de 125 e 60 basis points, respectivamente. Atendendo ao prazo residual e às actuais condições de mercado para este tipo de operações, o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2006, os impactos reconhecidos nas demonstrações financeiras em resultado da utilização de técnicas de valorização são os seguintes:

Instrumentos financeiros	Variações no justo valor	
	Resultados em operações financeiras	Capitais próprios
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	982	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(174)
Crédito a clientes	1.440	-
Derivados de cobertura (Activos e passivos)	(4.565)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.652	-
	509	(174)

41. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adoptadas pela União Europeia, pode ser resumido como segue:

Nota	Capital próprio		Resultado 2005	Interesses minoritários 2005
	31/12/2005	01/01/2005		
Saldos de acordo com o PCSB		202.724		
Activos intangíveis (a)		(10.321)		
Subsídio por morte (b)		(3.189)		
Prémio de antiguidade (c)		(1.314)		
Impostos diferidos (e)		8.959		
Responsabilidades com pensões (d)		-		
Responsabilidades com pensões - BBVA Fundos		(93)		
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito (f)		(5.108)		
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados:				
De cobertura (g)		(1.197)		
De negociação (g)		(351)		
Aplicação da contabilidade de cobertura - valorização do elemento coberto (g)		1.259		
Impostos diferidos (h)		1.460		
Valorização da carteira de títulos		7		
Saldos de acordo com NCA		230.030	192.836	13.038
Impacto da adopção dos restantes IAS/IFRS:				
Responsabilidades com pensões (d)	(98.113)	(98.113)	-	-
Imparidade (i)	6.198	8.805	(2.607)	-
Impostos diferidos (j)	20.260	19.543	717	-
Anulação de movimentos do ano de acordo com NCA's				
Responsabilidades com pensões (d)	19.623	-	-	-
Impostos diferidos (d)	(4.391)	-	-	-
Outros	(7)	2	-	-
Saldos de acordo com IAS/IFRS		173.600	123.073	11.148

(a) O Grupo BBVA Portugal passou a não capitalizar as despesas relacionadas com melhorias de software já em utilização, tal como previsto no IAS 38 – Activos intangíveis. De acordo com o PCSB, estas despesas eram capitalizadas e amortizadas ao longo de três anos.

(b) O valor actual das responsabilidades relativas a subsídio por morte, calculado com referência a 1 de Janeiro de 2005, ascendia a 3.189 mEuros, tendo sido integralmente reconhecido em “Resultados Transitados”. De acordo com o PCSB, os custos relativos ao subsídio por morte eram reconhecidos quando do respectivo pagamento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (c) O acréscimo de responsabilidades resultante da alteração dos pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade, determinado com referência a 1 de Janeiro de 2005, ascendeu a 1.314 mEuros, tendo sido integralmente reconhecido em “Resultados Transitados”.
- (d) Nas demonstrações financeiras pró-forma em NCA, o Grupo registou na rubrica “Outros activos – Despesas com encargo diferido”, os valores anteriormente diferidos de acordo com o PCSB, bem como os acréscimos de responsabilidades com pensões decorrentes da adopção da Norma IAS 19 – “Benefícios a empregados” relativos ao BBVA Portugal e à BBVA Gest. O montante total registado nesta rubrica ascendeu a 98.113 mEuros, apresentando a seguinte composição:

Impacto em 1 de Janeiro de 2004:

Alteração dos pressupostos:	
- alteração da taxa de desconto em 1 de Janeiro de 2004	(29.658)
Anulação dos desvios actuariais por alteração de pressupostos	
- alteração dos pressupostos em 2001	(727)
- alteração dos pressupostos em 2002	(8.826)
- alteração dos pressupostos em 2003	(2.248)
Anulação do corredor e dos desvios actuariais acima do corredor	(32.244)
Custos com reformas antecipadas ainda não amortizados	(23.128)
Responsabilidades ainda não reconhecidas	(3.694)
Outros	46
	<u>(100.479)</u>
Impacto no lucro pró-forma de 2004	2.366
Valor total a diferir	<u><u>(98.113)</u></u>

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados foram os seguintes:

	<u>31.12.2003</u> (PCSB)	<u>01.01.2004</u> (NCA)
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80 tomada a 50%	EVK80 tomada a 50%
Taxa de rotação	MSSL tomada a 50%	MSSL tomada a 50%
Taxa de rendimento do Fundo	6%	4,85%
Taxa de desconto	6%	4,85%
Taxa de crescimento salarial	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%

De acordo com o PCSB, os acréscimos de responsabilidades com reformas antecipadas e os desvios actuariais acima do corredor estavam a ser amortizado pelo prazo de 10 anos.

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2002 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos às pensões em pagamento e ter efectuado a supressão da tabela de turnover para os empregados admitidos antes de 1994, deduzido do efeito da alteração das bases técnicas utilizadas no cálculo do valor actual dos contratos de renda vitalícia existentes para cobertura de responsabilidades com pensões. De acordo com o PCSB, estes desvios actuariais estavam a ser amortizados pelo prazo de dez anos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os acréscimos de responsabilidades por alteração de pressupostos registados em 2003 resultaram de o BBVA Portugal ter passado a incluir no cálculo das responsabilidades com pensões, os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) relativos aos serviços passados dos trabalhadores no activo. De acordo com o PCSB, estes desvios actuariais estavam a ser amortizados pelo prazo de dez anos.

De acordo com o PCSB, o reconhecimento do valor actual em 31 de Dezembro de 1994 das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo não financiadas até essa data, cuja data presumível de reforma tenha ocorrido, ou venha a ocorrer, depois de 31 de Dezembro de 1997, estava a ser efectuado ao longo de um período de 20 anos, de acordo com o permitido através do nº 1 c) ii do aviso 12/2001 do Banco de Portugal. O valor das responsabilidades ainda não reconhecidas em 1 de Dezembro de 2004 ascendia a 3.694 mEuros.

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as Normas de Contabilidade Ajustadas, seria atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2009.

A adopção das Normas Internacionais de Contabilidade com referência a 1 de Janeiro de 2005 implicou as seguintes alterações face às demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas em 2005:

- Reconhecimento em 1 de Janeiro de 2005, por contrapartida de resultados transitados, do impacto anteriormente referido no montante de 98.113 mEuros; e
 - Anulação da amortização efectuada em 2005 de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro, no montante de 19.623 mEuros, e do respectivo efeito fiscal.
- (e) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Portugal, o Banco não registava impostos diferidos. Os impostos diferidos registados correspondem às seguintes situações:
- impostos diferidos já existentes na data da transição relativos a provisões não aceites fiscalmente, reavaliações de imobilizado não aceites fiscalmente, reavaliação de instrumentos financeiros derivados, prejuízos fiscais reportáveis e diferenças entre o tratamento fiscal e o contabilístico de custos relativos a pensões; e
 - impacto fiscal dos ajustamentos de transição.
- (f) De acordo com as NCA o Grupo BBVA Portugal passou a diferir as comissões cobradas e pagas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Conforme permitido pelo normativo anterior, estes proveitos eram registados no momento do seu recebimento. Deste modo, foi efectuado o levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2005, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido de 5.108 mEuros, que originou um impacto negativo de igual montante em "Resultados transitados".
- (g) De acordo com o PCSB os derivados de cobertura não eram reavaliados, sendo apenas reconhecidos os acréscimos de juros a receber e a pagar. Com a adopção do IAS 39, todos os derivados passaram a ser valorizados ao justo valor, o que originou um impacto negativo de 1.548 mEuros em "Resultados transitados". Este impacto foi compensado parcialmente pelo registo das variações no justo valor das operações de crédito a taxa fixa e dos depósitos estruturados objecto de cobertura, cujo impacto positivo ascendeu a 1.259 mEuros. O impacto negativo de 1.548 mEuros registado em Resultados transitados inclui 351 mEuros relativos a derivados contratados para cobertura de risco, mas que não constituem coberturas eficazes de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (PRÓ-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

(h) Corresponde ao impacto fiscal dos ajustamentos de transição resultantes da adopção do IAS 39.

(i) Com a adopção das IAS/IFRS o Grupo BBVA Portugal passou a determinar a imparidade de crédito concedido e as responsabilidades com garantias prestadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.5. d). De acordo com NCA e PCSB eram constituídas provisões pelo Grupo de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal a este respeito, nomeadamente o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro. Neste sentido, eram constituídas as seguintes provisões:

- Provisão para crédito e juros vencidos - Incidia sobre as prestações vencidas de capital e juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependiam do tipo de garantias existentes e eram função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.
- Provisão para créditos de cobrança duvidosa – Incidia sobre o capital vincendo relativo a créditos concedidos com prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas, de acordo com critérios específicos definidos pelo Banco de Portugal. As percentagens provisionadas correspondiam, no todo ou em parte, às aplicadas relativamente ao crédito vencido das operações. De referir que os créditos nestas condições eram considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações. O Banco constituía ainda uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, com base numa análise do valor estimado de realização de um conjunto de empréstimos.
- Provisão para riscos gerais de crédito - Encontrava-se registada no passivo, e destinava-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados. Esta provisão era calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:
 - 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
 - 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
 - 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O impacto da transição em 1 de Janeiro de 2005 correspondeu à diferença entre o montante da imparidade calculado de acordo com os princípios definidos na Nota 2.5. d) e as provisões constituídas pelo Banco em 31 de Dezembro de 2004.

(j) Corresponde ao impacto fiscal dos ajustamentos de transição das Normas de Contabilidade Ajustadas para as Normas Internacionais de Contabilidade, tal como adoptadas pela União Europeia.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de 5.492.123 milhares de euros e um total de capital próprio de 212.543 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 22.047 milhares de euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Pcta Conde de Arnoso, 1-A, 5º B
2610 - 043 AMADORA

Telefone: 21 4707780
Telefax: 21 4707789

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Ênfase

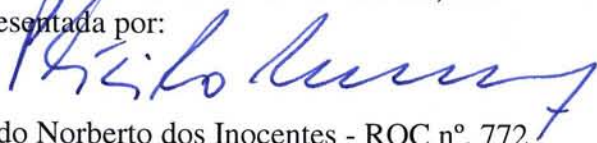
- 8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme divulgado na nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, o Banco adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia, neste exercício de 2006, tendo que reexpressar, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira reportada a 2005 e anteriormente apresentada em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas - NCA.

Lisboa, 2 de Março de 2007

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO, SROC

Com sede na Praceta Conde de Arnoso, 1 A – 5º. B – Buraca, 2720 123 Amadora

Representada por:



Plácido Norberto dos Inocentes - ROC nº. 772

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa
Tel.: 21 311 72 00
Fax.: 21 311 75 00

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Ex mos. Senhores Accionistas,

O Conselho Fiscal, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete a V.Ex.as. o seu relatório e parecer sobre as Contas Consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

1 - RELATÓRIO

Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado e o respectivo Anexo, que foram elaboradas, neste exercício de 2006, pela primeira vez, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

Apreciámos as referidas Demonstrações Financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração, o Relatório dos Auditores Externos bem como o Relatório de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.



BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

Av. da Liberdade, 222 - 1250-148 Lisboa
Tel.: 21 311 72 00
Fax.: 21 311 75 00

2 - PARECER

Assim, como resultado das verificações e apreciações efectuadas, em nossa opinião o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado, o respectivo Anexo e o Relatório do Conselho de Administração, satisfazendo as disposições legais, traduzem adequadamente a situação financeira consolidada do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA., e o resultado consolidado das suas operações e dos fluxos de caixa consolidados, pelo que somos de parecer que sejam aprovadas as Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, bem como o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 2 de Março de 2007


O CONSELHO FISCAL



Dr. Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente



Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal



Dr. Plácido Norberto dos Inocentes (ROC 772)
em representação de *Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado, SROC.*

Acta número vinte e sete

Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano do Senhor mil e sete, pelas onze horas, no seu sede social sita em Lisboa, na Avenida da Liberdade número duzentos e vinte e dois, reuniram-se a Assembleia geral universal do Banco Bilbas Vizcaya Argentina (Portugal), S.A., sociedade anónima com o capital social de duzentos e vinte milhões de euros, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva, número 502 593 687, matriculado no Conservatório do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 502 593 687 (anterior número do Senhor mil duzentos e oito).

Abrir a sessão, o Sr. Presidente da mesa da Assembleia geral, Dr. João de Castro Brito, acompanhado pela Dra. Juana do Carmo Barbosa, tendo o Sr. Presidente verificado estar devidamente representada a totalidade do capital, pagando o Dr. João Paulo da Silva, vogal do Conselho de Administração, apresentou e mostrou os poderes de representação, tendo exibido as competentes cartas-mandado - as mais fiáveis devidamente arquivadas - suscritas pelos acionistas "BBVA Luxinvest, S.A.", detentora de cento e noventa e nove mil e seiscentos e trinta e sete, cinco, oito, seis, Três, um, oito por cento do capital social, "Banco Bilbas Vizcaya Argentina, S.A.", detentor de vinte mil, novecentos e cinquenta e duas mil, novecentos e cinquenta e uma acções, representativas de nove virgula, cinco, dois, quatro, zero, seis, oito, seis, quatro por cento do capital social, estando ainda presentes, o acionista, Dr. Juana de Lourdes Sim, Dr. José Luís Monteiro e Dr. José Luís Eugénio, cada um, detentor de cinquenta acções.

Esta suplenção, a Assembleia reuniu-se de acordo com o disposto no artigo cinquenta e cinco do Código das Sociedades Comerciais, dispensando-se

assim, a observância de formalidades legais, nomeadamente, e de Comprovação.

Estavam ainda presentes todos os membros do actual Conselho de administração e do Conselho fiscal do Banco.

Atento o exposto, o Senhor Presidente de Mesa, verificou estarem reunidos todos os requisitos para a Assembleia poder validamente funcionar, tendo o Dr. José Ponte de Silva, em nome dos acionistas "BOVA LUXMÁT, SA", Banco Bidas Vizaya Arrentaria, SA, e Dr. João de Sousa Silva, Dr. José Jerónimo Monteiro e Dr. José António Mendes, manifestado vontade de reunir e deliberar sobre o seguinte Ordem de Trabalhos:

UM - Discutir e deliberar sobre o Relatório de gestão e as Contas relativas ao exercício findo em Junho e em de Dezembro do ano dois mil e seis, incluindo a respectiva consolidação prevista no Decreto-Lei número 36/92 de Junho e o seu de mais;

DOIS - Discutir e deliberar sobre a proposta de gestão de resultados;

TRÊS - Prover à quebra geral de administração e fiscalização da sociedade.

O Senhor Presidente de Mesa, informou a Assembleia que lhe deu início à Ordem de trabalhos, com a entrada no assento do ponto número UM do mesmo, passando a palavra ao Dr. José Ponte de Silva, o qual esclareceu que todos os elementos relevantes do exercício se encontravam explicitos no Relatório apresentado, sendo tudo a apresentar ao júris, tendo-se colocado à disposição dos presentes para prestar qualquer informação.

Ninguém tendo pretendido usar de palavra, o Senhor Presidente de Mesa colocou à votação o Relatório de gestão e as Contas do exercício findo em Junho e em de Dezembro de dois mil e seis, incluindo a respectiva consolidação das contas relativas à sociedade Participadas pelo Banco, de acordo com o Decreto-Lei

luminas 36/92 de mil e oito de quans, propoas
coms melo d'opie de uss que e ussax fess e fess
ade simultinea mente.

Deo no haver qualque q'otrio, passon-se à
usssax, tendo o ponto 11 de Ordem de Trabalho
sido q'orado por unanimidade.

Usssando-se, de seguida, no discusses do ponto
Dois de Ordem de Trabalho, o Sr. Presidente de
Jessa informon me der entrada no hesa, me
Proposta sussemita pels Conselhos de Administracã,
com o seguinte teor:

"Proposta

O Conselho de Administracã propõe me o resultado
lignado do exercicio findo em junho e me de Dezem-
bro de dois mil e seis, no valor repatorio de
€ 30.853.091,98 (trinta millo, oitocentos e cinquenta
e tres mil, noventa e me tres, noventa e oito centi-
mos), sepe q'elido conforme se passa a expor:

- O valor repatorio de € 30.853.091,98 (trinta millo,
oitocentos e cinquenta e tres mil, noventa e me tres,
noventa e oito centimos), sepe substituzido em "resul-
tado transitado".

O Senhor Presidente de Jessa colocon e Proposta
q'usentado à discusses de Assembleia, tendo e q'usse
sido q'orado por unanimidade.

Usssando-se de seguida, no discusses do ponto
Três de Ordem de Trabalho, o Sr. José Ponte de Silva, em
nome dos acionistas "BBVA Luxinvest, SA" e "Banco
Bilbas Vizeay Copenhagen, SA" procedem à feitura
do seguinte "Proposta:

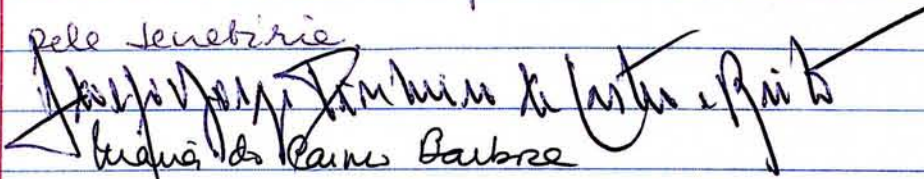
"Proposta:

Apreciados e q'orados o Relatorio, Balanc e Gubas,
incluindo as consolidadas, do Conselho de Admini-
stracã e os Relatorios e Pareces do Conselho Fiscal
Relativamente ao exercicio de dois mil e seis e as

Contas Consolidadas, propomos que este Assembleia
geral queira um voto de confiança a este órgão de regência,
bem como a todos os seus membros.

O Senhor Presidente de Mesa colocou a proposta
presentada, à discussão de Assembleia e seguidamen-
te à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimi-
dade.

Por não se mais haver a deliberar, o Senhor Presidente
de Mesa procedeu ao encerramento da sessão pelas
nove horas e vinte minutos, tendo sido aprovada a
de e documental, despedimento, e lista de honri-
ças, bem como as contas de apresentação de contas
para se fazerem apresentar nesta Assembleia, tendo sido
leida e aprovada a presente acta, me vai devida-
mente assinada pelo Senhor Presidente de Mesa e
pelo Secretário.

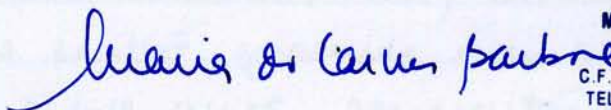

António de Paiva Barboza

**CERTIFICO
QUE A PRESENTE FOTOCOPIA ESTÁ
CONFORME O ORIGINAL**

--- O documento ocupa quatro folhas, as quais têm aposto o meu carimbo profissional e foram por mim numeradas e rubricadas e, refere-se à acta número vinte e sete do Livro de Actas da Assembleia Geral da sociedade **"BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A."**, no qual constam os devidos termos de Abertura e de Encerramento, bem como evidência do cumprimento das competentes obrigações fiscais.

Lisboa, 19 de Junho de dois mil e sete

A Advogada
Titular da cédula profissional nº 8123L



MARIA DO CARMO BARBOSA

ADVOGADA

C. F. 195 428 803 Cód. 3301 Céd. Prof. nº 8123
TEL: 213 117 359 FAX: 213 117 587
Av. Liberdade, nº 222 - 4º 1250 - 148 LISBOA

GRATUITO

Acto Registrado na Ordem dos Advogados em 2007.06.19, 16:17h, sob o nº 8123L/18

Pode consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=2399383+477585>